

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

DIRETOR PRESIDENTE:

João Batista de Magalhães

SECRETARIO:

José Faustino Filho

GERENTE:

João Batista de Matos

ANNO XXI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1934

N. 239

EDIÇÃO DE 48 PÁGINAS

SUMARIO

EDITORIAL

Eis uma etapa vencida 177

COLABORAÇÃO

O rio Sinuoso — Cap. J. Lima Figuerêdo 180
Noticia sobre a técnica do emprego da caixa de arcaia — Ten. Nelson de Carvalho 181
Correções do Tiro de tempo — 1.º Ten. A. H. de Moraes 183
A tropa em face das ações aéreas e a experiência de 1932 — Cap. Alcindo Pereira 186
A escrituração do Patrimônio do Exército — 1.º Ten. Marcos João Reginato.. 190
Fichario do Capitão — Cap. Batista Gonçalves 192
A formação dos oficiais de Reserva — 1.º Ten. Heitor Borges Fortes 194
O serviço de subsistência nas regiões militares — Cap. Valerio Braga 195
Fabrico mecanico de ferraduras — 1.º Ten. Armando R. de Oliveira 197
O. C. P. O. R. e sua finalidade — Asp. Res. Murilo Otacema Pessoa 210
A cadencia nas marchas militares — Ten. Basilio Magno 213
O elemento terreno nos operações militares — Major Ascanio Viana 214
O Centenario de von Schlieffen — 1. Ten. Hen. Oscar Wiederspanhn 219

SUGESTÕES

Sugestoes sobre R. D. G. T. G. — Cap. A. Castro Nascimento 201
A lei de uniformes e sua execução 202

ATOS OFICIAIS

Instruções para a matricula na E. E. M. 204

DA REDAÇÃO

O principio das promoções 189
"A Cavalaria" 199
Ação dos raios sobre os aviões em vôo 200
Bibliografia 209
A formação dos chefes 203
A Russia Sovietica na realidade 211
Boletim da Confederação Colombofila Brasileira, C. C. B. 1

A DEFESA NACIONAL

GRUPO DE ADMINISTRAÇÃO

Directoria: — Presidente - J. B. Magalhães; Secretario - José Faustino Filho

e Gerente - J. B. Matos.

Conselho de Administração: - Gervasio Duncan, Renato B. Nunes, Emilio Ribas Junior, Arthur Carnaúba, Alexandre Chaves e Lamartine Paes Leme.

CORPO DE REDATORES

Redator-chefe — Major José Faustino Filho — Redatores das armas: Infantaria — Major Tristão Araripe; Cavalaria — Major Orozimbo Martins Pereira; Artilharia — Cap. Olivio de Oliveira Bastos; Engenharia — Major Heitor Bustamante; Aviação — Ten. Cel. Ajalmar Vieira Mascarenhas; Serviço de Saúde — Cap. A. Gentil Basílio Alves; Intendencia — Major Raul Dias Sant'Anna; Veterinaria — 1º Ten. Armando Rabello de Oliveira.

AUXILIARES

Das armas - Inf.² Capitão J. B. Matos, J. B. Rangel, Segadrs Vianna, H. Castelo Branco.

Alexandre Chaves e Nilo Guerreiro; Cav.² Cap. Ladario C. Teles; Eng. Cap. Figueredo.

Dos Serviços - Int.² 1.º Ten. José Salles.

CORPO DE REPRESENTANTES

Estabelecimentos e Repartições Militares

M. G. — Major Rodrigues Ribas
E. M. E. — Cap. Pery Bevilacqua
1º Gr. Regiões — Ten. Moziul
D. P. G. — 1º Ten. Toscano de Brito
D. P. E. — 1º Ten. Toscano de Brito
Dir. M. B. — Ten. Abda Reis
Dir. Eng. — Major Moraes Carneiro
Dir. Av. — Cap. Godofredo Vidal
Dir. Remonta — Cap. Drogenes A. Dias dos Santos
Dir. I. G. — Ten. José Salles
S. G. E. — Cap. Pedro Michelena
Serv. Geogr. — Cap. Castello Branco
Serv. Radio — Ten. Juracy Campelo
Dist. A. Costa — Cap. Ary Silveira
Q. G. 1ª R. M. — Ten. Romão Leal
Q. G. 2ª R. M. — Cap. Gilberto Reis
Q. G. 3ª R. M. — Cap. Carlos Analio
Q. G. 4ª R. M. — Cap. Oscar Costa
Q. G. 6ª R. M. — Major Lopes da Costa
Q. G. 7ª R. M. — Major I. José Verissimo
Q. G. 8ª R. M. — Cap. Edgardino Pinta
Q. G. Cir. Militar — Cap. Olivio Bastos
M. M. F. — Cap. Jurandir Palma Cabral
E. E. M. — Cap. Luiz Pinheiro

E. I. — Cap. J. B. Matos
E. I. — Cap. J. B. Matos
E. A. Ten. Luiz Batista Pereira
E. C. — Cap. Armando Ancora
E. E. — Cap. Luiz Betamio
E. Técnica — Cap. Jandir Galvão
E. Av. — Cap. Arquimedes Dora
E. M. — Ten. Alexino Bitencourt
E. E. de Física — Major Raul Vasconcelos
E. Int. — Cap. E. José Granja
E. Vet. E. — Cap. Armando Oliveira
C. A. S. I. — Ten. Hugo Faria
C. M. R. J. — Cap. Milton de Sousa
C. M. P. A. — Cap. Hugo Silav
C. M. C. — Cap. Djalma Baima
F. C. A. G. — Ten. Brito Junior
F. P. S. F. — Cap. Pompeu Monte
F. P. A. — Ten. João Carlos Ribeiro
Serv. Subs. — Ten. Claudio Moraes Rego

TROPA

INFANTARIA

Btl. Escola — Ten. Augusto Presgrave
Btl. Guardas — Ten. Francisco M. Rolim
1º R. I. — Cap. Fernandes Guedes
2º R. I. — Ten. Roberto de Pessoa
3º R. I. — Ten. Antero de Almeida
4º R. I. — Ten. Paulo A. Miranda
1/5º R. I. — Cap. Rafael F. Guimarães
III/5º R. I. — Alcides P. Coelho
1/6º R. I. — Cap. Armando Moraes
6º R. I. — Ten. Ary Ruch
7º R. I. — Cap. Gilberto V. Carvalho
8º R. I. — Ten. Jacintho Godoy
9º R. I. — Ten. Nicolau Fico
1/9º R. I. — Ten. Edson Vignoli
10º R. I. —
11º R. I. — Ten. Ajax Corrêa
12º R. I. — Cap. Nilo Chaves
I/ 13º R. I. — Ten. Djalma Cravo

13º R. I. — Ten. Armando Alvim
1º B. C. — Cap. Nizo Montezuma
2º B. C. — Ten. Almeida Magalhães
3º B. C. — Ten. Moacyr Rezende
4º B. C. — Ten. Nelson de Carvalho
6º B. C. — Ten. Ituriel Nascimento
7º B. C. — Ten. Nelson do Carmo
8º B. C. — Ten. Gelci Brun
9º B. C. — Ten. Domingos J. Filho
10º B. C. — Ten. Ary Lopes
13º B. C. — Ten. Eduardo Regis
14º B. C. — Cap. Barata de Azevedo
15º B. C. — Ten. João da Cruz Albernaz
16º B. C. — Ten. Arlindo P. de Figueiredo
17º B. C. — Ten. Miguel Mozzilli
18º B. C. — Ten. Delio Lobo Viana
19º B. C. — Ten. Murilo B. Moreira

CONFEDERAÇÃO COLOMBOFILA BRASILEIRA

C R I A D A
PELO DECRETO

N. 22.894

DE 6 DE JULHO DE 1933



REGULAMENTADA
PELO DECRETO

N. 23.905 DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1934

BOLETIM

OFICIAL

ANO I

ABRIL - 1934

N. 1

Sessão de instalação da Confederação Colombófila Brasileira, (C. C. B.)

A Confederação Colombófila Brasileira criada por Decreto do Chefe do Governo Provisorio, n. 22.894 de 6 de Julho de 1933 e regulamentada conforme manda o Decreto n. 23.905 de 22 de Fevereiro de 1934, inicia hoje sua atividade pratica, com esta primeira sessão de Diretoria nomeada conforme o dito Regulamento, para exercer seu mandato até o dia 6 de Julho de 1935, de cujos cargos tomam posse os Snrs.:

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Diretor do Serviço Telegrafico do Exercito, Presidente;

Major Nestor Rodrigues Silva, Diretor do Centro de Instruções de Transmissões, Vice-Presidente militar;

Dr. Roberto de Freitas Lima, Presidente civil;

1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1.º Secretario;

Braulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro;

Dr. Leonidio Ribeiro, 2.º Tesoureiro;

Dr. Antonio Gomes de Mattos, 2.º Secretario;

COMISSÃO PARA ORGANISAR INSTRUÇÕES SOBRE EXPOSIÇÕES

Dr. Roberto de Freitas Lima, Presidente;
Dr. Leonidio Ribeiro e Jorge Rodrigues da Silveira, Vogais.

COMISSÃO PARA ORGANISAR INSTRUÇÕES SOBRE CONCURSOS

Dr. Roberto de Freitas Lima, Presidente;
Dr. Benjamin da Fonseca Rangel e Dr. Antonio Gomes de Mattos, Vogais.

A Diretoria da Confederação Colombófila Brasileira, cuja fundação e o resultado da propaganda e de concursos patrioticos esclarecidos, cumpre o dever, de agradecer em nome da colombófila brasileira, neste ato inaugural, a todos que concorreram para que viesse ella a ser uma realidade, entre os quaes, os Exmos Snrs.:

Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisorio;

Generais de Divisão: Augusto Ignacio do Espirito Santo Cardozo, Pedro Aurelio de Goes Monteiro, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, Francisco Ramos de Andrade Neves, Chefe do Estado Maior do Exercito;

Generais de Brigada: Pantaleão da Silva Pessoa, Chefe do Estado Maior da Presidencia, Benedicto Olimpio da Silveira, Sub-Chefe do Estado Maior do Exercito.

O Regulamento atual da C. C. B., é o resultado dos trabalhos da comissão constituida pelos Snrs.: Ten. Cel. Francisco Gil Castello Branco, Chefe da 2.ª secção do E. M. E.; Major Luiz Procopio de Souza Pinto, então Diretor do Serviço Telegrafico do Exercito; Dr. Roberto de Freitas Lima, Pre-

sidente do Clube Colombofilo Carioca. Esta comissão foi designada em Agosto de 1933, pelo General de Divisão Augusto Ignacio do Espírito Santo Cardozo, então Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, por proposta do Chefe do Estado Maior do Exercito, a qual tomando por base o ante-projeto de regulamento para a C. C. B., apresentado pelo Dr. Roberto de Freitas Lima ao Chefe do E. M. E. em 3 de Outubro de 1933, deu por findo seus trabalhos em 17 de Fevereiro de 1934. Para constar lavrou-se a presente ata por mim 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1.º Secretario, escrita e assinada com todos os membros da Diretoria para que sirva de termo de posse, e pelas demais pessoas presentes que quizerem subscrever.

Rio de Janeiro 8 de Março de 1934.

(a.) Cel. José Osorio.

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt.
Luiz M. Llamas, Delegado da Federação Colombofila Argentina.

Braulio Ribeiro de Macedo Soares.
Major Nestor Rodrigues Silva.

Major Luiz Procopio de Souza Pinto.
Dr. Antonio Gomes de Mattos.

Dr. Benjamin da Fonseca Rangel.

1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos.

Dr. Roberto de Freitas Lima.

Jorge Rodrigues da Silveira.

Dr. Leonídio Ribeiro.

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DE DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO COLOMBOFILA BRASILEIRA

A's dezesseis horas do dia 8 de Março de 1934, reuniu-se em sua sede a Diretoria da Confederação Colombofila Brasileira, composta dos Snrs.: Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Presidente; Major Nestor Rodrigues da Silveira, Vice-Presidente militar; Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil; 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1.º Secretario; Dr. Antonio Gomes de Mattos, 2.º Secretario; Braulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro; Benjamin da Fonseca Rangel e Jorge Rodrigues da Silveira. Por motivo plenamente justificado faltou o Dr. Leonídio Ribeiro, 2.º Tesoureiro.

Estando presente em maioria os membros, a Diretoria passou a deliberar. Usando da palavra o Snr. Presidente, fez uma preleção sobre o valor da colombofilia aplicada aos serviços de transmissões e ligação entre a vanguarda, retaguarda e Quartel General. Salientou o Snr. Presidente, o arduo trabalho, abnegação e desinteresse que demonstrou o Dr. Roberto de Freitas Lima, propondo que, de acordo com o Art. n. 13 letra S, fosse lançado em Ata um voto de louvor ao digno Vice-Presidente civil, o que foi unanimemente aprovado. Usando da palavra o Dr. Roberto de Freitas Lima, agradeceu e pediu que fosse extensivo aos outros Diretores o voto que acabava de ser apurado, o que foi recusado após haver falado novamente o Snr. Presidente. Em seguida pediu a palavra o Dr. Luiz M. Llamas, representante e delegado da Federação Colombofila Argentina, que transmitiu os votos de felicidade e prosperidade da Colombofilia Argentina, em nome da qual punha ao inteiro dispor da sua Co-irma, os elementos que dispunha. Agradecendo o Dr. Roberto de Freitas Lima, pronunciou um bellissimo discurso, terminando pedindo que todos se levantassem em homenagem de respeito a nobre Republica Argentina e à sua Federação Colombofila, e ainda que fosse enviado um officio a F. C. A., agradecendo a medalha e gentilezas oferecidas a C. C. B. O Snr. Presidente propoz que de acordo com o Regulamento fossem marcados os dias de reunião, ficando assentado as primeiras e terceiras Quintas-feiras de cada mês, às dezessete horas, sendo que em caso de feriado, fosse realizada no dia immediato às mesmas horas.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual eu 1.º Secretario, 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos levarei a presente ata, que vai assinada por mim juntamente com todos os membros presentes.

Rio de Janeiro 15 de Março de 1934.

(a.) 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos.

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt.
Major Nestor Rodrigues Silva.

Dr. Roberto de Freitas Lima.

Dr. Antonio Gomes de Mattos.

Jorge Rodrigues da Silveira.

Braulio Ribeiro de Macedo Soares.

Benjamin da Fonseca Rangel.

ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO COLOMBOFILA BRASILEIRA

Às dezesseis horas do dia 15 de Março de 1934, reuniu-se em sua sede a Diretoria da Confederação Colombofila Brasileira, composta dos Snrs.:

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Presidente; Major Nestor Rodrigues Silva, Vice-Presidente militar; Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1.º Secretário; Dr. Antonio Gomes de Matos, 2.º Secretário; Bráulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro; Jorge Rodrigues da Silveira, vogal sobre exposições; ausente o Dr. Leonídio Ribeiro, 2.º Tesoureiro. Estando presente em maioria os membros, a Diretoria passou a deliberar. Aberta a sessão pelo Snr. Presidente, o Snr. Vice-Presidente civil justificando preliminarmente a urgência da aquisição dos livros para a lavratura das Atas e de registro de comparecimento, declara não ter encontrado os mesmos na Praça, com as dimensões constantes do Regulamento, motivo pelo qual adquiriu e presenteou a C. C. B., o livro de atas com as dimensões de 29 por 41, com 200 folhas e o de presença com 24 por 33, também com 200 folhas. Diz que não consta do Regulamento a adoção do livro de presença, propõe, entretanto seu uso tendo em vista constar do mesmo Regulamento, perderem o mandato os Diretores Cíveis, que faltarem tres vezes consecutivas á reuniões de Diretoria sem motivo plenamente justificado, parágrafo 1.º do Art. n. 8, o que foi aprovado. O Snr. Vice-Presidente civil diz que o Art. n. 13 letra J do Regulamento cogita de requisições de passagens para os condutores de pombos, e frete gratuito ás embalagens, e nesse sentido propõe seja designada uma comissão para entendimento a respeito com os Diretores das Estradas de Ferro, Central do Brasil e Leopoldina Railway: tendo o Snr. Presidente designado o Snr. Vice-Presidente civil e 1.º Tesoureiro. De acordo com a letra H do Art. n. 13, propõe o Snr. Vice-Presidente civil seja dirigido um officio ao Chefe de Policia, no sentido de ser pedido a Secção de Porte de Armas da Policia, o endereço das pessoas que possuem armas de caça, afim de serem as mesmas notificadas no sentido de não atirarem em pombos; bem como officiar ao Centro de Caçadores do Distrito Federal,

no mesmo sentido. Acha o Snr. Vice-Presidente civil que esse apelo extensivo a todos os caçadores, poderá ainda ser feito em folhetos e lançados, para maior eficiencia de propaganda, pelos nossos aviadores militares; propõe sejam impressos para esse fim 100.000 (cem mil) folhetos, cujos modelos apresentou, sendo aprovado. O Snr. Vice-Presidente civil, tendo em vista a letra M do Art. n. 13, que dispõe sobre a manutenção de uma Revista propria, ou contratar uma existente para órgão official da C. C. B., propõe seja escolhida a "A Defesa Nacional", editada no Quartel General, devendo ser officiado a mesma afim de saber quais as condições em que poderá aceitar, o que foi aprovado. O Snr. Vice-Presidente civil, pede autorização para abrir concorrência dos livros destinados a Tesouraria e Secretaria, como sejam: o Diario, o Caixa, o Borrador, o Copiador, o de Entradas e Saídas de Material e o de Atas, em numero de dez volumes cada; o que é aprovado. O Snr. Presidente consulta sobre a existência de verba para esse fim, e autorisa a concorrência, apresentando-se modelos dos mesmos. O Snr. Presidente, pede retificar o voto de louvor que propoz ao Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil, para o seguinte: Salientou o Snr. Presidente, o arduo trabalho, abnegação e desinteresse que demonstrou o Dr. Roberto de Freitas Lima, na criação e regulamentação da Confederação Colombofila Brasileira, propondo que, de acordo com o Art. n. 13 letra S, fosse lançado em Ata um voto de louvor em separado, ao digno Vice-Presidente civil, o que foi unanimemente aprovado. O Snr. Vice-Presidente militar, pede retificação de seu nome na Ata anterior para Major Nestor Rodrigues Silva. Propõe o Snr. Presidente sejam os Regulamentos da C. C. B., que estão sendo impressos na Imprensa Nacional, vendidos por preço modico, sendo gratuitamente distribuidos sómente tres exemplares ás Entidades filiadas, e devidamente carimbados com a palavra "gratis". Em virtude da proposta do Snr. Jorge Rodrigues da Silveira, fica resolvido seja o numerario da C. C. B. depositado na Caixa Economica, tendo em vista usufruir juros. Por proposta do Snr. Presidente fica resolvido, que as sessões de Diretoria sejam realizadas ás dezesseis horas das primeiras e terceiras Quintas-feiras de cada mês. Propõe o Snr. Vice-Presidente civil, ser enviado um officio a Associação Brasileira de Imprensa e

outro a Confederação Brasileira de Radio, no sentido de contribuir para a proteção e divulgação da colombofilia no Brasil; o que é aprovado. Ainda por proposta do Snr. Vice-Presidente civil, ficou determinado que fosse enviado um officio ás entidades conhecidas: Clube Colombifilo Carioca, Sociedade Brasileira de Avicultura, Sociedade Colombifila Luso-Brasileira, todas no Distrito Federal, e Sociedade Colombifila Brasil, Sociedade Colombifila Paulista, em São Paulo, Capital, no sentido que as mesmas acelerem o mais possível a legalização de suas situações em face do Regulamento da C. C. B.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão ás dezoito horas, da qual eu 1.º Secretario, 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos lavrei a presente ata, que vai assinada por mim juntamente com todos os membros presentes.

Rio de Janeiro 5 de Abril de 1934.

(a.) 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos.

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt
Major Nestor Rodrigues Silva.

Dr. Roberto de Freitas Lima.

Dr. Antonio Gomes de Mattos.

Braulio Ribeiro de Macedo Soares.

Jorge Rodrigues da Silveira.

Rio de Janeiro — Em 20-3-1934. — N. 4. Do Presidente da Confederação Colombifila Brasileira. — Ao Snr. Diretor da Revista "A Defesa Nacional". — Assunto: Comunicação.

I — Necessitando a Confederação Colombifila Brasileira de dar ampla divulgação das decisões tomadas em suas reuniões de Diretoria, como dos conhecimentos sobre colombofila, deseja saber das condições para ser efetuado um contrato com "A Defesa Nacional", tornando-a órgão oficial da C. C. B. conforme o artigo 13, letra *m* de seu Regulamento. Amaro Soares Bittencourt, Ten. Cel. Presidente.

I — Em resposta ao officio n. 4 de 20 do corrente dessa Confederação no qual consultais em que condições a "A Defesa Nacional" pode ser órgão oficial da C. C. B. cumpre-me informar que esta revista está pronta a cooperar para o desenvolvimento dessa sociedade sob as seguintes condições:

- a) publicará gratuitamente uma pagina da materia que fôr enviada pela C. C. B.
- b) cobrará o custo da publicação que exceder a essa pagina;
- c) a C. C. B. designará um representante de "A Defesa Nacional" junto a si;
- d) a C. C. B. se compromete a tomar 10 (dez) assinaturas.

J. B. Magalhães.
Presidente.

Rio de Janeiro — Em 7 Abril 1934 — N. 12 — Do Presidente da Confederação Colombifila Brasileira. — Ao Diretor Presidente de "A Defesa Nacional" — Assunto: Comunicação.

Cumpr-me informar ter a Diretoria da Confederação Colombifila Brasileira, em sessão realizada a 5 de Abril, resolvido:

- I — Aceitar as condições propostas em carta datada de 24 de Março pp. sob as letras *a*, *b*, e *c*;
- II — Designar o Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil, representante de "A Defesa Nacional", junto a si;
- III — Não aceitar a condição constante da letra *d*, em vista de terem todos os criadores e entidades colombofilas necessidade de assinar a "A Defesa Nacional", uma vez tornada órgão oficial da Confederação Colombifila Brasileira, dada as publicações das resoluções tomadas por sua Diretoria.

Aguardo V. decisão, afim de remeter a materia que já dispomos para ser publicada. — Amaro S. Bittencourt, Presidente Ten. Cel.

A V I S O

O Boletim Oficial da Confederação Colombifila Brasileira sairá sempre com numeração distinta e no final de "A DEFESA NACIONAL" afim de poder ser colecionada a parte pelos seus associados. No final de cada ano sairá um sumario da publicada com o respectivo indice.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

DIRETOR PRESIDENTE:
João Batista de Magalhães

SECRETARIO:
José Faustino Filho

GERENTE:
João Batista de Matos

ANNO XXI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1934

N. 239

EDITORIAL

EIS UMA ETAPA VENCIDA!

« Il faut aboutir! »

(Foch)

“Il faut d'abord, faire le tour des gens, comme d'une maison, pour voir ce qu'ils valent.”

FOCH.

“Ce commandant est très intelligent; il a une très grande valeur, puisqu'il professe à l'école de guerre; si vient de me montrer qu'il a du caractère, il aura de la peine à porter les étoiles”.

(Gen. A. Boucher — L'Art de Vaincre)....

“Il faut étudier à fond les questions.”

FOCH.

Um Exercito é hoje mais que ontem um organismo extremamente complexo. E' cada vez mais um organismo vivo em que a *alma* é tudo.

Não lhe bastam, mais, porém, as simples formulas da *coragem heroica*, do combate peito a peito, dos choques de formações *massicas*, das linhas cerradas de atiradores ou das cargas épicas de uma cavalaria audaciosa. A industria, dando-lhe maravilhosos e multiplos meios de ataque e de defesa, aumentou consideravelmente os encargos do espirito.

A's unidades de combate cada vez menos densas, cada vez mais diluídas; os deslocamentos e transportes cada vez mais rapidos e

A grande falta é que vós outros officiaes perdeis o tempo com frivolidades e não pensais **verdadeiramente a serio**, em vossa profissão; esta é a causa de todos os erros que cometeis e que seriam muito perigosos em face do inimigo. Sapateiros e alfaiates feitos generais não cometeriam maiores faltas. Essas insuficiencias são comuns a varios regimentos, ao de Zarembo, Thadden, Keller, Erlach e Haager!

Porque? E' que os officiaes cumprem seus deveres segundo a lei do menor esforço.

(Frederico, o Grande — Critica das manobras da Siberia — citado por Ernest Judet).

“La politique avait travaillé pendant des années qu'on sait a tuer dans l'Armée le gout des responsabilités qui est à base de l'esprit de décision. Nous avons vu mettre systématiquement à l'écart nombre de brillants officiers parce qu'ils ne se montraient suffisamment souples.”

(Gen. Serrigny — Réflex sur l'Art de la Guerre).

amplos; as distancias de ataque cada vez maiores; as batalhas e combates mais duraveis, alargados no tempo, em superficie e em altura, exigem da *alma* do *soldado* transformações em consequencia, evolução, aperfeiçoamentos. A proporção que a inteligencia humana vai assim transformando a *guerra* em virtude dos meios que lhe vai concedendo, o *homem*, em si, a importancia do individuo, da conduta individual, da ação de cada qual no combate ou na batalha, torna-se cada vez *mais sensivel*.

A proporção que decresce a *subordinação material*, o enquadramento cerrado e estreito das formações compactas, e mais *autonomo*

se faz o combatente, mais difícil se torna a coordenação, no tempo e no espaço, que só se obtém por espirito amplo e uma mentalidade geral uniforme.

E', portanto, cada vez mais difícil o papel do soldado no combate — tanto do que manda como do que obedece.

A importancia do fator moral aumenta com o desenvolvimento dos recursos materiais. E' uma verdade á la *Palisse*, mas La *Palisse* dizia Foch, era seu maior amigo...

O *heroísmo* torna-se cada vez mais anónimo e a *subordinação* cada vez mais completa, porém, *voluntária*. A abnegação prepondera.

A proporção que aumenta o *poder material* dos homens, e maior se torna a *importancia do moral*, mais e mais a guerra se reduz á uma — *luta entre duas vontades contrarias!*

Oh! mas essa *vontade* só existe, só pode existir, se resulta da *confiança*, convenientemente esclarecida.

— no homem,

— no material,

pelo conhecimento que se tem do valor e das possibilidades, de um e outro.

Essa *vontade*, certo, requer qualidades intrínsecas, mas é menos um dom da natureza que um produto do *estudo*, da *meditação* do *saber*, do *trabalho* e da *educação*.

Não depende só do individuo embora dele dependa em magna parte. E' uma consequencia do ambiente. Que pode fazer um chefe que sabe ser sua tropa incapaz? Que não tem confiança nos subordinados?

Que faz no combate uma boa tropa, contra a vontade disciplinada e confiante de um adversario bem preparado e comandado, uma tropa que não confia no *valor* de seu chefe?

Na guerra o argumento unico são os factos, os *resultados*. Quem fôr batido poderá explicar com mil razões de boa logica seu insucesso, usar dos mais subtis argumentos e das mais vibrantes contestações orais ou escritas, dos mais bellos recursos da retorica e da dialética, as consequencias resultarão apenas de sua derrota, a *vontade do adversario* será obedecida.

A unica lei — é *vencer* ou *perder*.

E' preciso, então, que o homem entre em guerra preparado para sofrer ou aplicar essa lei.

Esse é, deve ser, o fundamento de sua

instrução e de sua *educação* em tempo de paz e tambem da ação sobre todas as cousas que interessam a guerra, por parte dos que teem os encargos de preparar a nação para essa eventualidade.

Em uns ou em outros, qualquer que seja a grandeza do raio da sua esfera de ação, é necessario haver sempre, em consequencia

— amor profundo pela verdade;

— conhecimento exato das realidades;

— sentimento da relatividade;

— sentimento da oportunidade;

— gosto pela ação e espirito de iniciativa;

— gosto pelo estudo e habito da meditação;

— vontade constante de progredir.

Nada de subtilezas ou "finesses", tudo muito simplices, o mais simples que fôr possível.

A guerra é assim, tanto no que concerne ao soldado como ao comandante em chefe! E' preciso, porém, distinguir. A esfera de ação do primeiro se mede por metros, sua arma é o fusil, a granada, a baioneta...; a do segundo mede-se por centenas de quilometros, sua arma são todos os recursos de que a Nação pôde dispor!

Então, entre a *vontade de vencer* do soldado e a *vontade de vencer* do general é consideravel a diferença!

Para passar duma a outra ha toda uma escala de valores intermediarios, á preparar minuciosamente.

Eis aí qual deve ser a maior preocupação na paz para preparar a vitoria na guerra: constituir uma hierarquia de valores, de grãos de instrução, de caracteres educados, de *vontades de vencer*.

"La valeur des cadres constitue la clef de voûte de l'edifice. Toute organisation humaine du reste, en est là. Sur le champ de bataille, cependant, plus que partout ailleurs, l'action personnelle du chef prime tout. Combien des fois n'a-t-il suffi de changer deux ou trois officiers dans un régiment pour en modifier totalement l'esprit!"

Assim se exprime o General Serrigny em suas "Reflexions sur l'Art de la Guerre". Assim é em toda parte.

E' preciso, porém, que a necessidade de substituir officiais num regimento, para fazelo readquirir a confiança em si e torna-lo capaz de vencer, não vá além de dois ou tres, na hora da ação!

E' legitimo, portanto, que no momento em que é decretada uma nova Lei de Promoções "A Defesa Nacional" que ha duas decadas faz campanha tenaz para a remoção do maior obice ao nosso progresso, para que pudessemos sair dessa *preparação militar ficticia* com que nos iludimos e em que vivemos, assinala com a maxima satisfação esse *fato promissor*.

E' o ataque direto ao nosso *problema fundamental* que se inicia. E' a conquista de um primeiro objetivo no avanço para a frente, um lance na senda do progresso real, no sentido da conquista de nossa eficiencia militar.

Está quebrada a tenaz e formidavel resistencia que a *ignorancia*, a *rotina*, a *moleza*, o *relaxamento*, o *fatalismo*... opunham á ação creadora!

Certo, não é tudo, não foi posto o inimigo em derrota; apenas retraíu-se! Deixou mesmo alguns *nucleos* organizados e que se mantem no campo de batalha, denunciando sua intenção de continuar a lutar. Não importa, porém, o mais difficil foi conseguido, a resistencia foi quebrada!

E' preciso não recuar, reajustar os fogos, continuar a avançar, rebater os *contra-ataques*!

"Cesar não tomava um instante de repouso após uma vitoria e perseguia seu inimigo com mais furia e impetuosidade que quando no momento mesmo do combate. (Machiaveli — A Arte da Guerra)..

Eis uma etapa vencida, mas é apenas uma etapa!

Não se julgue que a simples decretação da lei satisfaz. Ela terá que ser executada, e dessa execução depende a abundancia dos resultados.

Seu mecanismo, porém, é tal e os principios que traduz são tão concordes com a verdade, que quaisquer que sejam as insufficiencias dos executores iniciais, desde logo sensivel melhoria se ha de operar.

Podem ainda haver erros de julgamento, mas ha limites ao arbitrio, ha contrôlê, ha responsabilidades morais indisfarçaveis!

Ela, por si só, recomenda á estima do Exército os que tem as responsabilidades de seus destinos, os que tiveram compreensao e energia bastante para fazer realidade uma velha aspiração; para cumular a grave, a maior lacuna de nosso mecanismo militar.

Tem defeitos que chocam, que contradizem o espirito que a ditou, mas a maior parte delles é destinado á uma ação limitada no tempo. Vê-se bem, por esses mesmos defeitos, quanto era grande a necessidade dessa lei, e quão fortes as resistencias a vencer!

Com a "Lei de Movimento dos Quadros" e com a "Lei de Promoções", a mentalidade do Exército evoluirá no sentido da *verdade profissional*, do combate ás graciosas e meras influencias individuais. Doravante, o individuo começa a ceder terreno á coletividade e portanto a lucrar em sua propria dignidade!

Eis uma grande etapa vencida!



O C O M A N D O

Na guerra, mais que alhures, a ordem é necessaria, porque assegura a coordenação de esforço e permite a manobra.

Os exercitos sempre se basearam nela, fator basico do sucesso. A vitoria consiste apenas em desorganisar o adversario.

Hoje, que o mecanismo da guerra se ampliou ao infinito, ela é mais necessaria do que nunca.

A organização do comando é a criação da ordem, pelo estabelecimento da hierarquia e a designação dos diversos chefes nessa hierarquia com delimitação estreita de atribuições. SO' ASSIM SE EVITAM ATRITOS, CHOQUES E DESRESPEITOS RECIPROCOS QUE DESTRUEM RAPIDAMENTE O ORGANISMO MILITAR.

O RIO SINUOSO

Pelo Cap. LIMA FIGUEIRÊDO

Segundo EUCILDES DA CUNHA, que explorou o PURUS, em companhia do peruano PEDRO ALEXANDRE BUENANO, os últimos manadeiros do ribeirão PUCANI, seu principal formador, ficam "na serraria deprimida e sem nome que separa as maiores bacias hidrográficas da terra". Esta serra é chamada "da Contamana", por alguns estudiosos, e separa a bacia do PURUS da do UCAIALE.

Da sua foz no SOLIMÕES aos últimos manadeiros do PUCANI se percorrem 3.210 quilômetros, o que torna o PURUS um dos maiores rios do globo, apesar de ser um simples afluente do AMAZONAS.

É um dos mais sinuosos rios do mundo, principalmente, no seu curso inferior, onde sua pouca velocidade faz com que o seu curso mude constantemente no terreno de aluvião, por ele mesmo formado.

A tortuosidade e a variabilidade do leito do PURUS são justificáveis. A sua velocidade muito forte nas cabeceiras, vai diminuindo sucessivamente, à medida que se aproxima da foz, onde quase se extingue.

Faltando às suas águas o "elan" necessário para ir diretamente em seu caminho, elas divagam, pelos terrenos inconsistentes da planície, bastando mesmo um simples tronco para desviar o empuxo da massa líquida de uma margem contra a outra.

Havendo pouca coesão da terra, os efeitos de erosão são enormes e o curso do rio é desviado.

Diz, a este respeito, EUCILDES DA CUNHA, o grande observador das leis régias da natureza: "A indecisa arqueadura, que logo se forma, circularmente, se acentua, e, à medida que aumenta vai tornando mais violentos os ataques da componente centrífuga da correnteza que lhe solapa a concavidade crescente, fazendo que em poucos anos todo o rio se afaste, lateralmente, do primitivo rumo. Mas como este se traçou adscrito aos pontos determinantes de um perfil de equilíbrio invariável, aquele desvio nunca é uma bifurcação, ou definitiva mudança. O rio, depois de rasgar o amplo ciclo de erosão, procura volver ao antigo canal, como quem contornou apenas um obstáculo encontrado no caminho".

"O círculo por onde ele se alonga tende a fechar-se. De sorte que toda a área de terrenos arangidos se transmuta em verdadeira península, ligada por um istmo tão delgado, às vezes, que o caminhante o atravessa em minutos, enquanto gasta um dia inteiro de viagem, embarcado, para perlongar o contorno da terra quasi insulada. Por fim esta se destaca, ilhando-se de todo. No sobrevir de uma enchente, o PURUS despedaça a fragil barreira do istmo, e retoma, de golpe o primitivo curso, deixando à margem, a relembrar o desvio por onde vagou, um lago anular, não raro amplíssimo. Prosegue. Reproduz adiante outros meandros caprichosos, completados sempre pela criação dos mesmos lagos ou "sacados".

"E assim vai — perpetuamente oscilante aos lados de seu eixo invariável — num ritmo perfeito, refletindo o jogar das leis mecânicas capazes de se sintetizarem numa fórmula que seria a tradução analítica do curioso movimento pendular sobre um plano de nível".

"Desta maneira ali se resolve naturalmente um dos mais sérios problemas de hidráulica fluvial".

"De fato, aqueles lagos são verdadeiros diques, funcionando com um duplo efeito: de um lado impedem as inundações devastadoras, absorvendo os excessos das cheias transbordantes; de outro lado, regulam o regime das águas, durante as grandes estiagens, em que se abrem por si mesmo, automaticamente, estourando, para usar uma expressão local, e restituindo ao rio empobrecido da vazante, parte das massas líquidas que economizaram".

São esses lagos verdadeiros presentes que, entre muitos outros, a Natureza prodigalisou ao nosso Brasil.

A Inglaterra para regular as cheias do NILO, que é um Deus para os egípcios, gastou somas fabulosas, construindo diques, que representam em tamanho e quantidade um "dx" dos nossos.

Os navegantes do rio, levando em conta sua capacidade de navegação, dividem o PURUS em três seções: o baixo que vai da foz principal até seu afluente TAPAUÁ; o médio, desse ponto à confluência do MAMOREA-GRANDE; o alto, daí às cabeceiras.

A divisão seguida pelos geógrafos, baseada na declividade é a seguinte: o baixo, a partir da sua foz até a do ACRE; o alto, daí até as nascentes.

Há duas estações características no PURUS, o inverno e o verão. Durante o inverno, o rio se acha cheio e no verão quasi seco. Notando-se de 4 em 4 anos uma enchente devastadora.

As cheias começam invariavelmente no começo de Outubro, tornando-se, entretanto, mais sensíveis de Novembro em diante.

Durante a época da enchente há diferentes planos de volume d'água — alternativas de pequenas cheias e vazantes.

A vazante principia invariavelmente em Abril, acentuando-se em Maio, ficando os lugares mais fundos, acima de Lábrea, somente com uma braça d'água.

O PURUS é navegável por pequenos "gaiolas", durante a cheia, até Cocama, no PERU e, durante a vazante somente até a Boca do Acre.

No período de cheia os "gaiolas" navegam, no Acre até Cobiça, na Bolívia, e, no Iaco, até Sena Madureira.

O PURUS desagua aos 3°45' de latitude Sul, por quatro bocas, sendo três — o canal Paratari, o Cuchiuára e o Cuiuaná — verdadeiras paranas que não permitem a navegação no tempo de verão e se confundem, nessa época, com o imenso lago existente nas margens.

O primeiro nome do PURUS foi "INANAPURI", sendo designado pelos portugueses, por PERUS, em virtude da poderosa tribo deste nome que habitava às margens do caudaloso rio.

Os PERUS se tornaram notáveis pelos seus obstinados jejuns expiatorios, morrendo muitos de fraqueza, principalmente, quando calam prisioneiros.

Por aqui, vemos que, a guerra da fome, que tanto prestígio empresta ao maatma GANDHI, não é cousa nova...

Noticia sobre a tecnica do emprego da caixa de areia

TRADUÇÃO

(duma obra do Ten. Cel. Gerin, do exercito francez)

Pelo Ten. Nelson de Carvalho, do 4.^a B. C.

I — Para os exercicios que não ultrapassem o quadro do regimento, as dimensões duma caixa de areia, segundo o regulamento provisório (1,m50x0,m40) são suficientes; pode-se mesmo reduzir a altura para 30 centímetros nos casos em que se queira uma caixa transportavel. Em caso contrario, pode-se-lhe aumentar a largura e o comprimento, o que permitirá o estudo duma maior variedade de temas e o desenvolvimento duma situação dada sobre muitos quilometros de profundidade, tornando assim o ensinamento mais geral. Em um curso uma tal caixa será particularmente util, devendo-se, porém, ter então o cuidado de não lhe dar uma largura superior a 1,m50 para que a modelagem no centro não apresente dificuldades. (A titulo de exemplo: costuma-se empregar nos cursos militares, uma caixa de 4,msx1,m45x0,m40. O plano nela obtido permite representar — na escala de 1|10.000 uma superficie de 40x15 quilometros; na de 1|4.000 uma outra de 16x6 quilometros. Conseguem-se assim estudos de situações de divisão as mais variadas).

E' indispensavel que a caixa fique apoiada diretamente no sólo, sem nenhum artifício de sustentação (pés, por exemplo), sem o que o relevo correrá o risco de não ser visto por aqueles que não estiverem proximos aos bordos da caixa e de pé. Ora, é necessario que: — 1° — todos possam ver; 2° — que todos se possam sentar; 3° — que em torno da caixa fique um espaço sufficiente á circulação do diretor e de seus arguidos.

II — A caixa deve ser enchida até aos dois terços da altura de areia fina e bem lavada para que, no se a molhar para a moldagem, não forme morrões. Por outro lado a areia de grãos gossos deve ser regeitada por

que dificulta o trabalho e conserva mal o modelado.

III — Para modelar um relevo o processo seguinte satisfaz: trabalhar primeiramente a seco — nivelar a areia para obter uma superficie plana uniforme;

Se o relevo a obter apresenta sensiveis diferenças de altitudes de uma região para outra (por exemplo, zonas montanhosas, contiguas a outras planas) é vantajoso não nivelar toda a superficie inicial; far-se-ão, ao contrario, intumescencias nas partes em que deverão ser figuradas as zonas montanhosas.

— Traçar, com um estilete as linhas de crista do relevo a modelar; realizar o modelado por alto, calcando a areia nos intervalos que separam as ditas linhas. Aperfeiçoar esse primeiro trabalho de modo a ir obtendo a devida proporção entre as diferentes alturas, dando ás vertentes a inclinação e a forma desejadas. (Não se ater rigorosamente ás cotas reais: sobreelevar os perfis numa proporção variavel com o terreno e o objetivo do exercicio, tendo o cuidado, porem, de bem resguardar as proporções entre as diferentes alturas do movimento do terreno a representar). Sobre o relevo assim obtido, espargir agua com um bico de regador, sustentando-o de uma certa altura, e de modo a que a agua escorra das cristas. Não abusar dela para que não empose com prejuizo da rendão do trabalho.

IV — Os detalhes de planimetria são em seguida representados segundo as habilidades de cada um, mas sempre de modo simples: musgo, fitas, barbantes coloridos, cartões recortados ou colados, para as construções, etc. Deve se dar ao trabalho um cunho de realidade tanto maior quanto menor for a cultura geral daqueles a que se destina. Seu exito depende, sobretudo, da impressão de realidade concreta que o relevo

apresente. Não se poupe, pois, paciência e arte na representação dos accidentes naturais, obras de arte, habitações, construções de um modo geral, etc. Quanto mais verdadeiro fôr o aspecto da planimetria tanto melhor impressão causará o plano relevo. Esses detalhes devem ser executados rigorosamente na escala adotada, não só para sua verosimilhança como também para o desenrolar do exercício e, principalmente, para efeito das avaliações de distancias, só assim possíveis.

Resulta daí que será errônea a utilização dos mesmos figurativos em escalas diferentes daquela para que foram arranjados. Com a continuação obter-se-ão nas unidades jogos de figurativos apropriados para cada uma das escalas de que se servem habitualmente.

As arvores isoladas devem ser representadas por meio de arbusticulos naturais que serão plantados na areia enquanto que as superficies esverdeadas o serão por musgo esfarinhado ou por pós esverdeados, qualquer que seja sua natureza.

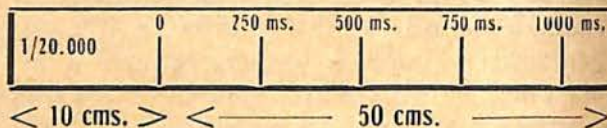
A riqueza da representação planimetrica varia com a escala e com o exercício que se quer executar.

Assim, para o estudo de unidades importantes pouco ou nenhum detalhe, tendo os nucleos de habitação, em tal caso, representação generalizada. Já para os exercícios de batalhão ou companhia necessário se torna uma representação mais apurada; nos de pelotão, grupo de combate e patrulhas será então necessário chegar aos muros, ás sebes, aos montes de pedra, aos valados das estradas, ás fracas dobras do terreno, etc.

V — Adota-se, para cada exercício, a escala que se desejar. Constróe-se-a, depois, numa regoa ou cartão forte para efeito da medição das distancias no decorrer do exer-

cício. Para comodidade de trabalho convem que se disponha de um jogo de regoas de madeira, graduadas nas escalas mais comuns. Com regoas lisas dos dois lados, um jogo de quatro darão oito escalas diferentes, permitindo todas as variedades de exercícios.

A regoa deve ter cerca de 60 centímetros de comprimento. Destes, 50 se destinam a gradação propriamente dita e os restantes 10 centímetros para neles ser escrita a escala correspondente:



Segue-se, a titulo de exemplo, o valor de 50 centímetros de regoa (para um relevo considerado):

1 500 . . .	cerca de 250 ms.	de terreno
1 1.000 . . .	500 ms.	—
1 2.000 . . .	1km.	—
1 3.000 . . .	1km. 500	—
1 4.000 . . .	2kms.	—
1 6.000 . . .	3kms.	—
1 8.000 . . .	4kms.	—
1 10.000 . .	5kms.	—

VI — Os diversos elementos da unidade a fazer manobrar são figurados por pequenos cartões (recortados segundo figuras geometricas). Essas figuras obedecem a uma convenção quanto á sua forma e ainda levam um símbolo do elemento figurado. As unidades são diferenciadas entre si pelas cores dos cartões.

Os figurativos assim obtidos são atravessados pelo centro por um alfinete que tem por fim fixa-lo na areia ou numa prancheta de madeira tenra ou mesmo cartão forte, quando não em uso.

Biblioteca de
"A Defesa Nacional"

"Notas sobre o Emprego da Artilharia"

DO MAJOR INACIO JOSÉ VERISSIMO, é livro indispensavel na biblioteca do oficial de qualquer arma.

SECCÃO DE
ARTILHARIA

Correções do tiro de tempo

Pelo 1.º Ten. Ant. H. A. de Moraes.

Além das correções feitas no caso do tiro percussivo afim de que a trajetória correspondente ao ponto médio passe pelo pé do objetivo temos de fazer outras no tempo de combustão do mixto fuzível, para compensar a deformação da trajetória perturbada e também para corrigir as variações da velocidade de combustão do mesmo.

As causas que influem na deformação da trajetória, aumentando ou diminuindo a sua duração de trajeto, são:

dvo, Wx, d& e dp.

As causas que determinaram as variações na velocidade de combustão do mixto são: dh e d8.

As correções devidas a *diferença de peso*

do projétil (dp) são desprezadas por serem insignificantes.

Essas correções podem ser feitas sobre a distancia *corrigida* ou sobre a distancia *topografica*.

Algumas tabelas de tiro nos dão as correções em função da distancia topografica, outras da corrigida.

As correções devidas ao *sítio* não são levadas em conta porque se admite que nas vizinhanças do plano horizontal que passa pela boca da peça, as curvas *equievento* são verticais.

As nossas tabelas do 75 Sch. Do e do 155 C. Sch. nos dão as correções em função da distancia *corrigida* e a do 75 St. Chamond tem por argumento a distancia *topografica*.

Os elementos representados variam com a natureza do exercício, ou melhor, da unidade exercitada. Assim, para trabalhar os candidatos a cabo, cabos e comandantes de grupo, é necessario figurar cada um dos combatentes do grupo; para o caso de batalhão bastará figurar coletivamente os pelotões, as seções de metelhadoras, os grupos de comando, as seções de engenhos; num exercício de divisão figurar-se-ão os batalhões (ou companhias), os grupos de artilharia (ou baterias), os órgãos de comando, etc.

Cada unidade póde rapida e facilmente constituir um jogo completo e variado de figurativos apropriados á natureza de seus exercícios.

VII — Não se indicarão nunca num plano relevo as cotas numericas do terreno, os limites de zona de ação, as linhas de objetivos ou de defesa, as direções, etc. Tomar como regra absoluta "não representar no plano relevo aquilo que não seja sensível na realidade".

Em consequencia desse principio essencial, não serão figurados, dos elementos inimigos, senão aqueles que efetivamente pudessem ser percebidos pelo executante, como, por exemplo, algumas de suas armas e, sobretudo, seu fogo. Este será figurado pelo centro da zona batida pelos projéteis salpicando-se, nos logares e momentos desejados, nós (giz pulverizado, sal, farinha, etc.) coloridos conforme o genero de fogo desejado (balas de metelhadoras, obuzes, gaz, etc.) Para bem realisar essa salpicagem será vantajoso o emprego de saleiros do tipo "Cerebos".

VIII — Deve-se empregar nas figurações a maior habilidade em conseguir-lhes verosimilhança. Entretanto, os excessos devem ser evitados, cuidadosamente, pois, do contrario: 1º, atravancar-se-ia o plano relevo com detalhes inuteis que prejudicariam a facilidade e a clareza da demonstração e, 2º, furtar-se-ia ao processo sua qualidade essencial, a simplicidade.

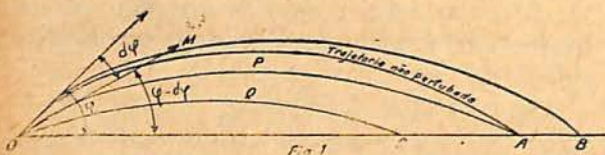
1.º) — CASO DA DISTANCIA CORRIGIDA

Para fixar idéas suponhamos um $dvo + 10$.

Para uma distancia topografica OA, a trajetória correspondente terá um alcance maior e será OB.

Haverá, portanto, necessidade de corrigir essa diferença de alcance.

O angulo corrigido será $(\& - d\&)$ e a trajetória correspondente será OPA. E' a trajetória real.



Si as condições do estabelecimento das tabelas fossem realizadas, o angulo corrigido $(\& - d\&)$ teria um alcance OC e a trajetória seria * OQC. E a trajetória das tabelas.

Evidentemente a trajetória real, OPA, envolvendo a trajetória das tabelas, OQC, terá uma duração de trajeto maior que esta.

Então podemos escrever:

Trajeto real: — $T + dT$.

Trajeto das tabelas: — T .

dT , será por conseguinte a correção a introduzir no evento afim de que o projétil arrebatente no pé do objetivo. O seu sentido, naturalmente, será função da variação do dvo. No caso considerado ele é positivo $(+dT)$.

Nós podemos introduzir essa correção dT quer no evento quer no corretor.

A tabela do 75 Sch. Do (pg. 37) nos dá as correções do corretor em milésimos.

A tabela do 155 C. Sch. (pg. 84) nos dá as correções a introduzir no evento em segundos e décimos de segundo.

2.º) Caso da DISTANCIA TOPOGRAFICA

Si considerarmos uma distancia topografica OA (fig 2) e um $dvo + 10$, o projétil atirado segundo um angulo $\&$ terá um alcance OB, mas devemos fazer uma correção

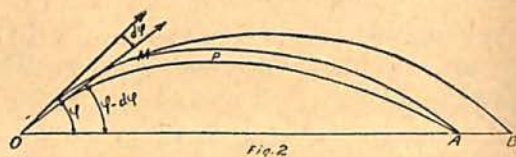
$d\&$ no angulo $\&$ afim de corrigir a variação de alcance AB.

A trajetória real será OPA, sendo $(\& - d\&)$ o angulo corrigido.

Si as condições do estabelecimento das tabelas fossem realizadas, o projétil atirado segundo um angulo $\&$ descreveria a trajetória OMA, mas vimos que devido á variação de um $dvo + 10$, a trajetória real será OPA.

E' evidente que a trajetória OMA envolvendo a trajetória OPA e em consequencia a duração de trajeto desta ultima é menor que a da primeira.

Quer dizer que si entrarmos nas tabelas com o argumento OA (distancia topografica), vamos encontrar uma duração de trajeto T, correspondente á trajetória envolvente, OMA, mas acabamos de ver que a trajetória real OPA é envolvida e, portanto, de duração de trajeto menor.



Nesse caso a correção a introduzir será negativa, isto é, teremos de diminuir a duração de trajeto da trajetória OMA, de uma quantidade dT proveniente de um $dvo + 10$.

Pelo exposto vê-se que, quando se toma como argumento a distancia corrigida, as correções a introduzir no evento são de sinal contrario ás que se fazem quando se toma por argumento a distancia topografica.

O mesmo raciocinio que fizemos para o dvo pode ser aplicado ás demais causas de deformação da trajetória (Wx, dpi e dp).

As correções dh e dO NÃO mudam de sentido quando se emprega como argumento as distancias corrigida ou topografica.

EXEMPLOS.

DISTANCIA CORRIGIDA

Canhão de 155 C. Sch.

Distancia topografica — 4.000 ms.

Schrapnell — Carga 3.

dp — $\times 100$.

Temperatura dos cartuchos — $\times 18^\circ$

Temperatura do ar — $\times 16^\circ$

Pressão — 759 m/m

Wx — $\times 5$

$dio = + 4$

A distancia corrigida será:

Elementos	Correções
dp + 100	— 4,1
dvo + 1,4	— 42,0
dio + 5	+ 2,0
Wx + 5	— 40,0

Correção total 84 ms.

Distancia corrigida 3916 ms.

As correções do tiro de tempo serão:

Elementos	Correções
dvo + 1,4	+ 0,° 1
dio + 0,° 004	— 0,° 0024
Wx + 5	+ 0,° 015
dh + 9	+ 0,° 16
dO + 3	+ 0,° 048

Correção total — 0,° 3204

O evento de altura nula será $19,°3 + 0,°3 = 19,°6$

2.º) — DISTANCIA CORRIGIDA

Canhão de 75 Sch. Do.

Distancia topografica — 4.000 ms.

Shrapnell —

Peso do Projectil + 200 grs.

Temperatura do ar + 20°) dio + 28

Pressão baromeirica 762 m/m)

Temperatura — + 23°

Wx — 5

A distancia corrigida será:

Elementos	Correções
dvo — 0,3	+ 4
dio + 28	+ 18
Wx — 5	+ 47
dp + 200	+ 32

Correção total + 101 ms.

Distancia corrigida: — 4100 ms.

As correções a introduzir no correior serão:

Elementos	Correções
dvo — 0,3	+ 0,15
dio + 28	+ 0,28
Wx — 5	+ 1
dh + 2	— 0,4
dO — 2,5	+ 0,5

Correção total + 1,57

O correior de altura tipo será: $54 + 1 = 55$.

Si quizessemos graduar a espoleta á mão, teremos: Evento de altura tipo: $11,6 - 0,°1 = 11,5$

3.º) CASO DA DISTANCIA TOPOGRAFICA.

Canhão de 75 St Chamoud. Mod. 1920.

Distancia topografica 4000 ms.

Shrapnell

Peso do projectil + 100 grs.

Temperatura do ar — 30°) dio — 15

Pressão barometrica — 758 m/m)

Temperatura dos cartuchos — + 32°

Wx + 5

Sendo as tabelas desse material organizadas de modo a nos dar as correções em função da distancia topografica, não ha necessidade de determinar a distancia corrigida.

Então feremos:

Elementos	Correções
dvo + 2,5	+ 0,5
dio — 15	+ 0,45
Wx + 5	+ 1,5
dh + 8	— 0,8
dO + 8	— 0,8

Correção total a introduzir no correior: — + 1°

O correior de altura nula será: $20 + = 21$

O evento de altura nula será: $11,5 - 0,1 = 11,4$

Acham-se a venda:

Mementos de ordens de Infantaria pelo Major José Faustino Filho

com Prefacio do Major Ignacio José Verissimo

PREÇO: 1º FASCICULO 3\$000

» 2º » 1\$500

SECCÃO DE
AVIAÇÃO

A Tropa em face das ações aéreas e a experiencia de 1932

Cap. ALCINDO PEREIRA

O maravilhoso progresso da aviação após a grande guerra de 1914, colocou-a entre as mais poderosas armas de combate á disposição dos Exercitos modernos.

Na precisão do relevantissimo papel que lhe está reservado nas lutas futuras, as grandes potencias disputam entre si a primasia do poder aéreo, e os países de menores recursos militares, não poupam sacrificios para possuí-la á altura das necessidades da propria defesa.

Todos sentem-lhe a ameaça latente no já consideravel e sempre crescente raio de ação, irrestringivel por obstaculos naturais, e na impressionante capacidade destruidora.

E' iniludivelmente um serio problema a enfrentar, quer sob o ponto de vista de "ação", isto é, um problema cuja solução deve atender paralelamente ao desenvolvimento do poder ofensivo aéreo e ás medidas de proteção e defesa anti-aéreas correspondentes.

Essa é a orientação seguida pelos países militarmente bem organizados. A' medida que aumentam e aperfeiçoam os recursos de ataque, ampliam e metodisam os meios de defesa opostos, extendendo-lhes a ação até á população civil.

Entre nós a questão tem sido tratada de forma unilateral. A nossa aviação, recentemente reorganizada, com o material renovado e com a instrução em constante progresso, está em fase de franca e real prosperidade. A parte anti-aérea, porem, permanece praticamente esquecida.

E' evidente o perigoso desequilibrio dessa situação — aptos para o ataque e impotentes para a defesa —, passivel de lamentaveis consequencias.

A experiencia dos acontecimentos revolucionarios de 1932, já nos fez sentir, em pequena amostra, as desvantagens desse desequilibrio.

As ações aéreas e anti-aéreas então desenvolvidas, vistas pelo prisma reduzido da luta empreendida, permitem conclusões que ampliadas á escala da guerra futura, constituem, sem duvida, uteis e valiosos ensinamentos.

Tentaremos o exame dessas lições vividas,

desenvolvendo considerações e esmiuçando fatos, que permitam ressaltar os erros e as falhas, cuja reprodução cumpre evitar, sob pena de maiores danos.

A eclosão do referido movimento armado, surpreendeu a tropa em estado de quasi absoluta impotencia contra os ataques do ar; faltavam-lhe os meios materiais adequados e escassos eram, neste particular, a instrução e a disciplina.

Aos primeiros contatos com a aviação adversa, evidenciaram-se logo as deficiencias.

A aplicação dos preceitos e medidas regulamentares, aliás muito simples, não se originava de reflexos de instrução, mas era a resultante de imposição violenta dos atos de guerra e como tal eivada de erros e vacilações com a constante caracteristica da inoportunidade.

Ao invés de prevenir, remediava-se.

A improvisação e a astucia utilizadas para suprir as faltas, quando não pecavam por impropriedade, mal conseguiam encobri-las.

A tropa desconhecendo os verdadeiros efeitos dos fogos aéreos e sentindo a fraca eficiencia das armas em mão, para contrabate-los, acusara grande sensibilidade nervosa; denotava nos momentos criticos, impressões variaveis entre o temor excessivo, com riscos e ameaças de panico, e a despreocupação imprudente, com certos e inuteis sacrificios de vidas.

O nervosismo manifestava-se ás vezes, por viva e desordenada fuzilaria, indice de grave indisciplina de fogo e causa de oneroso desperdicio de munição.

Instruções e recomendações as tropas recém-chegadas e mesmo as veteranas ao teatro Sul de operações afirmavam e reiteiravam as disposições regulamentares para a defesa e proteção anti-aérea.

Havia abusos e descuidos a combater. Era comum, por prosápia, desdenhar os perigos do ar, desobedecer ás normas disciplinares de proteção. Desenfiar-se dos tiros e das vistas era por um preconceito absurdo, arriscar-se á pécha de covarde.

Rara a vez que uma bravura desta natureza ou a imprudência de um "incredulo" não trazia como resultado o castigo inflexível de uma explosão violenta, com a perda de algumas vidas. Era aliás o unico argumento que decidia á compreensão e á obediência dos referidos preceitos.

Esse conjunto de faltas, "perfeitamente evitáveis", dava maior vulto aos perigos do ar; constituia precioso auxiliar do adversario que, explorando-os com habilidade podia obter apreciáveis resultados dirétamente sobre a tropa deprimindo-lhe fortemente o moral.

Ao lado desses fatores, outros de ordem geral, "inevitáveis", concorriam tambem para ampliar ou restringir as possibilidades aéreas adversas. Entre os de maior influencia, citaremos o aspéto topográfico da região e o gráu de movimentação da tropa.

No setôr Sul, ao qual nos referimos em particular, as operações desenrolaram-se ora em zona de matas densas, ora em terrenos de vegetação rareada e escassa, ora ainda em campos totalmente descobertos, e caracterisaram-se por duas fases bem nítidas.

Uma, de rapidos e incessantes deslocamentos de tropas, segundo o eixo-ferroviario e circunvizinhanças, devido ás facilidades de transporte. Outro, de movimentos lentos e demorados em virtude do afastamento progressivo do eixo principal de comunicações, pelas maiores dificuldades de penetração, provenientes da natureza da região, escassez e deficiência de caminhos.

Dessas circunstancias resultavam alternativas mais ou menos favoráveis ás ações da aviação adversa. Na primeira fase sua atenção se concentrava mais sobre os transportes ferroviarios e desembarques, então objétivos mais vulneráveis.

Todavia, os danos materiais produzidos não eram de molde a embaraçar a vida e o avanço do Destacamento; causavam apenas temores e inquietações origem de ligeiros retardamentos nos transportes.

Na fase de maior estabilidade da tropa houve a metodisação geral dos serviços e um desenvolvimento apreciavel da rêde-rodoviária, com grande intensificação do movimento de comboios e de tropas, cujo efetivo crescia diariamente. Se por um lado ficava favorecida a ação dos aviões adversarios pelo aumento do numero de seus objétivos, ora mais estaveis,

mais faceis de localizar e identificar por outro lado podia a defesa ser melhor cuidade e em maior escala. Esta fase caracterisou-se por um recrudesimento da atividade aérea adversa, não obstante o contrabalanço da nossa aviação, já mais eficiente.

Dentro das possibilidades existentes a defesa anti-aérea foi exercitada desde o inicio das operações.

O emprego das metralhadoras pesadas (a arma mais adequada que existia) contra os aviões foi aos poucos se sistematizando.

Seções foram especialmente designadas para essa missão. Seus resultados praticos, porém, eram quasi nulos; faltavam-lhes o "material de pontaria apropriado e a instrução especializada" para tao difficil tiro.

Satisfeitas que fossem estas condições, ainda assim, muito aleatorios seriam os resultados, pois, bem sabemos que o alcance eficaz dessa arma no tiro contra-avião — 1.000 m. — é atualmente inefficiente dadas as modernas possibilidades da aviação.

Se a maioria das vezes os aviadores se mantinham além dessa altura, talvez pelo efeito moral dos fogos de terra, não faltaram entretanto, audaciosos para afrontarem impunemente a 300 ms. e menos nossa precaria defesa, metralhando com violencia homens e animais que lhes ficassem á vista.

Nos lugares muito expostos, em que a dissimulação era difficil ou impossivel, e a permanencia obrigada, o unico recurso era o abrigo subterraneo. E eles surgiram por toda a parte, mau grado a aversão votada dos trabalhadores de sapa.

Não apresentavam essas obras, porém, em sua grande maioria, as garantias necessarias a uma conveniente proteção. Os abrigos á prova eram raros; a regra era um fôssco mais ou menos profundo, fracamente coberto, protegendo apenas contra os estilhaços e com inumeros inconvenientes. Entrada única, baixa e estreita, obrigando a flexões forçadas do tronco e como consequencia inevitável: o atropelo nos momentos criticos de entrar, maximé quando o "sinal de avião" era dado pela explosão da primeira bomba. A' saída, as mesmas dificuldades, se tudo corresse favoravelmente, permanecendo intacto o abrigo. Mas, imaginem-se as consequencias no caso de abalar-se a coberta protetora ou de ser entupida, pelo revol-

vimento de terras adjacentes, a unica abertura existente!

No interior do abrigo, deficiencia de capacidade e falta de ventilação. Ao cabo de alguns minutos, a permanencia dentro dessas excavações superlotadas, tornava-se insuportavel; a posição flexionada e o ar irrespiravel causavam mal-estar e vertigens. Essa tortura durava sempre de dez a vinte minutos. E que minutos!...

Qualquer explosão na circunvisinhança, lançando poeira e gases dentro do abrigo, agravava de modo inevitavel as condições internas.

Os poucos solidos, em boas condições tecnicas, eram em regra obra da engenharia, com seus recursos em material e pessoal especializados. E como escapa á missão desta arma, preparar abrigos para as demais e para os serviços, cumpre que estes estejam habilitados a executa-los com seus proprios meios.

Tais trabalhos "devem ser feitos por todos" indistintamente e "qualquer que seja a permanencia no local". Muitas unidades, por saberem demorar apenas um dia ou dois em dado lugar, nada faziam, sob pretexto de que não iriam aproveitar o trabalho; "não valia a pena tanto esforço". Mas aqui tambem se aplica, por analogia, "e por extensão a todas as armas o que prescreve" o art. 236 do R|E|C|L., 2.^a parte: "no DECURSO DO ATAQUE, QUALQUER FRAÇÃO MOMENTANEAMENTE DETIDA, LANÇA MÃO DE SUA FERRAMENTA PARA MELHORAR AS COBERTAS NATURAIS DO SOLO, CRIAR ABRIGOS, INDIVIDUAIS OU ELEMENTOS DE TRINCHEIRAS; AS FRAÇÕES QUE VEM DEPOIS APROVEITAM OS TRABALHOS ESBOÇADOS E APERFEIÇOAM-NOS".

Ora, ha localidades que, por serem pontos de passagem successiva de inumeros corpos de tropa e formações de serviços, com paradas mais ou menos longas, precisam ser dotadas de grande numero de abrigos, afim de que os recém-chegados não fiquem á mercê das maquinas aéreas. E quem deverá construi-los? Não ha tropas especiais para tal fim. E' indispensavel que cada unidade ao chegar, mêtá mãos a obra com decisão.

Se não conseguir conclui-las, fa-lo-ão as que se seguirem. No fim de certo tempo bastará conservá-las.

Mas, a realização desse preceito não é tão facil, como enunciá-lo. Exige energia e decisão dos chefes e compreensão de todos. Mais de uma vez vimos tropas que se haviam des-cuidado dessas medidas, correrem na hora do perigo, tumultuariamente, para os poucos abrigos pertencentes aos elementos e formações instalados na localidade, desalojando-os e tornando precária a propria segurança pela aglomeração inevitavel.

Nas posições de combate sempre notámos maior cuidado com as medidas de proteção, aliás, facilitada pela diluição da tropa no terreno e pelo disfarce, forçadas pela hostilidade permanente do adversario.

Nas zonas de retaguarda e de interior mais procuradas pela aviação, "é que se deve proceder com maior rigor". Nestas os grandes e variaveis intervalos entre os ataques aéreos, estimulam a despreocupação e as facilidades que cumpre reprimir.

Nas regiões em que as povoações são pouco numerosas e muito afastadas uma das outras, em que as habitações de campo são isoladas e raras, e em que as estradas e caminhos escasseiam, ficam as tropas naturalmente mais vulneraveis ás vistas e aos fogos aéreos. Com efeito, uma série de circunstancias contribue para formar aglomerações, inevitaveis ás vezes, de difficil dissimulação. Depois de algum tempo de campanha ha uma tendencia natural das tropas, de estacionarem nas localidades ou suas imediações com o fito de melhorar as condições de vida, embora passageiramente, pois, é nas localidades que em regra se instalam os órgãos de serviço provedores, pela natural convergencia das rodovias e ferrovias; é nas localidades que se encontra algum conforto para homens e animais, capaz de reerguer-lhes as forças físicas e ipso-fato, morais.

O mesmo acontece em escala menor ás fazendas ou casas isoladas de campo, que por se acharem situadas em regra, nos pontos da região que melhores condições de vida oferecem, tornam-se preferidas para estacionamento da tropa ou localização de serviços.

A escassez de caminhos constitue tambem outro fator de aumento dos perigos do ar.

A existencia ás vezes de uma unica estrada, ligando a frente de operações ao ponto terminal (ou estação) da via-ferrea, o que não é raro, ocasiona dificuldades a um transito

intenso de comboios e colunas de tropas, com congestionamentos prejudiciais.

O unico meio de remediar tais inconvenientes e reduzir os riscos de ataques aéreos, "é uma rigorosa disciplina" de marcha e de estacionamento applicadas a tropas e órgãos de serviços indistintamente.

Já não nos referimos aos deslocamentos em sigilo de tropas para efeitos de surpresa, pois, neste caso o rigor tem de ser levado ao extremo, sob pena de fracasso certo.

"Escapar ás vistas e aos fogos da aviação" é regra muito repetida nos regulamentos e mesmo vulgarisada na tropa, mas, de applicação ainda mal comprehendida e um tanto desdenhada, sobretudo nas marchas e estacionamentos.

E essa indispensavel disciplina é parte imanente da instrução, devendo como esta ser aprendida regularmente em tempo de paz. Precisa tornar-se tanto quato possivel reflexa, para que sua execução se processe automaticamente, sem vacilações nem retardamentos, que não mais permite a rapidez de ação dos aviões modernos.

E' sabido que os ensinamentos, bem aprendidos em tempo de paz, applicam-se com facilidade e proveito na guerra.

No teatro de operações já não ha mais possibilidades de ministrá-la.

As mil e uma atribulações de campanha, desviam as atenções para a solução de problemas mais importantes no momento. Em regra a tropa é empregada tal qual vem do interior. Ha sempre "fome" de efetivos, que não admi-

te protelações no emprego das unidades recém-chegadas.

E' verdade, que a experiencia ensinar-lhes-á muitas cousas, sempre á custa de pesados sacrificios. Mas tal processo não pode ser consentido: é malbaratar vidas, gastar prematuramente energias, é abater cedo o moral da tropa com perdas inuteis, é preparar a sua falta nos momentos criticos, em que o fator efetivos é sempre preponderante.

Em resumo, podemos dizer que a pequena experiencia de guerra por que passamos foi bastante para mostrar á evidencia, no que concerne á defesa e proteção anti-aéreas, o nosso Inacreditavel desaparelhamento material e a inadmissivel insuficiencia da instrução e disciplina.

Si as consequencias de tais falhas foram relativamente insignificantes, apenas o devemos á fraqueza do adversario. Mas, o mesmo não acontecerá por certo, se amanhã tivermos de enfrentar um inimigo forte e instruido.

Cumpra saná-las, sem perda de tempo, considerando sempre o imprevisto da irrupção das lutas armadas.

Urge o aparelhamento material do Exercito no que se relaciona com este palpitante aspecto da guerra.

Preservar na inercia atual é preparar insofismavelmente horas amargas de dór e de luto, não só para elementos combatentes, sinão tambem para a população civil inerme, cuja defeza nos está afeta.

8-III-934.

O PRINCIPIO DAS PROMOÇÕES

O grau de *imaginação* necessario para comandar não é evidentemente o mesmo em todos os escalões da hierarquia. Nos escalões inferiores a previsão é muito restricta. Já, um comandante de divisão, si quer desempenhar seu papel, precisa encarar, antes de iniciar uma operação, a sucessão de acontecimentos que se devem produzir, para poder estabelecer um plano racional e a ele adaptar em tempo util os meios de que dispõe.

Um comandante em chefe, hoje deve

prever, com meses, anos de antecedencia os acontecimentos, tendo em consideração as *massas* de homens com que lida, as *toneladas de material* que a menor mudança no armamento, comporta! Portanto, ninguem deve ascender ao escalão supremo se não possue — *faculdade creadora*. É por isso é necessario, em tempo de paz, estudar seriamente as possibilidades de nossos officiais e procedermos escalões intermediarios as seleções necessarias.

(General Serrigny - Reflex sur l'Art de La Guerre).

SECÇÃO DE INTENDENCIA

A ESCRITURAÇÃO DO PATRIMONIO DO EXERCITO

Pelo 1.º Ten. Cont. MARCOS JOÃO REGINATO

No momento em que se envidam esforços, em todos os sectores, para dotar o Exercito de elementos que o tornem cada vez mais eficiente — é oportuno se proceder a uma reorganização na escrituração atinente ao material e fundos em geral.

A administração, por mais insignificante que seja, não se exerce sem que se registre, convenientemente, as alterações e movimentos operados sobre os valores, representados pelo material e fundos. E esse registo cresce de importancia na razão directa do valor dos bens administrados.

Desnecessario será encarecer o vulto do patrimonio do Exercito, constituído do acervo do material e fundos geridos pelos Serviços de Intendencia, Material Belico, Engenharia, Saude, Veterinaria, Remonta, Aviação, corpos de tropa e outras unidades militares.

E o valor desse copioso material aumenta, consideravelmente, quando se constata que a maior parte é de origem estrangeira.

Mas, não obstante os onus que trazem ao Tesouro Nacional as substituições, reformas e aumento do material, não existe um sistema de escrituração geral que permita se conhecer de modo exato, verdadeiro e pronto a situação do patrimonio do Exercito.

A alta administração da guerra tem diligenciado no sentido de estabelecer metodos de escrituração que convenham á administração militar, salvaguardando os interesses do serviço e do Tesouro Nacional, indicando clara e precisamente a situação de qualquer material ou gestão financeira. Mas, apesar do interesse dispensado, a escrituração em vigor na administração do Exercito deixa muito a desejar.

Ha metodos de escrituração em uso na administração militar que datam de muitas décadas.

Em 1910, foram condensados em um livro os modelos e instruções para a escrituração dos corpos arregimentados, ficando revogados os mandados adotar em 25 de Julho de 1889 e 8 de Fevereiro de 1896.

No decurso deste tempo, muitas foram as alterações introduzidas na escrituração geral em consequencia da criação de novos serviços e ampliação de outros; bem como em virtude de disposições regulamentares e dispositivos de leis.

As Diretorias dos Serviços, de conformidade com o que dispõe o § 1º do Art. 125 do Regulamento para Administração dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares, têm organizado modelos e instruções para o registo do material e fundos que lhes estão afetos.

Com a vigencia doCodigo de Contabilidade, que atribuiu á Contadoria Central da Republica a organização das instruções e modelos, para a escrituração dos bens moveis da União, foram estabelecidos processos de escrituração pelo metodo das partidas dobradas, fundamentados nas instruções e modelos mandados adotar na Contabilidade Publica pelo Decreto n. 13.746 de 3 de Setembro de 1919, para uso em alguns serviços.

A escrituração deve, de modo absoluto, adaptar-se ás exigencias da administração, e não a administração ás exigencias da escrituração.

O luto das Diretorias dos Serviços organizaram as instruções e modelos, para a escrituração do material e fundos, que lhes estão afetos, sem que HOUVESSE DISPOSIÇÕES GERAIS REGENDO A MATERIA, deu como resultado serem o material e fundos de cada serviço registados por metodos diferentes. E essa multiplicidade de metodos de registo na administração do Exercito acarreta serios inconvenientes: em primeiro lugar, é flagrantemente contraria á ética militar, em que tudo obedece á uniformidade — pessoal e material. Em segundo lugar traz embaraços á administração, desvirtuando a finalidade da escrita, que deve ser comum nos corpos de tropas e estabelecimentos militares, daquela forma obrigados a manter tantos metodos de escrituração, quantos forem os Serviços que os abastecem.

E muitas vêses os que têm a seu cargo o registo do material administrado pelo corpo de tropa ou estabelecimento militar, atendendo a coerencia que ha em certos modelos adotados por determinados serviços, utilizam-nos para outro, visto se trataram de documentos comuns e do mesmo efeito. Mau grado sao os documentos impugnados, por não serem os adotados pelo respectivo Serviço, não obstante esses modelos reunirem mais detalhes e apresentarem mais clareza.

Do exposto, vê-se como é indispensavel encarecer a necessidade urgente que ha em se reorganizar a escrituração geral do Exercito, atinente ao material e fundos.

A escrituração do patrimonio do Exercito, na sua estrutura, devera ser uma unica, porque os valores administrados pelos diferentes serviços e outros orgaos abastecedores, industriaes e fabricas do Exercito são como vimos de duas ordens: material e fundos.

Não obstante o material variar na especie — o fim e o emprego sao comuns em todas as administrações do Exercito.

A classificação mais generica do material compreende — material permanente e material de consumo e transformação. E todos os serviços quaisquer que sejam suas atribuições tem material das duas natureza.

A escrituração se destina a registrar, convenientemente, as alterações e movimentos, que se operam sobre o material e fundos, assim e de estranhar que existam inumeros metodos para registrar duas ordens de valores na administração militar.

Para evidenciar, categoricamente, as divergencias existentes na adoção de modelos e instruções para a escrituração administrativa, basta citar de passagem — as folhas de vencimentos, os pedidos de material, as guias de remessas, as guias de recolhimento, os mapas carga, os termos de abertura, verificação e exame, os balancetes, os balanços gerais, os mapas de movimento diario e outros modelos que apezar de serem comuns a todos os Serviços, cada Serviço adota um tipo diferente. E a variação é de tal ordem que dentro de um mesmo Serviço os estabelecimentos usam modelos diferentes para um mesmo fim e diferentes tambem são os metodos de escrituração.

Seria ocioso dizer que os **MODELOS COMUNS A TODOS S SERVIÇOS DEVIAM SER ESTANDARDIZADOS.**

E essa uniformidade se impõe cada vês mais em face da aparelhagem que se está imprimindo ao Exército, o que implica no aumento considerável do seu patrimonio, devendo salientar-se o caráter comercial que vai dia a dia tomando mais vulto, nos diferentes sectores, reclamando não só um metodo de escrita compativel com a gestão como também processos de fiscalização e controle.

A despeito dos inumeros metodos de escrituração em uso na administração militar não ha um só que satisfaça as exigencias da administração e aos interesses do Tesouro Nacional. Os processos de registro são deficientissimos; as suas principais características são a imprecisão, a obscuridade e a confusão. E estes fatores geram gravissimos males á administração em geral.

A falta de precisão e clareza nos registros dos fatos que implicam no aumento ou diminuição do patrimonio do Exército, em qualquer que seja a administração, induz os responsaveis pelos bens que administram a usarem deles como lhes ditar a consciencia.

Uma escrita perfeita, que evidencia a qualquer momento, de modo claro e real o estado de qualquer administração, é um meio seguro para se evitarem maquinações dolosas; é um grande coeiciente de ordem, um grande coeiciente de progresso, um grande coeiciente de moralidade; é uma bussola indicando a cada momento o rumo que está seguindo a administração.

A falta de uma escrituração coerente na administração dos bens pertencentes ao Exército tem originado os mais desagradaveis fatos que consignam os anais da Justiça Militar. E para evidenciar esses males basta lembrar as denuncias e acusações infundadas que, constantemente, são levantadas contra diretores, chefes de servicos, comandantes de corpos e outros officiais que têm estado á frente das administrações ou têm gerido valores, como infieis ao cumprimento do dever, malbaratando os bens ou consumindo em proveito proprio ou de outros.

Estes fatos dão lugar a que se exponham officiais de comprovada honestidade á situação humilhante de serem afastados das suas funções como deshonestos e prevaricadores. Enquanto prosegue o inquerito afim de se conhecer a VERDADE permanecem os acusados sob uma atmosfera de oprobrio aos olhos dos menos avisados.

Mas eis que o inquerito chega á parte mais delicada — vai ser examinada a escrituração — que constitue a mais eloquente e insuspeita testemunha — os peritos se desdobram, fazem ginastica para no final de tudo concluir por julgarem a escrituração deficiente. E não se pôde apurar a VERDADE porque a suspeita encontra base numa escrituração, obscura, imprecisa e confusa.

Do exposto se verifica que o sistema de escrituração em uso no Exército, atinente ao material e fundos, é de tal ordem que não permite se evidencie de modo claro e exato a retidão mantida na administração por aqueles que presam a sua honrabilidade e que collocam acima de tudo a dignidade de seu nome.

Uma reforma na escrituração geral do Exército se impõe assim de modo incontestavel. E ela deve ser de molde a poder expurgar-se da administração militar o regimen da irresponsabilidade, oriundo da falta de FISCALIZAÇÃO e CONTROLE que o sistema atual de escrituração não permite.

A escrituração deverá ser feita de fôrma que as autoridades encarregadas da fiscalização sejam as autoridades encarregadas da fiscalização sejam as primeiras a se manifestarem sempre que o material ou fundos não estejam sendo empregados de acôrdo com os interesses do serviço ou do Tesouro Nacional.

Somente uma escrita clara, precisa e exata poderá salvaguardar os interesses da União e evitar que se levantem acusações infundadas contra os que direta ou indiretamente administram bens pertencentes á Fazenda Nacional.

ASPETOS GEOGRAFICOS SUL AMERICANOS

Pelo Major
MARIO TRAVASSOS

Prefacio de
PANDIÁ CALOGERAS

A VENDA NESTA REDAÇÃO

Preço 5\$000

Assinantes: 4\$000

Socios: 3\$000

**SECÇÃO DE
INFANTARIA**

"FICHARIO DO CAPITÃO"

Quadro contróle da situação diaria da Companhia

Pelo Cap. BAPTISTA GONÇALVES

Vamos expôr neste trabalho a construção de um quadro que denominamos "Quadro controle da situação da companhia" e com o qual ficará o capitão em condições de em qualquer momento saber a situação da unidade que comanda. Como veremos trata-se de um quadro que alterado diariamente lhe dará indicações referentes:

- ao efetivo da companhia em

(homens		animais
(viaturas		
 - aos claros ou excéssos existentes
- A situação no que diz respeito:
- aos empregados internos e externos
 - aos baixados no hospital, enfermaria, etc.
 - aos ausentes com ou sem licença
 - aos presos de correção, sentenciados, a disposição da Justiça
 - aos detidos
 - aos não apresentados
 - aos em diversos destinos.

Não se trata de um quadro teorico destinado a receber elogios, mas de um ótimo auxiliar do comando sancionado pela pratica de um ano, com ótimos resultados e em uma unidade de grande efetivo como seja o Batalhão Escola.

MATERIAL

O material necessario para a sua construção é o seguinte:

- quadro de madeira ou alumínio de 41 cm. x 30 cm. x 1 cm.
- prégos de 1 cm 5
- fichas circulares de ôsso, papelão ou alumínio de côr branca com 1 cm 5 de diametro.
- fichas semi-circulares de cores diversas, 1,cm. 5 de diametro.

As fichas a empregar serão as comumente usadas nos jogos de cartas.

CONFECÇÃO DO QUADRO

Não apresenta nenhuma dificuldade. Depois de cortado de acôrdo com as dimensões

indicadas mais adiante colocam-se os prégos distanciados como indicamos adiante. O seu numero e disposição serão tirados da 1.ª parte do R. E. C. I. e segundo o efetivo e formação indicadas.

MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO

Pronto o quadro trata-se então de colocar as fichas de conformidade com a organização da Secção Extranumeraria, dos pelotões e dentro destes segundo a distribuição dos homens pelos grupos de combate.

Para isto na parte inferior da ficha circular escrevemos a tinta ou a lapis o numero do sargento, cabo ou soldado e a distribuimos pelos suportes conforme o lugar que deve occupar no grupo, a praça a quem a mesma corresponde, levando-se em consideração a função que exerce: comandante de grupo, cabo fuzileiro, 1.º municidor, etc., etc.

Si a Companhia não estiver com o seu efetivo completo, não serão colocadas as fichas que indicariam a existencia e função dos elementos que faltam.

Feita então a colocação das fichas, levando em conta o efetivo da Companhia, passamos após a indicar a situação em que se encontram cada uma das praças que a compõem. Quanto ás praças que não têm alterações deixamos as fichas circulares, em branco; para as outras utilizaremos as fichas semi-circulares, convencionando uma côr para cada especie de alteração, e com elas cubrimos as primeiras. Isto se consegue porque sendo ambas furadas na parte superior, quando se coloca a ficha semi-circular sobre a inteira, a parte inferior da segunda fica descoberta, deixando á vista o numero da praça.

Executadas as ações acima enumeradas, nada mais teremos do que trazer em dia, o quadro, movimentando após a saída do Boletim e, assim, poderá em qualquer momento dar o capitão informações sobre a situação da sua unidade dispensando o manuseio do peculio e da relação de alterações.

BATALHÃO ESCOLA

Quadro controle da situação diária da companhia

Sec. Extra

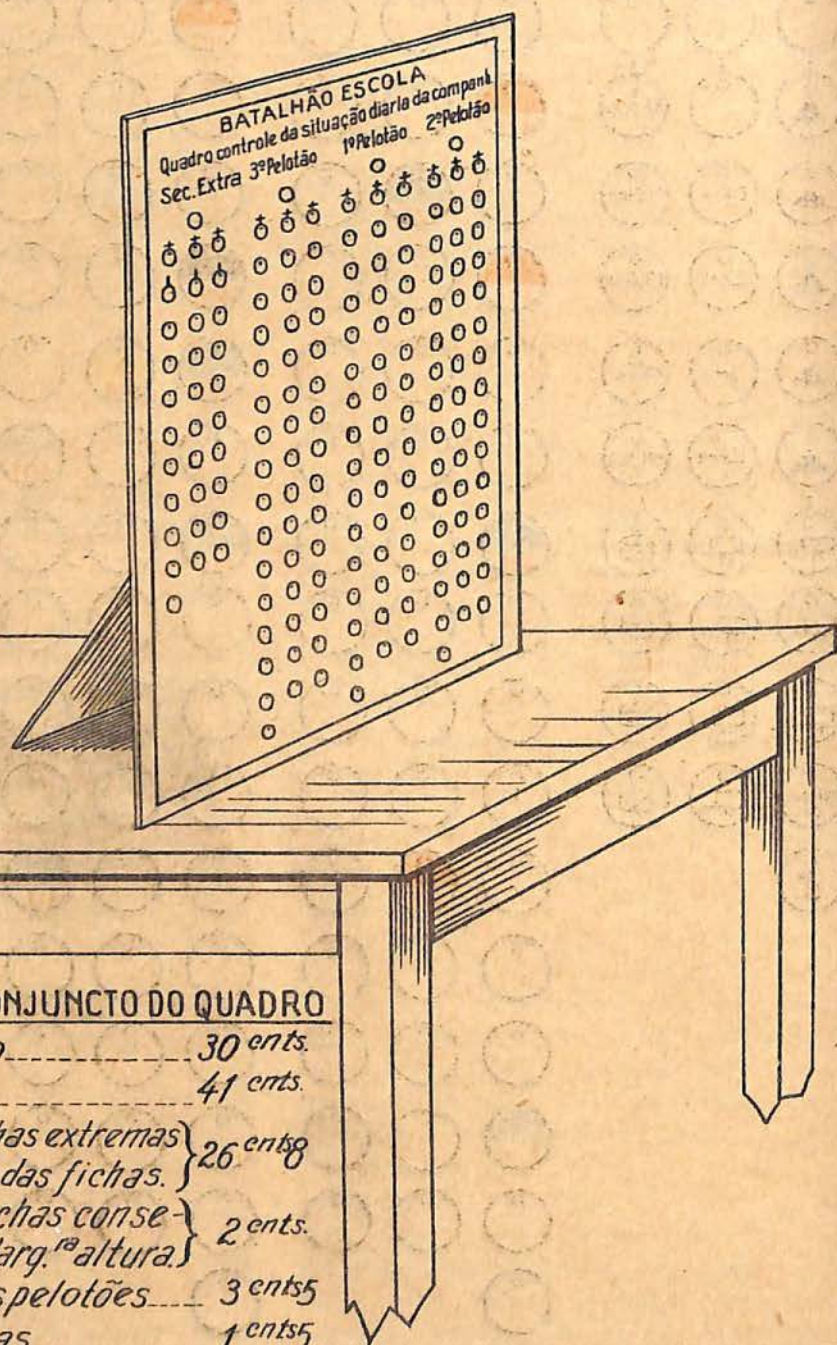
3º Pelotão

1º Pelotão

2º Pelotão

		<							

SITUAÇÃO DO QUADRO SOBRE A MESA DE TRABALHO



A título de exemplo indicamos as côres abaixo para a indicação das alterações mais comuns na Companhia:

Verde	—	Empregados	{	internos
			{	externos
Amarelo	—	Baixados	{	ao hospital
			{	D. C. Campo Bello
			{	S. H. de Italiaia
Vermelho	—	Baixado á		enfermaria
Preto	—	Prêso de		correção
Azul	—	Detido		
Rôxo	—	Em diversos		destinos.

Outras convenções podem também ser adotadas para designar as praças desarranchadas, casadas e as que pernoitam fóra; tudo isto não entretanto, fica ao critério e gosto de cada um.

No que diz respeito ao tamanho do quadro poderá o mesmo ser aumentado, para que pos-

sa conter as indicações referentes aos animais e viaturas, ou diminuído, desde que se utilize fichas de menor diametro.

Quanto a sua colocação poderá ser colocado sobre a mesa do comando ou ser fixado na parede.

A fig. 2 dá uma idéia do que seja o que acabamos de expôr. Nela vemos a partir da esquerda para a direita a Sec. Extra, 1.º pelotão, 2.º e 3.º com as seguintes alterações: Sec. Extra: nenhuma alteração.

3.º pelotão	{	Baixado a	enfermaria 425-471-416
	{	Detidos	427-478-417
1.º pelotão	{	Baixados	{ ao hospital 418 - 415
	{		{ á enfermaria 300
	{	Detidos	412-428
	{	Preso	476
	{	Empregados	406 - 411
	{	Em diversos	destinos 407
2.º pelotão	{	Baixados	{ ao hospital 410 - 414
	{		{ á enfermaria 408
	{	Detido	400
	{	Empregados	405
	{	Em diversos	destinos 409 - 413

Banco dos Funcionarios Publicos

RUA DO CARMO, 59 - (Séde Propria)

Capital 10.000:000\$000

Reservaas 502:175\$138

CARTEIRA COMERCIAL

Caução de titulos de real valor — Hypotecas com amortização mensais
Descontos de contas do Governo — Antichreses

TAXA PARA DEPOSITOS

c/c Limitada 5 %

PRASO FIXO

6 mezes 6 %
9 mezes 7 1/2 %
12 mezes 8 1/2 %
Em 12 mezes com renda mensal 8 %
Para os acionistas mais 1/2 %

O Banco oferece aos depositantes inteira garantia, o dinheiro entregue á sua guarda é empregado em empréstimos aos funcionarios publicos federais com assistencia do governo e cuja cobrança é por este efetuada por intermedio das suas repartições em consignações mensais, que constituem deposito publico.

EXPEDIENTE ININTERUPTO

(De 10 ás 16 horas)

A formação dos Oficiais de Reserva

L. Ten. Heitor BORGES FORTES

As novas leis do Serviço Militar e do Ensino Militar contêm excelentes dispositivos visando canalizar para os Centros ou Escolas de Oficiais de Reserva um maior numero de jovens brasileiros.

De fato, é de esperar que os futuros possuidores do "certificado de instrução militar preparatória" instituído para os estudantes de ensino secundário (inclusive Colégios Militares) aos quais se não dará mais a "caderneta de reservista", venham engrossar as fileiras dos cadetes dos C. P. O. R., cujo recrutamento se faz hoje, quasi exclusivamente, nos meios academicos das Escolas de ensino superior.

Um ponto, porém, merece a atenção do Governo, pelas más consequências que vai acarretando: é a supressão do pagamento de vencimentos aos Aspirantes a Oficial de Reserva, quando em estágio nos corpos de tropa, para a nomeação ao posto de 2.º Tenente.

Os C. P. O. R. regionais devem possuir estatísticas das perdas de oficiais de reserva decorrentes dessa medida de emergencia, capazes de convencer aos chefes da conveniencia de sua derrogação.

O numero de abnegados estagiarios (pois eles se fardam, transportam, etc., por conta propria) foi diminuto, no ano findo.

A outra fonte de formação de oficiais de reserva prevista pela Lei do Ensino, resulta do aproveitamento de "certas praças do Exército Ativo, mediante cursos especiais que

funcionarão nos corpos de tropa e eventualmente nas formações dos serviços".

Refere-se este dispositivo, naturalmente, aos sargentos de fileira (excepcionalmente soldados e cabos) aos quais se ministrará o curso de Comandante de Pelotão ou Secção.

Parece-nos que as disposições relativas a esta fonte do oficialato de reserva estão a merecer uma consolidação, pois o assunto é citado no R. I. S. G., para assegurar sómente aos sargentos possuidores dos curso de comandante de pelotão (ou secção) a promoção aos postos de 2.º e 1.º sargento e sargento-ajudante; no Decreto que creou o quadro de Sub-Tenentes, exigindo tal curso para os candidatos a este posto; nas Instruções complementares ao Regulamento do Corpo de Oficiais de Reserva, e em avisos e soluções de consultas diversos.

Neste momento, em que o quadro de Sub-Tenentes vai ter sua formação inicial, e inumeros sargentos aspiram melhorar sua situação, cremos ser oportuno fazer essa consolidação, restabelecendo em cada Região Militar, o Curso de Oficiais de Reserva, um para cada arma nela existente, visando o "aproveitamento de certas praças do Exército Ativo", e assim teremos a regularização de muitas promoções feitas sem observancia dos preceitos regulamentares, e a seleção necessaria e indispensavel para o preenchimento das vagas decorrentes das promoções ao novo posto da hierarquia militar.

Março II, 1934.

BIBLIOTECA DE
"A
DEFESA NACIONAL"

A C H A M - S E N O P R E L O :
Regulamento de Continencias
Numenclatura do Fuzil "Mauzer"

SECÇÃO DE
INTENDENCIA

O SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIAS NAS REGIÕES MILITARES

Pelo Cap. VALERIO BRAGA

I — NECESSIDADE DO SERVIÇO

Como se sabe, compete ao Serviço de Intendencia, em tempo de guerra, além de outros misteres, "a organização, direção e execução do reaprovisionamento diário, em viveres e forragens, para todos os efetivos (homens e animais) que se acham sob a autoridade do comando em chefe e, eventualmente, providenciar para a alimentação dos contingentes da Marinha, prisioneiros de guerra e populações civis que, em certas circunstâncias, devem ser abastecidas de viveres pela autoridade militar."

Como pôde o Serviço de Intendencia, de um momento para outro, sem o tirocinio adquirido pelo funcionamento do serviço de subsistências desde o tempo de paz, cumprir, na guerra, e imediatamente, logo nos primeiros dias da mobilização, arduas missões acima referidas?

No caso brasileiro acresce, ainda, que nós, infelizmente, não temos, até a presente data, o Serviço de Reabastecimento Nacional perfeitamente organizado. Si o possuíssemos, competiria somente ao serviço de subsistências receber os fornecimentos, segundo as condições de tempo e lugar previamente determinadas, estabelecidas no plano de reabastecimento militar e, então, só lhe caberia a tarefa de conserva-los, transforma-los e distribui-los às tropas ou às populações.

Não estando, ainda, funcionando o Serviço de Reabastecimento Nacional, impõe-se a criação, nas Regiões e Circunscrições Militares, do serviço de subsistências para o fornecimento de viveres e forragens e organizado de tal maneira que possa satisfazer, nas zonas territoriais correspondentes aos grandes comandos militares — e não por Estados — a título provisório, as finalidades a que se destinam as "Comissões Estaduais", constantes do ante-projecto, redigido em 1928, sobre o funcionamento do Reabastecimento Nacional.

Ao invés de se criar, cada um regido por instruções próprias, sem coordenação entre si, serviços de subsistências pelas Regiões e Circunscrição Militares, com atualmente se dá, somos de opinião que competia à D. I. G. a "estandardização" de tais órgãos

provedores, criando-os e fazendo-os funcionar em todo o território nacional, estabelecendo diretivas uniformes que os transformassem, também, em verdadeiras "Comissões Regionais", que seriam órgãos de estudo e preparação do Reabastecimento Nacional. (*)

E mesmo que o S. R. N. estivesse em pleno funcionamento, o serviço de subsistências só poderia, em guerra, realizar os seus objetivos — conservar, transformar e distribuir os fornecimentos — si existisse em atividade desde o tempo de paz, pois tais finalidades exigem um aparelhamento técnico e um pessoal especializado, que não podem ser improvisados de um momento para outro.

Infelizmente nos não precisamos ir buscar no estrangeiro exemplos que nos venham demonstrar a que calamidades está sujeita uma tropa que avança sem ter previamente organizado um serviço de substancias capaz, provido dos meios e do pessoal necessários a rea-

(*) O S. S. M. acha-se atualmente em funcionamento, fornecendo viveres e forragens, nas 1.^a e 4.^a Regiões Militares e na Circunscrição Militar de Mato Grosso; nas 2.^a, 3.^a e 5.^a o Serviço só fornece forragens.

As "Instruções para o serviço de subsistências militares da Primeira Região Militar" acham-se publicadas no "Diário Oficial" de 16 de Maio de 1933. Por estas instruções, o S. S. da 1.^a R. M. é autônomo para todos os efeitos previstos nas disposições em vigor no Ministério da Guerra.

Tem uma organização toda especial, cabendo a chefia do Serviço a um Coronel ou Tenente-Coronel e a do Gabinete a um Tenente-Coronel ou Major; além da secretaria, contadoria, almoxarifado e serviços gerais, ha no S. S. da 1.^a R. M. duas seções, chefiadas, respectivamente, por um major, intendente de guerra.

Pelas "Instruções provisórias para reorganização do Serviço de Subsistencia Militar, da 4.^a Região Militar", publicadas no Boletim do Exército, n. 102, de 20 de Março de 1932, o Serviço é sujeito à fiscalização imediata da chefia do Serviço de Intendencia Regional e por intermedio da mesma se entende com os escalões superiores.

Em consequencia da autonomia administrativa do S. S. da 4.^a Região, o S. I. R. — que, como se sabe, compreende duas seções, a 1.^a e a 2.^a seções, cada uma chefiada por um major — sofreu a seguinte modificação: todos os encargos da 1.^a e 2.^a seções, que não se relacionavam com o serviço de subsistências, passaram a ser desempenhados por um só chefe (um major), ficando o outro chefe (o outro major) somente encarregado do S. S. M.

Vê-se, pois, que a organização do S. S. M. da 4.^a R. M. é completamente diversa da que existe na 1.^a R. M.

Nas 2.^a, 3.^a e 5.^a Regiões Militares, onde o S. S. só fornece forragens, as instruções que os regem são completamente diversas umas das outras.

lização da sua finalidade, porque a Retirada da Laguna e os horrores que sofreram os nossos soldados em Canudos, são, na nossa Historia, duas paginas negras, que nos vêm provar, com fatos concretos, a importancia da organização do referido órgão provedor.

Já se foi o tempo em que se admitia que a “guerra alimenta a guerra”. Hoje, com a luta de nações contra nações, ocupando-se nas atividades belicas milhões de individuos, dos quais, aliás, somente uma percentagem minima atúa na frente e com a agravante da tendencia das guerras se prolongarem por longo tempo — apesar do emprego dos meios e armas modernas, terrivelmente mortíferas — mais se evidencia a necessidade de se organizar o Serviço de Reabastecimento, em todo o territorio nacional ou no minimo, enquanto tal não fôr exequível, o Serviço de Subsistencias Militares nas sédes dos grandes comandos regionais e da Circunscrição Militar.

II — VANTAGENS DO SERVIÇO

1 — *Vantagens Militares.*

a) Enquanto o S. R. M. não estiver em exercicio, a maior vantagem do funcionamento do S. S. M. resulta justamente da sua possível utilização como órgão de estudo e preparação do Reabastecimento Nacional, fazendo com que o Exercito tome constante contacto com os grandes emporios de produção, cuja capacidade fica conhecendo.

b) Obriga os corpos de tropa a se aparelharem do material e pessoal necessarios ao funcionamento do rancho e cosinha e livra, assim, a tropa do regime da “ração preparada”, feita sob a direção de um negociante extranho ao mecanismo militar e em geral dono de todos os utensilios usados no serviço.

c) Obriga a fazer-se um dos melhores exercicios para o exito da guerra: o treinamento do pessoal militar nos serviços de rancho e cosinha.

d) Obriga a fixação de uma “etapa unica”, para toda a guarnição, estudada á luz da técnica alimentar e consentanea com os hábitos e recursos locais.

e) Com a centralização do Serviço e o emprego dos meios técnicos para a conservação dos viveres (silos, camaras de imunização de cereais, laboratorios bromatologicos e outros), fornece aos efetivos artigos de melhor qualidade e em quantidade suficiente para a sua

alimentação, fazendo com que, dest’arte, desapareçam neles doenças reais e outras consequências da fome, como a “astenia geral”, que não mais grassa na cavallhada da 1.ª R. M. e nas demais zonas em que o S. S. M. está em funcionamento.

2 — *Vantagens economicas.*

a) Comprando-se diretamente dos produtores, em grandes quantidades e nos proprios locais da produção, evitando-se, assim, a majoração dos preços devida aos intermediarios, obtém-se fornecimentos em condições muito mais vantajosas, muito mais economicas. (**)

b) Com a montagem dos estabelecimentos que o S. S. M. faz funcionar (frigorificos, matadouros, postos agro-pecuarios, aviarios, fabricas de massas alimenticias, torrefações de café, padarias, ferrarias etc.) contribue o Exercito para o aumento do valor do nosso patrimonio, ajudando, assim, o desenvolvimento do progresso nacional.

III — CONCLUSÃO

a) A titulo provisório, antes da organização e funcionamento do S. R. N., deve-se criar, nas Regiões e Circunscrições Militares, o S. S. M., regido por instruções uniformes, para todo o territorio nacional, autonomo sob o ponto de vista administrativo e sob a fiscalização imediata da chefia do Serviço de Intendencia Regional ou da Circunscrição Militar.

b) Com o fim de “estandardizar” o Serviço, de orienta-lo no sentido da preparação geral e diréta do reabastecimento nacional, será instalado, na Capital Federal, o Serviço de Subsistencias Militares, órgão de estudo, preparação e direção, que organizará as diretivas para os serviços de subsistencias regionais e da Circunscrição Militar, o qual, subordinado á D. I. G., exercerá a suprema chefia do mesmo serviço.

(**) Só no quantitativo para forragens, em 1931, o Serviço Central de Subsistencias da 1.ª Região Militar fez uma economia de mais de 2.500 contos de réis, apesar de se ter fixado tal quantitativo em 2\$200, ao envez de 4\$000 e até 6\$500, como chegou a ser anteriormente.

Com a etapa, em 1932, apurou-se, na 1.ª Região Militar, uma economia de 2.132 contos de réis. O mesmo fato foi observado na Circunscrição Militar de Mato Grosso e nas demais Regiões Militares, onde se poz em funcionamento o S. S. M. Na 3.ª Região Militar, por exemplo, apesar de se ter descido o quantitativo de forragens de 3\$000 para 1\$500, mesmo assim, com a pratica do novo sistema de reabastecimento, houve grandes economias.

SECÇÃO DE
VETERINARIA

Fabrico mecanico de ferraduras para o Exercito

Pelo 1.º tenente vet.º ARMANDO RABELO DE OLIVEIRA

Sob esse titulo apresentamos á Direção de Estudos da E. A. S. V. E., em Setembro de 31, por ocasião do nosso curso de aperfeiçoamento, um trabalho de subido interesse para a tropa, e que logrou merecer do então diretor técnico e saudoso mestre, Paul Dieulouard, um especial louvor, resolvendo o mesmo, após encarecer a materia com seu proveito parecer, encaminhá-lo ao E. M. E. para o devido estudo.

Assim, favorecida pelo bafejo de uma opinião mais autorisada, teve aquela idéa a mais formal aprovação, pelo muito de economia e rendimento que prometia ao Exercito, uma vez que a novel industria, aventada nos moldes por que o fizemos, viria sanar um grande mal, além de constituir o aparelho capaz de prover, efetivamente, as necessidades da tropa naquele ramo de manufatura.

Sob os auspícios desse justo criterio, passamos logo a consultar os representantes de algumas empresas estrangeiras, tendo obtido de alguns, como da firma Helm Stoltz & Cia., informes muito completos sobre maquinaria para grande produção diaria de ferraduras e cravos, mas de custo muito elevado e de excessivo rendimento para o que tínhamos em vista fosse creado. Recorrendo a industria americana conseguimos, mercê da obsequiosa solicitude de Mr. Pinkerton, consul americano nesta Capital, um catalogo da filial, em Madrid, das grandes empresas siderurgicas "Bliss", no qual fomos encontrar aquilo que justamente procuravamos, isto é, maquinaria singela, de manejo simples e facil transporte, constituida por 5 peças desmontaveis, com capacidade para produzir de 1.500 a 2.000 ferraduras em 10 horas de trabalho. Se não nos falha a memoria, o custo de toda a aparelhagem, calculado ao cambio do dia, saia naquela época por quantia aproximada a 80 contos, cif.

Ora, sendo chefe da Missão Militar Brasileira encarregada da compra de material para o nosso Exercito o General Leite de Castro que, como Ministro, teve ocasião de compulsar, demoradamente, toda a documen-

tação coligida a respeito, estamos certos de que, ao visitar as usinas europeas das "Empresas Bliss", tudo fará no sentido de atender áquele bem fundamentado estudo da veterinaria militar, que por esse modo quiz revelar o empenho que tem de ver assegurado ao cavalo da tropa esse material, de todo imprescindível, maximé quando em serviço de guerra.

Vejam, em seus pontos mais essenciaes, o texto daquela nossa contribuição á causa do cavalo nacional.

Afigura-se-nos, como sendo medida da mais imperiosa necessidade uma remodelação completa no organismo funcional das oficinas de ferraria regimentais, não só para que venham a ser cumpridas as "Instruções" baixadas em 10 de dezembro de 1921, ainda em vigor, como para proporcionar a essa rude manufatura os meios de majorar seu rendimento, com reais vantagens para o Exercito.

Por outro lado, não temos noticia da existencia real de um estoque apreciavel de "ferraduras de reserva", copaz de atender as necessidades dessa ordem, no caso de mobilisação dos nossos efetivos de guerra. Penso mesmo poder afirmar que a "ferradura de mobilisação", tal como prescreve o art. XIII daquelas "Instruções", nunca existiu nas unidades melhor aquinhoadas do nosso Exercito, por isso que o veterinario nelas destacado nunca poudé dispôr, até ao presente, do conjunto de elementos requeridos para levar a bom termo aquele dispositivo regulamentar. E' que embora todos reconheçam, nas corporações montadas, a utilidade de um excelente corpo de ferradores, nunca deixou de haver da parte das sub-unidades, certa opposição ao recrutamento regular dos aprendizes da arte do ferrador, do que resulta quasi sempre a ausencia de braços habilitados para desempenhar satisfatoriamente esse myster. E se em algumas unidades chegámos a reunir 3 a 4.000 ferraduras de reserva, foi sempre a custa de medidas emulativas por nós engendrados que, não raro, deram causa á graves malefícios físicos,

deixando quasi sempre os competidores resentidos na sua saúde, pelo rude esforço dispendido.

Efetivamente, é por demais ardua a tarefa dos nossos ferradores num regimento de cavalaria, particularmente nos meses em que o calor é asfixiante. Tudo por que se tem desvirtuado até hoje a letra expressa da legislação concernente. O espirito que ditou as "Instruções" que regem o Serviço de Ferragem nos corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares quiz tornar obvia a noção de que a fabricação total das ferraduras a consumir no Exercito não deve ser obra das ferrarias regimentais que, mal providas, na sua generalidade, acarretam com aquele desiderato o emprego exaustivo do ferrador e um dispendio exagerado de carvão e materiais accessorios. Assim é que aquelas "Instruções" em seu art. 2.º preceituam: "A aquisição de ferraduras para o Exercito será feita em grandes lotes, "pelo serviço de Intendencia da Guerra", que exigirá (dos fornecedores) a satisfação rigorosa dos característicos dos tipos adotados". E mais adiante, no art. XII: "Os fornecimentos aos corpos e estabelecimentos do Exercito" serão feitos pela Intendencia da Guerra, mediante pedidos em que virão expressos os modelos e bitolas". Ainda mais abaixo, o art. 25 do cap. III, estatue: "Os comandantes de esquadrão, bateria, companhias farão, trimestralmente, o pedido das ferraduras necessarias para sua sub-unidade "distribuindo-as aos ferradores, á medida das necessidades."

Eis aí bem esclarecido o erro em que de ha muito vimos incorrendo, e que constituiu por muito tempo a verdadeira causa da natural preferencia dos nossos habéis ferradores pelas oficinas civis, onde o malho e o martelo de palma não exigiam tão insistentemente, o emprego afincado das suas energias.

Ha mistér, portanto, prevenir o afastamento por prematura gasto ou desistencia, desses auxiliares preciosos do veterinario na tropa, criando-lhes situação menos exigente, tal como a que se acha delineada nos termos das "Instruções" que regulam esse genero de serviço nas unidades armadas.

E' chegado o tempo de nos aproveitarmos da experiencia estrangeira, tambem neste ramo de manufatura. Na Europa, a fabricação mecanica da ferradura suplantou a manual por força das vantagens economicas de pron-

to evidenciadas. De um lado, o crescente preço da mão de obra, a dificuldade do recrutamento escolhido de aprendizes para o rude officio, e do outro, o avançado gráu de aperfeiçoamento e a enorme produtividade do sistema mecanico, tornou essa industria definitivamente vitoriosa em muitos paises. Com isso não queremos dizer que se extinguiu, no Velho Mundo, a arte do ferrador; ao contrario, ela se aperfeiçoa dia a dia, visto ser no acabamento modelador da ferradura, posta em confronto com o casco a que se vae fixar, que a habilidade do operario se revela nitidamente. A fabricação mecanica veio apenas poupar ao homem o maior esforço requerido para laminar o "traço", e dar-lhe o encurvamento necessario, ficando a tarefa mais suave e tambem mais sutil ao encargo do ferrador. E', pois, um sistema mixto de fabricação que preconizamos para o serviço de ferraria militar. A' objeção de que a maior condensação do ferro forjado na bigorna oferece resistencia muito maior ao gasto, podemos obter — com Tasset, professor de ferraria na Escola de Saumur — que a pratica de algures já evidenciou devidamente que, tão só a qualidade do ferro, basta para demonstrar a inconsistencia do argumento.

Como rendimento economico tem-se registrado: o ganho no tempo, na redução de operarios, no consumo do agente calorígeno e, principalmente, no indice da produtividade. No tocante ao aprendizado a ser mantido permanentemente nos corpos de tropa, aproveitar-nos-á, sobremodo, o conselho esclarecido de Goyau, assim formulado: "Sob o ponto de vista da instrução dos ferradores, metade das ferraduras consumidas pelo Exercito, em tempo de paz, deverá ser forjada nas terrarias regimentais". Não adotariamos, consequentemente, as maquinas de fabricação completa da ferradura, que constituem uma industria vultosa em alguns centros de produção estrangeira, como a manufatura de Sibut & Cia. de Amiens, as usinas Gauthier de Donan, que produziam cerca de 80.000 ferraduras diarias, em 1915, e a Sociedade Commercency ainda com maior produção. Tambem não nos aproveitariamos os arqueadores, a que os francezes denominam "cintreuses", maquinas de facil manejo e preço modico, de que ha inumeros tipos e modelos. Trabalhando com um desses engenhos, dois operarios amestrados podem fabricar 40 a 45 ferraduras no praso de uma hora. O tipo de ar-

queador Vernet, pesando 115 quilogramas, era vendido antes da guerra por 170 francos, e muitos outros modelos poderiam ser aqui apontados, se não tivéssemos dado preferência aos de fabricação das Empresas Bliss.

O capitão veterinário Antonio José Henning, da nossa então Escola Provisória de Cavalaria, apresentára às autoridades militares, há cerca de dois anos, um projeto que visava à criação, na Vila Militar, de uma vasta oficina de ferraria capaz de prover as necessidades do ferrageamento a todos os corpos da 1ª Região. A idéia nos pareceu boa, apenas carecendo de maior elasticidade quanto ao objetivo provedor. Seria uma solução episódica e, como tal, falha no seu alcance econômico, mórmente por não cogitar do fabrico mecânico.

De efetivo equino, muitas vezes maior é a guarnição militar do Rio Grande do Sul, e, no entanto, dela não cogitava o mencionado projeto. Se a Diretoria do Serviço de Veterinaria do Exercito tiver bem presente o quanto hão servido para evidenciar a precariedade dos nossos recursos neste assunto, os movimentos armados ocorridos nos dez

ultimos anos, não protelará por maior tempo dar-lhe sistema mais concentrado com o grão de aperfeiçoamento que se faz por atingir, visando torna-lo mais e mais eficiente.

Feita a centralização do fabrico mecânico de ferraduras para o Exercito, distribuido por algumas fabricas, localizadas segundo preceitos de ordem tática, a Chefia do Depósito Central de Material Veterinario seria o órgão naturalmente indicado para assumir a sua direção tecnico-administrativa. Esse departamento do Serviço de Veterinaria, hoje perfeitamente aparelhado para os fornecimentos que lhe são devidos, passaria a se empenhar com marcada relevancia na administração do novo sistema industrial.

Após a instalação da oficina mestra, na séde da 1ª Região Militar, outras seriam criadas nas regiões onde o efetivo equino é numeroso, ficando cada uma destas sob a direção das chefias veterinarias regionais.

Com essa organização, tornar-se-ia muito simplificado o serviço de ferrageamento normal nas corporações armadas e, sem duvida, devidamente assegurado o provimento a larga desse artigo nas contingencias da guerra.

“A CAVALARIA”

ORGÃO DA ESCOLA DE CAVALARIA

Acaba de vir a luz, seu primeiro numero. Contendo 64 paginas de excelente materia, bem cuidada como se apresenta, ela tem certamente um promissor e fecunda futuro diante de si, perfeitamente assegurado.

“Cavalaria” é um ótimo sintoma além de tudo. Revela esse espirito sempre ardente e vivo, que não se abate e não esmorece apesar de todos os pezares, tão proprio de nosso Exercito!

Aparecendo justo no momento atual em que alviçareiras e umas andam todas as espeleis”, vem cheia dessa grande alma, dedepç ranças, porque evidentemente enveredamos por bôa senda, tal atestam “nossas novas leis”, vem cheia dessa grande alma, desse “espirito cavaleiro” que jamais fenéce e que é o recurso salvador das “grandes crises” dos campos de batalha!

“A Defesa Nacional” saúda ardentemente sua novél coléga e faz-lhe os mais lisongeiros augurios. Ela vê em “Cavalaria” — seja-lhe permitida esta pequenina vaidade — um dos resultados de seus XXI de campanha em pról dos progressos de nosso Exercito e da organização eficiente de nossa defesa militar.

Até aqui, combatendo mais ou menos só, tem conseguido vencer todos os obstaculos e “impõe pela pertinacia” sua “vontade”. Dora-vante, tendo a seu lado “Cavalaria”, certo sua tarefa ser-lhe-á imensamente facilitada. É tanto mais que “Cavalaria” assim se apresenta:

“...orgulhosa e ufana de sua elevada missão, acolherá e difundirá as bôas idéas, disseminando os ensinamentos, os conselhos que a experiencia e o conhecimento de cada um venha pôr ao alcance de todos.”

SECÇÃO DE AVIAÇÃO

AÇÃO DOS RAIOS SOBRE AVIÕES EM VÔO

La "France Militaire", em seu numero de 7-XII-33, nos faz conhecer que segundo estatísticas alemãs é de 36 até o presente o numero de aviões atingidos, em vôo, pelo raio, sendo que a Alemanha obtem o maior numero: 23 sobre 32. Justifica-se esta desfavoravel proporção para a Alemanha, porque neste paiz o numero de vôos com o mau tempo é superior aos demais países.

Estes incidentes serviram para obter-se um certo numero de ensinamentos, cuja divulgação serve aos nossos pilotos, principalmente agora em que o trafico do correio aéreo intensificou-se.

Os aparelhos atingidos pelos raios o foram de madeira, mixto ou metalico, sendo que na mór parte dos casos voavam os aviões atingidos com a antena desenvolvida, donde se conclue que isto aumenta os riscos das descargas eletricas.

Sómente em dois casos o pessoal sofreu uma ação sensível: a da perda do conhecimento, fenomeno de paralisia de curta duração.

Em oito casos diferentes observou-se a magnetisação das partes de aço do aparelho, que repercutindo sobre a bussola a desregulou. Além disso um certo numero de fenomenos foi observado: deterioração do planador; traços de pisão nos radiadores; desregulação do motor; arrebatamento das janelas devido ás consideraveis pressões do ar; fusão da antena e do aparelho de radio. Constatou-se ainda que os aparelhos construidos com madeira ou mixtos foram mais atingidos dos que os inteiramente metalicos.

Decorrem desses accidentes os seguintes ensinamentos: proteger contra os efeitos do raio, todos os instrumentos de medidas e de navegação, segurança e de iluminação que se encontram a bordo; dispôr a antena de modo que o raio não invada o avião pondo em risco de vida os passageiros.

O maior perigo que poderá correr um avião em vôo será o do incendio pela ação do

raio, mas esta preocupação tem que ser posta de lado, pois até hoje tal incidente não se verificou como provam as estatísticas.

Tambem até hoje nenhum avião foi obrigado a aterrar forçado pela ação do raio.

No que diz respeito ás condições meteorologicas que seriam de molde a favorecer as descargas eletricas foram feitas as seguintes observações:

— em 2 casos, o avião se encontrava nas proximidades de zonas empestadas;

— em 5 outros, quando atravessavam estas zonas;

— em 7 as descargas eletricas tiveram lugar em zonas de alta temperatura, zonas nitidamente tempestuosas e finalmente em 22 outros casos, não se constatou nenhuma descarga seja antes, seja após ter sido o avião atingido pelo raio.

Ainda que em:

— em 7 casos puderam os aviões atravessar as nuvens acossados por rajadas de chuva;

— em 10 encontraram granizo.

— em 16 partiam para atravessar tempestades de neve.

Sómente em um caso, o aviador percebeu a descarga pelo forte choque que esta produziu, tendo tido então a impressão de que o aparelho havia se chocado com um passaro grande, e só reconheceu a causa do choque quando verificou a destruição do posto de radio.

Prosegue "La France Militaire", a sua cronica com as seguintes palavras: Como se sabe, todo meio de transporte computa perigos que lhe são proprios, mas é preciso concluir das informações fornecidas pela estatística acima comunicada, que os perigos do vôo em avião são devidos mais ás rajadas, granizos e ás nuvens do que aos raios. A segurança do vôo em avião cresce cada dia, graças aos aperfeiçoamentos introduzidos nos aparelhos e sobretudo a "experiencias constantes do piloto".

O CHEFE

«Eu desejaria que meu general conhecesse a fundo todos estes assuntos. Isso mes-

mo não é bastante. E' necessario que saiba achar, por si mesmo, todos os principios de que tem necessidade».

SUGESTÕES

"As sugestões devem chegar á nossa redação até o dia 15 de cada mês com a assinatura do seu autor, a qual poderá não ser publicada se assim nos fôr pedido".

(Nota importante do numero 149/50 de 1926).

SUGESTÕES SOBRE R. G. T. G.

Pelo cap. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO,
inspetor regional dos tiros da 6.^a R. M.

I — Considerando que é função principal do inspetor regional de tiro, fiscalizar todo o serviço relativo ao tiro, instrução nas sociedades de tiro e estabelecimentos de ensino e associações onde hoje instrução militar, indo pessoalmente inspecionar nas sedes dos centros de instrução;

II — Considerando que o trabalho de burocracia na inspetoria absorve grande parte da atividade de inspetor de tiro, não permitindo o seu afastamento da sede, a não ser com grande prejuizo para o serviço, porque, em geral, o inspetor é substituído por outro oficial que não conhece o serviço;

III — Considerando que ha necessidade da assistência continua e constante do inspetor de tiro no T. G. e E. I. M., afim de evitar irregularidades de toda sorte, não só na instrução, como na escrituração e vida economica dos T. G.;

IV — Considerando que ha instrutores e conselhos deliberativos de C. I. M. que não cumprem as suas funções, estando quasi sempre afastados das vistas diréttas do inspetor;

V — Considerando que o artigo numero 86 do R. D. G. T. G. (numero 40) não cumprido, por esquecimento ou por desconhecimento do mesmo a quem de dever;

IV — Considerando que a pratica do serviço mostra que nas regiões militares que compreendem varios Estados da União se torna difficil a inspeção, não só devido á quasi impossibilidade no afastamento do inspetor, como ás despesas decorrentes das viagens;

VII — Esta Inspeção apresenta as seguintes sugestões:

a) ser nomeado um auxiliar para as inspeções

rias de tiro — 1.^o ou 2.^o tenente da arma de infantaria — a exemplo do que já foi feito no R. D. G. T. C. de 1920, visto ser necessario não só para auxiliar o serviço na sede da inspetoria: mapas, atas de exames, relações, programas de instrução e pedidos, como, principalmente, para fiscalizar a instrução, e durante a ausencia do inspetor ficaria o auxiliar e, vice-versa.

b) haver em cada Estado onde houvesse T. G. ou E. I. M., um tenente encarregado da fiscalização da instrução desses Centros, sendo considerado representante do inspetor de Tiro, na sede do corpo, não ficando afastado do Serviço da Tropa; esta medida traria economia e uma fiscalização mais continua;

c) ser a inspetoria dotada de verba para as inspeções, a exemplo do que foi pedido para os delegados de recrutamento. E' impossivel um inspetor fiscalizar os seus centros de instrução com assiduidade, sem direito a diaria, visto em quasi todos os hoteis do interior se pagar a diaria de 15\$ a 20\$.

VIII — Justificação. — Esta Inspeção apresenta as sugestões acima visto as inumeras irregularidades que apareceram no ano passado e estão aparecendo no T. G. e E. I. M. desta Região, não só devido ao não cumprimento dos programas de instrução, como á deshonestidade de alguns instrutores que registraram instruções sem as terem ministrado; estes fatos foram levados ao conhecimento do comandante da Região.

E' difficil ou impossivel ao inspetor, na situação atual do regulamento, ser responsavel pelo resultado da instrução e pelas irregularidades encontradas nos C. I. M.

Cidade do Salvador, 1.^o de fevereiro de 1934.

LEI DE UNIFORMES E SUA EXECUÇÃO

A confusão de uniformes, até 1931, era formidável; não se distinguia um aluno de um colega qualquer, de um oficial de Força Pública Estadual e de um oficial do Exército.

A lei n. 20.754 de 4 de Dezembro de 1931 veio acabar com essa anarquia, criando, conforme seu artigo 1º, um plano de uniformes para uso "exclusivo" dos oficiais e praças do Exército ativo.

A solução foi inteligente, deante da dificuldade e quicá impossibilidade de modificar todos os uniformes existentes neste vasto Brasil, mantendo distinto o uniforme do Exército. O legislador preferiu deixar que ficassem como estavam os demais uniformes e criou um plano completamente diferente para o Exército.

Essa solução teve tres grandes inconvenientes:

— suprimiu certas peças do uniforme que já eram tradicionais;

— trouxe grandes despesas ao Governo, no tocante aos uniformes de praças;

— obrigou os oficiais e sargentos a despesas enormes para aquisição de uniformes, além de torna-los mais caros que os do antigo plano.

Entretanto as vantagens decorridas dessa mudança foram tão grandes que estes inconvenientes desapareceram por completo e desapareceriam mesmo que fossem ainda maiores.

A lei, no intuito de resguardar confusões, proibiu em seu artigo 2º a imitação de TIPOS, MODELOS, CORES, TONALIDADES, COMBINAÇÕES, INSIGNIAS DE POSTO, ADEREÇOS e FORMATOS DE PEÇAS ACESSÓRIAS.

Como toda lei sem sanção é despidida de valor, em seu artigo 6º, ela estabelece penalidades e no artigo 7º declara quais os individuos que deverão ser considerados como infractores.

Sabidamente organizada, a lei não parou aí; previu e determinou a fiscalização dos uniformes das demais corporações, prescrevendo:

— No seu artigo 4º que qualquer plano de uniformes a ser adotado seja previamente submetido á aprovação do Ministro da Guerra, salvo quando se tratar de uniformes da Marinha de Guerra;

— no artigo 5º, indica as autoridades que devem exercer fiscalização permanente;

— na sua regulamentação exige que qualquer official ou sargento pratique essa fiscalização.

Estabelecido o novo plano de uniformes, o espirito de imitação se fez sentir imediatamente e a febre de mudanças de uniforme se tornou epidemia.

No Rio de Janeiro, dentre os muitos collegios que aí existem, apenas uns dois ou tres adotavam tunica de gola aberta, quasi todos, como o Exército, usavam tunica de gola em pé e fechada, até então os Directores não tinham percebido que para o nosso clima era preferivel a gola aberta.

Adotado o novo plano de uniformes em Dezembro de 1931, já em 1932, por ocasião da matrícula, varios collegios aboliam a gola em pé, adotando o modelo de gola aberta. Essa pequena modificação não traz confusão no uniforme de uso diario (brim caqui) porque o uniforme do Exército é verde oliva e a gola não é aberta; mas no uniforme cuja cor e tonalidade não pode ser "privilegio exclusivo" do Exército, o "modelo" poderá trazer confusões. E tanto pode que, dentro do proprio Exército, o modelo da tunica dos officiaes é diferente da dos sargentos e, por sua vez, o modelo da tunica das praças é diferente dos outros dois.

Terá essa modificação, feita depois da promulgação da lei, até por collegios officiaes como o PEDRO II, sido aprovada pelo Ministro da Guerra?

Havia ainda uma pequena diferença nesses uniformes brancos de collegios — a falta do cinto;

essa, porém, tende a desaparecer. No dia da declaração de Aspirantes, na Escola Militar estava presente um aluno de um collegio, cujo uniforme branco tinha como complemento um boné azul e "um cinto azul". Eis aí uma completa imitação e a consequente confusão, prejudicial á disciplina do Exército.

Não são apenas os collegios que imitam os uniformes do Exército.

Uma Força Publica de Estado adotou um boné unico azul, o qual ao longe, causa confusão com o boné do Exército que, apesar de cinzento escuro, tem um tom azulado. Essa mesma corporação adotou um suporte triangular, para as insignias de graduação das praças, perfeitamente igual ao do Exército. As divisas não são iguais, mas o suporte o é (confusão de adereços). Porque não continuou essa corporação com o tipo antigo de divisas?

Outra Força Publica Estadual, tratou de abrir as golas de suas tunicas, imitando o modelo do Exército e ainda mais, segundo estamos informados adotou um cordão distintivo, para sua Escola de Formação de Officiaes, semelhante ao cordão com palmatoria "privativo" da Escola Militar, cujo uso não é permitido sequer aos Cadetes da Aviação, tão Cadetes como os demais. Ora, se a estes Cadetes não é permitido o uso daquele cordão, naturalmente por não pertencerem á Escola Militar, como se pode justificar que uma outra corporação extranha ao Exército ativo use insignias semelhantes?

A ser real essa informação, urge uma providencia das autoridades competentes.

Do estudo da lei se depreende o empenho do legislador no sentido de haver continua fiscalização na observancia da lei, de modo a não permitir que as infracções anarequem e se avolumem, tornando o mal irremediavel.

Entretanto para execução integral da lei seria conveniente que fossem responsabilizadas as autoridades militares que, tomando conhecimento de uma infracção, ou não podendo ignora-la por ser publica e notoria, não agissem contra as infracções.

Essa responsabilidade devia ainda ser extendida aos officiaes e sargentos instrutores de corporações militares estaduais, corporações civis ou collegios, desde que procurassem adotar uniformes semelhantes ao do plano fixado para o Exército.

E' logico que, se até os vendedores e fabricantes de artigos militares são considerados infractores, também o sejam os officiaes do Exército, aos quaes essa questão interessa de perto.

E' imprescindivel que todos os officiaes encarem essa questão de uniformes, não como um caso de pequena importancia, mas como essencial para a disciplina do Exército.

Assim é necessario:

— Andar rigorosamente uniformisado, desprezando as modas que alteram indevidamente o plano de uniformes, e dão mau exemplo aos subordinados;

— Chamar a atenção dos subordinados que estejam fóra do uniforme ou ferindo as regras de seu uso, em qualquer ocasião em que se apresente essa necessidade, embora discretamente, quando em publico;

— Comunicar, em parte, ao respectivo Chefe, sempre que tenha visto um uniforme semelhante ao do Exército, indicando a corporação ou collegio que o adotou.

Só assim com este controle rigoroso de si mesmo e dos demais, poderemos ver respeitada a lei de uniformes do Exército e ter a certeza de que não voltaremos á anarquia de 1930.

A FORMAÇÃO DOS CHEFES

Palavras de FOCH
a bordo do "Meuse"

(Extraído da Revue de Deux Monde - artigo de J. ROUCH)

Agosto de 1920. Foch, Millerand, Destiker e Berthelot foram a Folkestone, na Inglaterra, para uma conferencia diplomatica. Embarcaram em Boulogne, a bordo do navio tender "Meuse", em que se achavam em exercicios anuais os alunos do 1.º ano da Escola Naval.

Foch, fumando o seu pequeno e legendario cachimbo, entretinha-se em palestra com Berthelot, Destiker e J. Rouch, enquanto o "Meuse", puxando 18 milhas, ia sulcando a Mancha, então tranquila como um lago.

Os aspirantes, á distancia, olhavam para o grupo. Foch os considera um momento e diz: "E' preciso que eu me entretenha um pouco com estes jovens". E dirige-se para o local em que eles se achavam.

Viu-se Foch, logo, rodeado pelos aspirantes. Interroga o Marechal, a alguns, sobre o que fazem a bordo, sobre o objeto da viagem, etc. Fala depois aos aspirantes nestes termos:

"Jovens, não sejam exclusivamente técnicos! Todos nos somos tecnicos demais. Eu mesmo sou um tecnico, visto que sou politécnico, e eis aí o meu defeito. E' muito necessario que existam escolas onde aprendam o lado tecnico da nossa profissão. Mas essas escolas nada mais do que isso podem ensinar. E isso não é uma grande coisa, e apenas o A B C do que voces precisam.

Voces estudam e aplicam o calculo diferencial na Escola Naval. Eu também o estudo. Pensam voces que me tem ele servido nos casos dificeis em que me tenho encontrado?

Voces estudam torpedos. Eu não os estudo. Acreditam, porem, que aquele que conhece melhor o mecanismo do torpedo será quem, durante o combate, saberá melhor atacar o inimigo? Acreditam que o Almirante que conhece torpedos melhor será o que melhor utilisar os destroyers e submarinos? Então..."

Dirige-se Foch ao official de marinha Rouch, instrutor dos aspirantes, e diz:

"Rouch, não convença aos seus alunos que a técnica é o essencial".

Volviendo aos aspirantes, Foch prosegue:

"Compenetrem-se de que, deixando a Escola Naval, quando hajam assimilado todos os cursos teoricos e técnicos, ainda não sabem

efetivamente a profissão. Compenetrem-se ainda de que não serão mais do que officiaes sem eficiencia si se resolverem a ficar no exclusivo dominio técnico. Para ser um bom official, para chegar a ser chefe, é necessario conhecer o homem e a vida, e isto não se aprende na escola. Aprende-se aí a utilização do material, e se vocês acreditam que as guerras somente se ganham com o material, estão enganados."

O Marechal se detem. Parece que então lhe sobreveem a visão da guerra futura. Neste momento está Foch cercado de estadistas e diplomatas — Millerand e outros — que vieram aumentar o grupo de aspirantes. Todos o escutam.

E o Marechal continúa:

"E' preciso trabalhar, trabalhar sempre para se pôr a gente em dia, visto que os meios evoluem e as soluções são dia a dia diferentes. Fazer a proxima guerra com os processos da ultima, que utopia! Será preciso que o chefe improvise então novas soluções. Trabalhem, não deixem de trabalhar. "As improvisações geniais nos campos de batalha não são mais do que o resultado de meditações anteriores."

Meus amigos, estudem a Historia, não tanto a historia dos fatos como a historia dos homens, porque só se pode conseguir uma migalha daquilo que é essencial estudando-a muito. E' essencial: a mentalidade dos chefes. Eu daria muito se pudesse seguir a vicissitudes do pensamento de Nelson; para conhecer todos os motivos que o agitaram quanto eu não daria!

Na Escola Militar, o curso de Historia deve ocupar o primeiro lugar, professado pelos melhores officiaes. E' preciso que os dirigentes contemplem Dixmude... Essa estrada de Dixmude a Nieuport... Esses fuzileiros navais cujas façanhas devem ser para vocês os mais belos exemplos... E' preciso que os dirigentes contemplem Dixmude!...

A juventude só se forma com os exemplos dos veteranos. O que constituiu o exito de Nelson não foi a ciencia das suas manobras, não foi, como Rouch escreveu depois de Jarien de La Gravière, porque Nelson soubesse meteorologia. Não. *Foi a sua vontade. Foi essa caldeira, sempre com pressão, que estava dentro dele!*"

Atos oficiais

O Chefe do Estado-Maior do Exército transmitiu a esta Chefia, com o officio n. 6, de 3 de janeiro de 1934, a cópia das instruções para a matrícula na Escola de Estado-Maior aprovadas pelo Sr. Ministro da Guerra por despacho de 8 de novembro do ano próximo findo.

INSTRUÇÕES PARA A MATRÍCULA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

I

Art. 1.º As presentes Instruções reúnem e completam as diversas disposições que regulam a matrícula na Escola de Estado-Maior e entram em vigor para as matrículas a partir de 1935, inclusive.

II

Art. 2.º A matrícula na escola de Estado-Maior representa um primeiro grau de seleção entre os oficiais de todas as armas do Exército, dos postos de primeiro tenente a major, candidatos a pertencer ao Serviço de Estado-Maior e constitui o início do recrutamento normal dos oficiais necessários aos estados-maiores, bem como dos futuros chefes do Exército.

Art. 3.º Este primeiro grau de seleção aqui referido tem por base o livre concurso entre oficiais que aspirem habilitar-se ao exercício das funções de estado-maior. O concurso se processa em três fases distintas:

a) verificação das condições que todos os candidatos devem realizar para serem admitidos a fazer concurso;

b) prestação das provas eliminatórias;

c) prestação das provas de classificação.

III

Art. 4.º Para poder ser admitido ao concurso o candidato deve satisfazer às condições seguintes:

a) ser oficial combatente de um dos postos de 1.º tenente a major;

b) ser maior de 26 anos e menor de 36 si 1.º tenente ou capitão; menor de 40, si major; as idades máximas aqui fixadas referem-se á data do início das aulas, na Escola, no ano em que é terminado o concurso pelo candidato;

c) ter de dois a três anos de serviço arregimentado, no mínimo, sendo:

— para 1.º tenente: 2 anos em funções de instrutor;

— para capitão e major: 3 anos, dos quais um em qualquer um dos postos ou nos dois postos, ou, ainda, terem tais tempos de serviço como instrutores de uma das seguintes: Escola Militar, Escola de Armas ou da extinta Escola de Aperfeiçoamento de Officiais, Escola de Aviação (para o da arma de aviação) e Centro de Preparação de Officiais de Reserva, para os de qualquer arma. A função de instrutor aqui especificada, não deve ser de modo algum julgada com equivalência a de professor ou auxiliar de ensino);

d) possuir robustez física necessária ao exercício das funções de estado-maior, comprovada por inspeção de saúde e por provas de cultura física;

e) não ter nota que desabone sua conduta militar ou civil;

f) ter o curso de aperfeiçoamento da arma;

g) obter parecer favorável do Chefe do Estado-Maior do Exército, o qual tomará em consideração as informações da comissão de sindicância do Estado-Maior do Exército adiante mencionada e os julgamentos dos chefes sob cujas ordens serve o candidato.

IV

Art. 5.º Os oficiais que desejarem prestar concurso de admissão à Escola de Estado-Maior enviarão requerimentos ao Chefe do Estado-Maior do Exército, devendo esses requerimentos ingressarem nos estados-maiores regionais até 1.º de agosto do ano em que se inicia a realização do concurso e no Estado-Maior do Exército até 3 de setembro imediato, de modo que aí cheguem instruídos pelas autoridades a que estão subordinados os oficiais candidatos e outras competentes, com todos os esclarecimentos necessários, comprobatórios da satisfação das condições a que se refere o n. 4, letras a a f, bem assim acompanhados das atas de inspeção de saúde procedidas nas guarnições ou regiões respectivas.

Todos os chefes de cada candidato externam sobre este e sobre sua pretensão o seu julgamento pessoal.

No Estado-Maior do Exército os requerimentos são entregues aos presidente da comissão de sindicância e, com o parecer deste, sobem à consideração do Chefe do Estado-Maior do Exército para decisão.

Este proporá então ao Ministro da Guerra os nomes dos que devam ser declarados aptos a prestar concurso.

Art. 6.º A comissão de sindicância do Estado-Maior do Exército para o julgamento dos candidatos ao concurso será designada pelo respectivo Chefe em documento secreto dirigido ao presidente da referida comissão, tendo seu funcionamento o mesmo caráter.

A comissão compor-se-á de cinco membros dos quais dois serão professores ou adjuntos da Escola de Estado-Maior, três oficiais do Estado-Maior do Exército, dos quais um pelo menos da 3.ª Secção, e um sub-chefe de Secção.

Os trabalhos da comissão terão por fim permitir apreciar o mais justamente possível o valor moral dos candidatos no ponto de vista da aptidão para as funções de estado-maior e verificar se satisfazem as demais condições de admissão ao concurso. Eles terão por base os documentos que acompanham os requerimentos e as investigações que a comissão julgar necessário proceder, sempre em caráter reservado. A comissão solicitará do Chefe do Estado-Maior do Exército todas as medidas que julgar necessárias para completar as informações conhecidas sobre os candidatos.

Os trabalhos da comissão encerrar-se-ão até 30 de outubro, o mais tardar, data em que seu presidente deverá apresentar seu relatório ao Chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 7.º As informações que acompanham os requerimentos deverão indicar si o candidato satisfaz ou não as condições do n. 4, letras a a f, e conter os julgamentos dos chefes sob os itens seguintes:

a) condições que o oficial candidato realiza como oficial de tropa;

1, qualidade de instrutor.

2, capacidade de comando, compreendido ali expressamente o ascendente moral sobre a tropa e a aptidão prática revelada por ele para o exercício do comando;

b) condições que o caracterizam quanto:

1, às qualidades de caráter, apreciadas sob o ponto de vista da firmeza, da coragem, da perseverança e da calma ou sangue frio;

2, às qualidades de inteligência, apreciadas sob o ponto de vista da facilidade de compreensão, pronto discernimento sobre as questões submetidas ao seu exame, espírito de método, clareza e síntese na expressão;

3, ás qualidades de educação militar e civil apreciadas em relação á sua conduta no meio militar e na sociedade em geral.

Art. 8.º As informações aqui referidas serão prestadas conforme o modelo anexo. Elas deverão ser completadas por quaisquer outras suscetíveis de facilitar o julgamento sobre o valor moral, físico e intelectual dos candidatos, tais como: os atos de benemerência que hajam praticado, diplomas ou títulos académicos que possuam, trabalhos militares, científicos, históricos, artísticos ou literários de que sejam autores, colaboradores, divulgadores ou tradutores; serviço em campanha, línguas estrangeiras que falem, escrevam ou apenas traduzam, etc.

Os requerimentos poderão ainda ser ilustrados pelos candidatos com a indicação de quaisquer títulos que os recomendem.

Art. 9.º Declarada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército a aptidão dos candidatos á concurso, serão os requerimentos submetidos ao Ministro da Guerra, para os devidos fins. No caso favorável os candidatos passarão á disposição do Chefe do Estado-Maior do Exército nas sedes de Região ou Circunscrição Militar.

V

Art. 10. As provas do concurso para admissão na Escola de Estado-Maior visam: primeiro, verificar se os candidatos preenchem condições indispensáveis á frequência com bom êxito do curso daquela escola; segundo, classificar os candidatos por ordem de merecimento, tendo em vista permitir recrutar para a Escola de Estado-Maior os mais aptos.

O concurso comporta provas eliminatórias e provas de classificação.

As provas eliminatórias visam certificar se os candidatos possuem o saber inerente á todo oficial de tropa e verificar se os mesmos têm capacidade suficiente para prestar as provas de classificação.

Estas provas são práticas e escritas.

§ 1.º As provas práticas versarão sobre:

- a) equitação, coeficiente 2;
- b) cultura física, coeficiente 1;
- c) armamento e tiro, coeficiente 1;
- d) topografia (oral ou gráfica), coeficiente 3.

§ 2.º As provas escritas versarão sobre:

- a) conhecimento dos regulamentos de uso corrente na vida arremetida, coeficiente 3;
- b) legislação militar, coeficiente 3.
- c) emprego e tática das armas no combate, coeficiente 6;
- d) geografia e história do Brasil, coeficiente 5.

Art. 12. Todas as provas eliminatórias se realizam, no início da 2.ª quinzena do mês de novembro de cada ano, nas sedes dos comandos regionais, perante comissões constituídas pelos chefes dos estados-maiores respectivos, como presidente, e por mais dois oficiais de cada estado-maior regional.

As comissões acima terão atribuições de julgamento, definidas em instruções baixadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército antes do fim do mês de julho de cada ano.

Art. 13. Terminada a execução das provas eliminatórias os oficiais regressarão á seus corpos onde aguardarão á decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército, sobre o resultado das mesmas.

Art. 14. Findo os trabalhos, as comissões julgadoras regionais remeterão ao Estado-Maior do Exército, de modo a aí chegarem na primeira quinzena de dezembro:

- a) uma ata, contendo o julgamento de cada candidato em cada prova, acompanhada de um relatório sucinto, expondo as circunstâncias que hajam revestido a execução das ditas provas;

- b) o relatório acima conterá também apreciações sobre o valor de cada candidato;

- c) as provas escritas e o resultado da prova prática de topografia, com os graus de julgamento da comissão.

Art. 15. No Estado-Maior do Exército, uma comissão nomeada pelo Chefe examinará as provas chegadas, e, após haver revisto e comparado os resultados obtidos em cada Região, levando em conta o conjunto de informações anteriormente conhecidas sobre cada concorrente, proporá ao Chefe do Estado-Maior do Exército, os nomes dos que devam ser submetidos ás provas de classificação.

Parágrafo único. Nenhum candidato poderá ser admitido ás provas de classificação sem que haja obtido, no resultado final das provas eliminatórias, pelo menos média geral cinco (5) e nenhum grau abaixo de quatro (4). Essa média e graus não podem ser considerados obtidos por arredondamento da média ou grau 4 ou 3, e fração forte.

Art. 16. Os candidatos julgados aptos a prestar as provas da segunda parte do concurso deverão ser mandados apresentar á Esc. de Estado-Maior até 15 de janeiro de cada ano.

Art. 17. As provas de classificação visam verificar se os candidatos estão em condições de fazer o curso da Escola de Estado-Maior e apurar o valor intrínseco dos mesmos. São organizadas de modo que não redundem em meras demonstrações de erudição. As provas serão escritas e orais. Versarão sobre assuntos de aplicação tática, história militar e cultura geral, conforme programa detalhado publicado pelo Estado-Maior do Exército no Boletim do Exército. Tal programa será modificado pelo Estado-Maior do Exército toda vez que seu Chefe julgar conveniente ou mediante proposição do comandante da Escola de Estado-Maior, aprovada por ele.

§ 1.º As provas escritas versarão sobre os seguintes assuntos:

- a) topografia 1 prova
- b) aplicação tática 1 prova
- c) história militar 1 prova
- d) cultura geral, compreendendo:
 - geografia 1 prova
 - história da civilização 1 prova
 - línguas estrangeiras 1 prova
 - conhecimentos científicos 1 prova

§ 2.º As provas orais versarão sobre:

- a) tática das armas 5 provas
- b) línguas estrangeiras 2 provas obrigatórias.

Art. 18. As provas de classificação se realizam a partir de 20 de janeiro, de modo que a 28 de fevereiro todos os trabalhos de exame estejam terminados. São feitas na sede da Escola de Estado-Maior, perante uma comissão nomeada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército logo após a terminação das provas eliminatórias. Desta comissão fazem parte: um dos sub-chefes do Estado-Maior do Exército, como presidente; dois professores da Escola de Estado-Maior; um Chefe de Secção e um oficial da 3.ª Secção do Estado-Maior do Exército; além de um ou dois professores por idioma quando se tratar das provas de línguas.

Art. 19. Terminadas as provas, o presidente da comissão examinadora fará lavrar uma ata que assinará com os membros da comissão, consignando os resultados obtidos em cada prova (escrita e oral) e a classificação final dos candidatos.

A ata será remetida ao chefe do Estado-Maior do Exército com um relatório sucinto em que se fará o resumo sobre todos os elementos relativos ao concurso, e uma apreciação sumária sobre as circunstâncias nele sobrevindas, as conclusões a que a comissão chegou quanto á execução das provas, valor dos programas, processo do exame

e seu grau de eficácia, estado de cultura da officialidade e seu valor moral e profissional.

Parágrafo único. Serão considerados inhabilitados os concurrentes que obtiverem média inferior a cinco (5) ou grau inferior a quatro (4) em mais de um assunto. Relativamente a essa média e grau, tem aqui aplicação plena a observação final do art. 15.

Art. 20. Aprovada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército a classificação final dos candidatos, este propõe ao Ministro da Guerra, obedecendo a ordem decrescente de classificação, os que devem ser matriculados na Escola de Estado-Maior.

Os candidatos não classificados ou aqueles que por falta de vagas não hajam logrado matrícula regressarão a seus lugares de origem, terminando o concurso.

Art. 21. Para efeito de matrícula na Escola de Estado-Maior os concursos serão válidos pelo prazo de dois anos, caso seus programas não tenham mudado. Os candidatos aprovados e não matriculados, por falta de vagas, poderão concorrer a matrícula no ano seguinte, entrando na classificação geral com os graus que obtiveram no ano anterior e desde que continuem a satisfazer a todos os requisitos exigidos.

VI

Disposições transitórias

Art. 22. De acordo com a primeira parte do texto do art. 1º do decreto n. 22.276, de 29 de dezembro de 1932, é mantido até 1933, inclusive, o curso relativo à categoria B, da Escola de Estado-Maior, de conformidade com as condições atuais de funcionamento e matrícula, sem outra prorrogação.

Art. 23. Afim de permitir que oficiais superiores que deixaram de tirar o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ou de sua arma, por circunstâncias superiores à sua vontade, possam ingressar, por concurso, na Esc. de Estado-Maior, fica até 1936 inclusive, dispensado esse requisito para a matrícula.

Art. 24. Igualmente, até 31 de dezembro de 1936, é dispensado o limite da idade exigido para matrícula no mesmo instituto de ensino, a todos os candidatos que houverem tido as suas matrículas nas Escolas de Armas transferidas por absoluta conveniência do serviço, uma vez que façam o concurso de que trata o regulamento, ressalvadas, porém, as disposições do decreto n. 22.276, de 29 de dezembro de 1932.

ANEXO N. I

Organização dos concursos

I

DOS PROGRAMAS

A) Provas eliminatórias práticas

1. A prova de equitação terá por fim verificar a capacidade do oficial como cavaleiro. Compreenderá a conduta do cavalo, nas três andaduras (passo, trote e galope), em terreno variado; passagem de pequenos obstáculos naturais e realização de pequenos saltos em altura e largura.

2. A prova de educação física terá por fim verificar o estado de treinamento de cada candidato, de acordo com a sua idade.

A prova de material e emprego técnico terá em vista verificar: o conhecimento dos candidatos sobre as armas de fogo portáteis e as automáticas; sobre as munições e efeito do projétil; sobre o material de artilharia leve (para os artilheiros); sobre as noções elementares de balística, indispensáveis ao tiro; o estado de treinamento individual no tiro de pistola ou revólver, fuzil ou mosquetão (para todos os oficiais); no tiro do fuzil metralhadora

(para oficiais de infantaria, cavalaria e aviação); conhecimento dos materiais de ponte e de transmissão (para os oficiais de engenharia); conhecimento do material aéreo (para os oficiais de aviação).

4. A prova de topografia terá em vista verificar se os oficiais sabem se utilizar das cartas, se sabem completá-las; se conhecem as operações elementares de levantamento, utilizando planchetas, bússolas, barômetro, eclímetro, goniômetro; se são capazes de localizar no terreno pontos e direções escolhidos previamente na carta e vice-versa; se sabem fazer esboços panorâmicos e planimétricos no âmbito de uma ideia tática; se têm noções sobre o modelado do terreno.

B) Provas eliminatórias escritas

5. A prova de conhecimento dos regulamentos abrangerá o R. I. S. G., R. I. Q. T., R. S. C., R. O. T. R. Trans., R. S. M. e R. E. F. em tudo que interessar até o escalão regimento.

6. A prova de legislação militar abrangerá a organização geral do Exército em tempo de paz, as leis de promoções, inatividade, o código de justiça e código penal.

7. A prova de emprego e tática das armas no combate, comportará a solução de um tema de combate, no quadro das pequenas unidades, como sejam Esq. ou R. C. Cia. ou Btl. I., Bia. ou G. A. de 75, Sec. ou Cia. Sap. Mnd., Esqd. ou G. Av.

8. A prova de geografia e história do Brasil visará apurar os conhecimentos que os candidatos têm:

a) sobre a geografia do Brasil e da América do Sul;

b) sobre os aspectos geográficos do Brasil atual: físico, econômico (notadamente comunicações e produções), etnográfico e político-militar;

c) sobre a evolução histórica do Brasil: características do período colonial e principais fatos históricos desse período; preliminares do movimento da independência, período de D. João VI, tendência da política portuguesa em relação ao Brasil; independência do Brasil; organização do império; guerras do Prata, causas e desfecho; reinado de D. Pedro II; evolução da política abolicionista, guerra do Paraguai; propaganda republicana e proclamação da república; reações contra as ideias republicanas; organização da República.

C) Provas escritas de classificação

9. A prova de topografia terá por fim evidenciar a capacidade de analse do terreno, no ponto de vista de sua utilização militar pelo candidato. Ela será feita dando-se ao oficial uma situação tática relativa ao R. I. ou R. C., G. A., no âmbito da qual ele deverá mostrar como vê as propriedades do terreno em vista de uma ação ofensiva ou defensiva e a utilização que dele se poderá fazer num caso ou noutro.

A prova de aplicação tática visa pôr em relevo sobretudo a capacidade de interpretação de uma situação tática, o conhecimento das propriedades das armas no combate, o espírito de decisão; a clareza, justeza e concisão na redação das decisões, ordens, partes, etc.

Nesta prova tratar-se-á de um problema tático no quadro da Divisão de Infantaria enquadrada ou isolada, compreendendo decisões, ordens, partes, etc., dos comandos subordinados, relativos ao emprego das armas consideradas em ligação ou isoladamente. Compreenderá de duas a quatro partes a serem desenvolvidas pelos candidatos. Deve ser organizada sob a forma de uma situação que evolua de modo que cada parte compreenda fase diferente do combate. Cada parte deve ser resolvida pelos concurrentes separadamente, servindo

de base, em princípio, a solução pelo mesmo dada a que antecede. Poderá ser pedida a justificação de certas decisões ou ordens.

11. A prova de história militar visará apurar não tanto a erudição do concorrente mas, notadamente, sua capacidade de assimilação, de discernimento, método de análise e síntese.

Consistirá na exposição, pelo candidato, de duas questões propostas no quadro do programa organizado pelo Estado-Maior do Exército. Uma das questões será obrigatoriamente de história militar do Brasil.

Poderá revestir a forma de uma ligeira memória sobre determinado assunto de história militar, sendo fornecidos os documentos necessários.

12. As provas de cultura geral compreenderão os seguintes assuntos:

a) geografia que versará sobre várias questões que revelem conhecimentos gerais sobre os diversos ramos da geografia. Das questões, uma será relativa à América; outra ao Brasil. Neste assunto levar-se-á em conta principalmente o método e concisão na exposição das soluções, de preferência à justeza dos conhecimentos.

b) história da civilização, usando, num quadro mais geral que o da história militar, apurar as mesmas qualidades que na prova daquela matéria.

c) línguas estrangeiras que versará sobre francês e espanhol obrigatoriamente; italiano, inglês ou alemão facultativamente. O trabalho consistirá na versão, para estas línguas, de trechos de prosa portuguesa moderna, sobre assuntos militares, científicos, históricos ou geográficos;

d) conhecimentos científicos que versará sobre questões organizadas para pôr em relevo a capacidade de julgamento e as qualidades do estilo do concorrente, o espírito de síntese, método e clareza. O trabalho a efetuar consistirá, de um lado, na exposição dos elementos que caracterizam o problema proposto ou que lhe servem de base; de outro, no julgamento ou opinião pessoal do candidato sobre o assunto. A matéria para esta prova abrangerá: economia política, direito constitucional brasileiro, direito internacional, atualidades científicas que interessam a cultura militar moderna.

D) Provas orais de classificação

13. As provas de tática das armas comportarão, no quadro das pequenas unidades, uma situação tática para cada uma das armas: infantaria, artilharia, cavalaria, aviação e defesa anti-aérea, engenharia e transmissões. Estas cinco provas terão em vista verificar o grau de justeza e a precisão dos conhecimentos que o candidato possui sobre a organização e as propriedades das armas. No que se refere à aviação, a prova se restringe às missões de informação no quadro da Divisão de Infantaria.

14. As provas de línguas constarão de leitura e conversação sobre trechos escritos em francês e espanhol, obrigatoriamente; em italiano, inglês ou alemão, facultativamente.

II

Do julgamento e da execução das provas

15. O julgamento das provas será feito em graus de zero a dez.

O grau de cada prova será a média aritmética dos graus dados pelos diversos examinadores.

16. Para o julgamento das provas escritas de classificação, a cada matéria corresponderá um dos seguintes coeficientes:

Tática	10
História	6
Geografia	5
Línguas	3
Outros assuntos	2

Para o julgamento das provas orais de classificação, serão aplicados os coeficientes abaixo:

Infantaria	5
Artilharia	5
Cavalaria	4
Aviação e artilharia anti-aérea	4
Engenharia e transmissões	4
Línguas	2

17. A média geral das provas eliminatórias se obtém tomando a soma dos produtos dos graus de cada prova pelo respectivo coeficiente e dividindo-a pela soma dos coeficientes.

18. A classificação final dos concorrentes será dada pela resultante do número de pontos obtidos pela soma dos produtos dos graus das provas eliminatórias pelas respectivos coeficientes. Os resultados das provas facultativas também serão computados na soma acima, para apuração da classificação. Entretanto, a média final de cada concorrente deve sempre ser verificada no final das provas eliminatórias e das de classificação, para o fim de aplicação das prescrições contidas nos parágrafos únicos dos arts. 15 e 19.

19. A duração das provas de classificação será a seguinte:

2) provas escritas:

	Horas
— topografia	2
— aplicação tática	6
— história militar	4
— cultura geral:	
— geografia	4
— história da civilização	4
— línguas estrangeiras	2
— conhecimentos científicos	3

b) provas orais:

— tática das armas	20 minutos cada prova
— línguas estrangeiras	15 minutos cada prova

22. Os pontos para as provas orais serão tirados à sorte no dia do exame, de modo que todos os candidatos disponham sempre do mesmo tempo para tomar conhecimento e estudar os que lhes correspondem.

23. Cada examinador lançará à margem de cada prova escrita o grau correspondente ao seu julgamento, seguida de sua rubrica.

Os graus das provas orais serão inicialmente secretos. Serão exarados em fichas correspondentes a cada examinador e a cada examinando e lançados numa urna fechada donde são retirados findo o exame oral do dia para o cálculo do grau da prova oral de cada matéria.

ANEXO N. 2

Informações para o concurso de matrícula na Escola de Estado-Maior

Região Militar

I parte

Fôlha de informações (pôsto e nome)	
candidato à matrícula na Escola de Estado-Maior.	
Corpo e arma	
Situação do oficial (arregimentado, etc.)	
Idade	
Tempo de serviço arregimentado (em cada pôsto)	
Total	
Instrutor na Escola de	
Curso de Aperfeiçoamento, em data de	
com grau	
Tem nota que o desabone?	
Qual?	
Tem robustez física?	
sim	(conforme ata de inspeção de saúde, anexa)
não	

Decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército

II parte

1º. Informações do chefe do corpo (ou estabelecimento) a que pertence o oficial.

A) Apreciação do oficial:

a) como instrutor;

b) como comandante;

c) quanto à seu caráter;

d) quanto à sua inteligência;

e) quanto à sua educação militar e civil.

B — Comissões desempenhadas pelo oficial no corpo ou fora dele:

Duração:

Desempenho.

C — Serviço em campanha:

Duração;

Combates;

Outras ocorrências;

Citações.

D — Provas públicas a que se tenha submetido e seu desempenho.

E — Obras ou trabalhos quaisquer de que seja autor, colaborador ou tradutor, com as indicações necessárias à verificação.

F — Que línguas estrangeiras fala e escreve ou traduz?

G — Sebe conduzir automovel?

H — Tem prática de voar?

I — Que outro título alega em seu favor? (indicações para a verificação).

2º. Apreciação sumária do comandante concluindo por indicar explicitamente se em sua opinião o oficial tem ou não aptidão para o serviço de estado-maior.

3º. Julgamento do comandante da Brigada (ou autoridade correspondente).

4º. Julgamento do comandante da Região ou Circunscrição Militar (ou diretor ou chefe de Serviço).

5º. Julgamento da comissão de sindicâncias.

ANEXO N. 3

Quadro geral dos candidatos admitidos ao concurso para a matrícula na Escola de Estado-Maior

Posto	Arma	Nome	Corpo ou estabelecimento	Onde efetuam as provas eliminatórias	Observações

ANEXO N. 4

Quadro geral dos oficiais concorrentes às provas de classificação

Posto	Arma	Nome	Corpo ou estabelecimento	Notas das provas eliminatórias	Observações

ANEXO N. 5

Quadro geral dos oficiais habilitados à matrícula na Escola de Estado-Maior

Posto	Arma	Nome	Nota de classificação	Observações

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A MATRÍCULA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

I

Atendendo às dificuldades até agora manifestadas na preparação dos oficiais candidatos à concurso para a matrícula na Escola de Estado-Maior, e reais para muitos oficiais de valor, notadamente aqueles que servem em guarnições de poucos recursos, fica organizado no Estado-Maior do Exército um curso de preparação para o concurso de admissão àquela Escola.

II

O curso é instituído para facilitar o trabalho dos oficiais candidatos e é facultativo. Será efetuado de modo a não retirar dessa preparação suas principais características, de manifestação das possibilidades de esforço individual, de predisposição para o estudo, e de capacidade de trabalho dos pretendentes ao concurso.

Assim, a direção do curso deverá facilitar o trabalho dos oficiais por meio de respostas às consultas que estes formularem sobre assuntos dos programas das matérias do concurso; orientá-los sobre o estudo das diferentes questões e propor questões para o estudo e a meditação dos candidatos, indicando-lhes, também, fontes de consulta para o estudo das mesmas. É absolutamente vedado aos candidatos pertencentes ao curso formular ou propor estudos ou trabalhos para a direção do curso resolver.

III

O funcionamento deste curso ficará a cargo de uma direção especial, designada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército. A Chefia desta direção caberá ao Chefe da 3ª Secção do Estado-Maior do Exército. A direção compreenderá oficiais de todas as armas diplomados com curso de Estado-Maior, oficiais do Estado-Maior do Exército, alguns professores ou adjuntos da Escola de Estado-Maior e professores e instrutores das outras escolas do Exército.

Os membros da direção tem por dever colaborar na missão de preparo de candidatos à Escola de Estado-Maior, cumulativamente com as funções que normalmente exerçam. Serão postos à disposição do Chefe da 3ª Secção (Chefe do Curso), nos dias e horas determinados pelo Chefe do Esta-

do-Maior do Exército, não excedendo de 1 dia ou 6 horas por semana, senão eventualmente.

Dentre os membros da direção o Chefe do Estado-Maior do Exército designará um para exercer as funções de Sub-chefe do curso. O Chefe do curso incumbirá um dos oficiais de que dispõe para secretário, ao qual caberá organizar e distribuir toda correspondência relativa ao mesmo.

Ao Chefe do curso de preparação cabe organizar as instruções pormenorizadas para o funcionamento do mesmo e orientar sua execução, submetendo-as à aprovação do Chefe do Estado-Maior do Exército.

O curso se efetuará mediante correspondência e terá a duração anual de seis meses, sendo a data de início do seu funcionamento marcada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

IV

Os oficiais inscritos no curso deverão tratar obrigatoriamente: dois temas de tática geral, dois temas de tática e emprego das armas e um estudo de cultura geral, o qual poderá comportar até três questões várias.

Os temas e o estudo serão remetidos por intermédio do comando sob cujas ordens serve o oficial, sendo a este entregues mediante recibo em que se mencionará a data da entrega. As soluções devem ser remetidas ao Chefe do Curso de Preparação com a menção da data em que foram encaminhadas e da data da expedição e conter ainda a designação da via postal.

Todos os trabalhos propostos devem indicar o prazo em que serão efetuados.

V

As inscrições no curso são efetuadas mediante requerimento dos candidatos, encaminhados ao Chefe do Estado-Maior do Exército e só poderão ser concedidas aos que satisfaçam as condições de posto, de idade, tempo de serviço, arregimentado, ausência de notas desabonadoras e boas condições de saúde comprovada em inspeção médica, exigidas para matrícula na Escola de Estado-Maior.

A inscrição no Curso de Preparação não concede vantagens especiais para a matrícula na Escola de Estado-Maior nem implica em dispensa de obrigações a que está sujeito o oficial em sua vida militar corrente.

VI

A correspondência entre os oficiais inscritos e direção do curso de preparação tem o caráter de correspondência oficial e como tal deve ser expedida pelos corpos, repartições, etc., em que sirva o oficial.

VII

Aos oficiais inscritos o Curso de Preparação fornecerá cartas e publicações oficiais gratuitamente, ou para indenização, conforme o caso.

VIII

O oficial que sem motivo justificado faltar à apresentação dos trabalhos propostos será desligado do curso. O oficial não poderá ser admitido ao curso mais de uma vez. O número de candidatos não poderá exceder de 20 em cada ano.

No caso contrário, o Estado-Maior do Exército fará a seleção, recaindo a escolha sempre naqueles de maior idade.

IX

Todos os trabalhos obrigatórios apresentados pelos oficiais do curso (candidatos) serão a eles devolvidos depois de convenientemente corrigidos e anotados, exarando-se neles sempre uma apreciação de conjunto e os conselhos que convierem ao caso.

X

O Chefe do Curso de Preparação fará organizar, para ser publicada em **Boletim do Exército** e em outros órgãos de publicidade, uma bibliografia relativa aos programas das matérias do curso. Essa bibliografia mencionará as partes dos regulamentos que interessam aos candidatos conhecer, bem como os elementos indispensáveis para que eles tenham conveniente conhecimento dos assuntos. A bibliografia deve ser completa e o menos numerosa possível e será constantemente revista.

XI

Encerrado o curso e no correr do mês seguinte seu diretor apresentará ao Chefe do Estado-Maior do Exército um relatório concernente ao mesmo, no qual apreciará a frequência, os resultados, o valor dos oficiais matriculados, etc., e proporá as modificações que julgar convenientes.

Por essa ocasião ele dará a conhecer aos oficiais inscritos sua impressão e julgamento relativamente à conduta dos mesmos e ao grau de aproveitamento, sem que este julgamento em nada influia sobre os resultados do concurso.

XII

No futuro a tarefa de preparação para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior poderá ser ampliada e será confiada aos estados-maiores regionais, sendo dirigida pelos oficiais diplomados e pelos estagiários saídos da Escola de Estado-Maior.

BIBLIOGRAFIA

REVISTA ALAS — Numero de Dezembro de 1933. — Órgão oficial da Associação Colombifila Argentina.

Dedicado a nuestro director, ha visitado la reducción de Alas un ejemplar del manual colombifila "Os Pombos Correios e a Defesa Nacional", de que es autor el gran colombifilo brasileño dr. Roberto de Freitas Lima. Se trata de una obra escrita especialmente para los que se inician en la practica del atrayente deporte de las palomas mensajeras. Contiene todo cuanto es necesario para establecer un plantel y participar en los concursos com exito.

Los diversos aspectos del trabajo a realizar, por parte del aficionado novel, son esbozados con sencillez y sentido práctico admirables que hacen a la obra sumamente recomendable.

El doctor Freitas Lima, señala el gran provecho y conveniencia de la difusión del deporte colombifilo en su país, relacionan dolos con la defensa nacional. Nos es particularmente grato destacar los elogios conceptos que se leen, dedicados a la colombifilia argentina, al señalar la importancia de la obra de la Federación Colombifila Argentina y de su organo oficial, Alas.

En numeros proximos publicaremos algunas pasajes de la excelente obra del eminente colombifilo brasileño.

O C. P. O. R. e sua finalidade

Pelo Aspte da Res. MURILO ATACEMA PESSOA

Nós, do centro ou da capital, ao cogitarmos de assuntos nacionais, temos realmente um defeito, faltando-nos a paixão da pequena patria, e o senso da provincia, que são a mais funda raiz do apego á terra; em compensação, possuímos geralmente o senso da totalidade.

Talvez daí ter eu concluído, com o pensamento provocado pela visita feita ha dias ao Casino do Centro de Preparação de Officiaes de Reserva, a formidavel expressão coordenadora e a inegavel influencia desse Centro na mentalidade e nas diretrizes dos moços de hoje. E senti do seu convívio, transbordando de entusiasmo e de fé nesta hora singular, o contagio daquele báfo quente de idealismo construtor dos moços academicos desta geração, acorrendo em massa ao chamado dos grandes chefes militares, num testemunho que ratifica a aceitação pronta e immediata do brado de convocação e amplía os horizontes largos do nosso porvir.

Sem quaisquer vantagens ou regalias para o fim de curso — e cabe aqui uma estranheza — os 800 cadetes, isto é, os 800 alunos deixam ver, no magnifico movimento de espontaneidade sadia e consciente, o rastilho que provocará a modificação e a melhora.

— Eu seria idiota, se com pretensões de solucionar o problema nacional de immediatismo; mas deixa-me dizer, ainda que rapidamente, que o ensino dado á mocidade de um paiz, permite avaliar o que será o amanhã desse paiz — tanto mais a atuação evidente do C. P. O. R., que é um organismo vivo a se expandir mais e mais, nos demonstra que se abrem para nós os horizontes mais claros e que já agora o proprio experimentalismo pôde endossar.

Hoje, na agitação febril de mil conflitos e diante as necessidades e imposições que dominam a a evolução do mundo contemporaneo, os povos que descuidarem o aprimoramento educacional das suas unidades, tarde ou cedo correrão grave risco. E' por isso que cabe o entusiasmo maior nos aplausos pela formação desses Centros educacionais e instrutivos com as Regiões Militares do Paiz, na germinação de frutos que, sem eles, não seriam obtidos.

Já o grande pensador francez Taine, nas paginas notaveis da sua obra "Regimen Moderno",

reclamava da necessidade de outra educação e instrução para a juventude, diferentes das então cultivadas. Mesmo Gustavo Le Bon, no seu livro inimitavel "Pisicologia das multidões" e Paul Bourget, em "Além-Mar" — para citar tão só os que me ocorrem de pronto, observaram o indispensavel de se as encarar de outra maneira, para, no adolescente de então, mental, politica e organicamente formar, o homem de amanhã.

E diz Taine: "o mancebo para se conservar pé e realizar, deve apparecer equipado, exercitado e habituado á vida".

E' nesses Centros, pois, e nas suas instruções como debaixo do influxo dos seus principios, que, robustecendo o carater e assim transformando o homem em instrumento de vitoria nos arduos embates da vida, se celebra a comunhão tão reclamada pelos espiritos esclarecidos. E então retorno á idéa da coesão de que falei na impressão colhida da visita ao Centro de Preparação de Officiaes de Reserva, que pará mim ajuda a solução de combate á dispersão crescente, que orienta e fornece o sentimento de unidade, que promove uma "subordinação conciente" nos moços de hoje e naturais condutores do futuro, e pela aceitação da maior liberdade mental, veicula o espirito e forma a noção de Progresso — fruto da Ordem, por sua vez nascida da Disciplina.

Os moços de hoje presentem a ação que lhes está reservada e correm á oportunidade e ao caminho que lhes apontam os dirigentes e chefes, agora e mais do que nunca, os verdadeiros. E o Centro desta capital é o indice seguro e brilhante dessa mocidade que sabe discernir entre o puro academismo e o direito da força, num meio termo equilibrado e racional. Não lhes contentam gritos de personagens, sejam em simples teorias ou em puro esmagamento pela força armamentista, antes lhes interessa a condicionalidade racial, a ambiencia, o grau cultural, a educação civica e politica, a nossa situação no concerto das nações armadas, etc., para a solução buscada do estudo e pela ação.

E repito: aí estão os Centros de Officiaes de Reserva, servidos pelos nossos universitarios.

Fazendo deles, dos nossos futuros cultores do direito, dos nossos medicos, dos nossos bachareis em ciencias politicas e economicas, dos nossos engenheiros, arquitetos, agricultores, quimicos, enfim

A Russia Sovietica na realidade

A Russia explora oficialmente o turismo em beneficio da propaganda do regime, mas muito "principalmente como recurso economico".

A "inturista" é uma dependencia da "Guepéu" que recebe, "orienta", "fiscaliza" e "explora" o estrangeiro visitante curioso de ver para contar. O cliente da "inturista" só vê, porém, o que lhe mostram ou deixam ver, isto é, não toca sequer de longe na realidade.

Os relatos dos clientes da Guepéu, diferem, portanto, consideravelmente de outros, feitos por estrangeiros ou nacionais que conhecem a Russia, porque lá vivem ou viveram algum tempo.

Tem assim particular interesse o que conta o correspondente do "Jornal Radical" inglez, "Guardian Manchester", chamado Malcolm Maggeridge.

Malcolm partiu para Moscovia entusiasmado pela revolução russa e cheio de simpatias pelas idéas novas.

La viveu 8 mezes, ao cabo dos quais regressou publicando no "Morning-Post" uma serie de artigos em que nos da suas impressões de decepção.

Nesses trabalhos, examinando os resultados do plano "quinquenal" ele confessa que será impossível daqui a mais alguns anos compreender como num dado instante tal tentativa "boishevista" poudo impressionar a ingenuidade de certos povos, principalmente, a alguns de seus "economistas" e "políticos".

Em ultima analise o plano quinquenal consistiu em, com a ajuda de tecnicos e capitais estrangeiros, montar usinas gigantescas, postas a funcionar pelo braço escravo, isto é, sob um regime de trabalho forçado.

Para obter dinheiro necessario á compra dos maquinismos "forçou-se a exportação" do trigo,

dos moços estudiosos da nossa terra — servidores da integridade da nação patria, o C. P. O. R. do Rio de Janeiro já hoje apresenta um resultado apreciavel nos novos e competentes officiais do Exercito Brasileiro, exercito que pela conformação e tamanho desta incomparavel Patria precisa de uma Reserva eficiente e numerosa.

São officiais das armas de Infantaria, Artilharia, e Cavalaria, officiais de campo, officiais conhecedores das mesmas aulas praticas lecciona-

das madeiras, do petroleo, das peles, etc., por preços insignificantes.

Obtinha-se assim, como resultado, poder mostrar aos visitantes estrangeiros construções industriais formidaveis, explorando embora o trabalho de "prisioneiros", os quais produziam irresistivel admiração. Mas o resto da população vivia na miséria.

Os camponeses que constituem 90 % da população rebelaram-se, porém, contra o regime que os lançava em completa ruina e não obedeceram ás ordens e planos dos "camaradas" do governo.

Acosados pela necessidade devoraram suas tropas e rebanhos, comeram os proprios cavalos, abandonaram a cultura dos campos "cujos produtos eram todos destinados á exportação".

O resultado é que começou tambem a faltar o alimento para os "camaradas" que trabalhavam nas usinas e fabricas do Estado.

Em consequencia foi-se obrigado a diminuir a exportação e a reduzir os efetivos empregados na industria.

Em Kharkov licenciaram-se 20.000 e em Moscou 500.000!

Esse enorme volume de "sem-trabalhos" não perturbou o poder sovietico. Ele resolveu o problema dando "passaportes" e banindo em massa!...

Mas o ouro continu'a a ser preciso e a faltar.

Para obter-lo os "camaradas" do governo cream varios expedientes entre os quais é muito interessante o "Torgsin", armazens que só vendem suas mercadorias por "dinheiro estrangeiro!"

Foi triste, resumindo, a experiencia do "pla-

das na lendaria Escola Militar do Realengo, que de lá saem anualmente imbuidos dos mesmos principios sadios que esta ministra e consegue tão bem.

E' a ele, pois, nos seus dirigentes e comandados, que eu dirijo a minha saudação modesta, mas ardente e entusiasta — e nisso eu me glorio e me comovo, que me é dada a oportunidade feliz de, como Aspirante a Oficial da Reserva, lembrar esse espirito novo, que hoje vive no nosso Exercito para construir um Brasil melhor.

no quinquenal": — na cidade vive-se com dieta, o regime de meia ração, na expectativa terrível de ver faltar o pão de um dia para outro e de receber um "passaporte"...; na aldeia é mais terrível ainda a situação.

Assim a descreve textualmente Mister Malcolm:

— "Ide á Ukrania ou ao Caucaso do Norte, paizes antes tão lindos e férteis, aí encontrareis hoje um deserto. Os campos estão sujos de ervas daninhas e não se vê uma cabeça de gado, um só cavalo. As aldeias estão mortas. Os habitantes que ainda restam estão a sucumbir de fome. Si os interrogardes eles vos respondem que ha tres mezes não têm pão e que se alimentam sómente de batatas e de alimentos sem valor.

Eles vos dirão quantos já moreiram de fome e quantos estão prestes a desaparecer pela mesma razão, também quantos foram "fuzilados" ou "exilados" pelo crime de haverem guardado trigo em suas casas!

Mas isto ninguem nos referirá se não estiver bem certo de não haver soldado algum perto ou se estiver presente qualquer desconhecido. Se por acaso no decorrer da conversa surge qualquer "figura comunista" eles vos dirão tudo ao contrario, afirmando estarem perfeitamente satisfeitos e felizes!

"Vi com meus proprios olhos as condições em que se vive no Caucaso e na Ukrania. Ouvi de estrangeiros e de russos, mesmos de alguns comunistas que o mesmo se passa em toda Russia agricola".

E conta ainda Malcolm, que viu a India devastada pela colera, aldeias belgas arruinadas na guerra, mas que estas, passados os flagelos, puderam restaurar-se, ao passo que na Russia parece não haver, para ele, restauração possível, enquanto os soldados e agentes da Gepeu' seguirem as ordens que lhes dá a "ditadura proletaria".

De todos os poderes russos atuais o mais forte e curioso é a Gepeu'. Esta organização domina tudo.

Está instalada em Moscou, defronte ao "Comissariado dos Negocios Estrangeiros", compreendendo: uma prisão, diversos escritorios, um restaurante, um "local para execuções" e numerosos armazens com todas as mercadorias necessarias ao seu pessoal.

Os turistas não podem visitar suas instalações.

A maior parte de seus agentes é formada de individuos "anormais" e em grande numero estrangeiros. No presidio só ha dois nomes russos.

A Gepeu' é uma policia de partido que já havendo, no cumprimento de sua missão, devorado quasi todos os "padres" e os anti-comunistas confessos, atira-se agora contra os proprios camponeses.

Malcolm observa que a revolução russa, que começou por uma luta de classes, continu'a a criar verdadeiras classes no paiz.

Agora, para deles, os que têm o poder constituiram-se numa verdadeira "classe" com privilegios e poderio tais como jámais houve no Mundo!

Terminando sua longa exposição, de que damos aqui resumidos extratos, Malcolm critica veementemente os visitantes estrangeiros, hospedes da "Inturista", que vendo as coisas a "vol d'oiseau", sem falar o russo, entoam lisonjas aos sucessos do regime russo, enquanto que a "realidade" é extremamente dolorosa e pungente!"

BIBLIOGRAFIA

"Boletim Veterinario do Exercito"

Acha-se no seu 5.º numero o "Boletim Veterinario do Exercito", órgão de publicação mensal, organizado por um grupo de officiais da Escola de Veterinario. Lançado, nos seus primeiros numeros, com a feição de simples documentario dos trabalhos realizados nos laboratorios da Escola, passou, sob esta nova denominação, a constituir um órgão de divulgação de assuntos de medicina veterinario e ciencias afins.

Secundando a iniciativa tomada, de um ano a esta parte, pela "A Defesa Nacional", de manter uma secção de materia concernente á profissão veterinaria, o novo "Boletim de Medicina Veterinaria" vale por um attestado da mentalidade progressista que anima o corpo de veterinarios do Exercito.

CADENCIA NAS MARCHAS MILITARES

Pelo Tenente BASILIO MAGNO

Na técnica e vulgar linguagem militar, cadencia exprime sempre movimentos, passos, na musica, porém, que é a linguagem dos "sons", cadencia subdivide-se em diversos titulos, que não ficam subordinados sómente a esse vocabulo, porque e repetição de sons ou movimentos que se sucedem dum modo regular ou medido; é repouso observado, de vóz ou instrumento no fim duma frase musical; resolução dum acôrde dissonante sobre acôrde perfeito. Daí termos: "cadencia perfeita" da "dominando á tonica"; "cadencia plagale", da "4ª aguda" e "5ª grave", sendo estas 2 especies com o verdadeiro carater de conclusão proprio das cadencias.

Além das dominantes ou meia-cadencias, temos as cadencias "imperfeitas", "interruptas" ou "evitadas"; e a suspensão de ritmo passagem de acôrdes ou paralisia, casos estes tambem denominados cadencias; daí depreende-se então porque a musica é manifestação divina, tornando-se rainha das Belas-Artes.

Dela disseram: Leibnitz e Schopenhauer, o primeiro definindo-a pela matematica e o segundo, acresce a sua completa independencia do mundo fenomenal, ignora-o em absoluto, de tal modo que continuaria a existir, mesmo quando o Universo já não existisse mais. — (Da Finalidade do Mundo, por Farias Brito).

Abordemos, agora, o nosso objetivo.

Ha tempos, vimos partir em coluna de marcha, o 3º R. I., do seu quartel á Praia Vermelha. Tom belo e atraente destaque, o comando com seu estado-maior, logo após vinha a tropa, em cadencia tão uniforme e bem regulada, que despertaria a atenção do mais exigente apreciador ou mesmo conhecedor da materia, pelo garbo e natural entusiasmo conservados até nas menores frações da composição daquela unidade.

Observemos, porém, que a cadencia só poderia ser atingida mais ou menos na altura do 2º btl., onde claramente se ouviam as bandas de musica, corneteiros e tambores, pela distancia mesma de alguns milhares de metros.

Entre os ultimos elementos vinha um tamborileiro indicando a cadencia da frente do regimento. Julgamos insufficiente um tambor para esse fim, quando com o trio completo; isto é, taról, caixa de guerra e tambor preencheriam as condições precisas e ficaria mais elegante a formação

do que um só instrumento suscetivel de acidentes, como sejam baixa na afinação, desconcerto na marcha e até mesmo arrebatamento da pele do tambor.

No tocante á afinação, é muito conveniente no aprestar ou preparar, vulgo trastejar, esses instrumentos, tomar de banda de musica a diapásão, pelo taról, que dará o "lá" da caixa de guerra, o "fá" e do tambor o "dó", contrariando o costume de cada um afinar, a seu gosto, sem base artistica.

Se numa marcha, a distancia entre o E. M. e a testa da unidade é de 30 ms., numa profundidade total de 3.000 metros, e, dado caso de redução na média da área ocupada pelo regimento, teriamos 1.515 ms., o que já é uma distancia sofrivelmente grande para nosso objetivo; como tambem são acrescidos intervalos entre o pessoal montado e o pedestre, fica difficil manter a cadencia.

Daí julgarmos que junto aos elementos finais da composição, seria bem aplicada e util a providencia, da colocação dos 3 tamborileiros indicadores da cadencia da frente, ficando na ordem ternaria. Si marcham diversos regimentos, como sempre acontece nas paradas, um atraz do outro, são dispensaveis os tamboreiros de traz, mas neste caso torna-se necessario que as marchas tenham a mesma cadencia, que deve ser fixada para as marchas militares. Poderemos ainda apresentar outras causas variantes, que promovem a dispersão dos sons, direção de ventos, estado higrometrico do ar, etc. afim de justificar nossa opinião de melhor efeito e realce, buscando de tudo quanto é belo e sublime para as instituições militares brasileiras e sua divulgação pela "A Defesa Nacional", o que fica, porém, é o suficiente para que os distintos chefes do Exercito possam corrigir uma falta, tornando realidade uma justa observação.

"Estes tres guerreiros estavam cobertos de suas armas, que um grande habito de as trazer consigo tornava tão leves e comodas como suas proprios vestes".

"As vezes acontece de repente o que se esperou inutilmente muitos anos".

O elemento terreno nas operações estratégicas

ESTUDO SOBRE GEOGRAFIA MILITAR

Pelo Major ASCANIO VIANA

No sentido geográfico *terreno* é a superfície da terra considerada no complexo de suas formas planimétrica e altimétrica.

No estudo das operações táticas consideramo-lo sob o aspecto topográfico, porque o que interessa á tática são os observatórios, as posições de tiro e as cobertas contra o tiro, pois em ultima análise a manobra tem por fim ganhar a superioridade do fogo sobre o inimigo e explora-la.

A manobra estratégica, porém, que consiste na concentração, repartição e movimento das massas de homens e materiais em vista da batalha, o que importa é a *região geográfica*, quanto á proteção que possa oferecer á reunião das tropas, facilidades para o seu transporte e seus elementos ulteriores, assim como os recursos de toda especie que apresente para manter e conservar as forças combatentes.

A região geográfica, assunto da geografia militar, pôde ser definida como sendo um conjunto de elementos geográficos que se apresentam coordenados em grupamentos homogêneos, dependendo a importancia militar de cada um da sua posição relativa no conjunto.

Vê-se assim que a estratégia está tão intimamente ligada á geografia, como a tática á topografia, sendo o terreno um dos seus elementos mais positivos.

O estudo do terreno, sob o ponto de vista geográfico militar, interessa ás operações estratégicas e sómente nesse sentido consideraremos aqui a influencia por ele exercida na guerra.

Nem sempre a influencia do terreno nas operações estratégicas foi encarada de um modo uniforme pelos mestres da guerra.

A doutrina austriaca do principio do século XIX attribuia-lhe uma importancia excepcional, a ponto de considerar como principal objetivo de uma campanha não tanto o exér-

cito inimigo, na sua procura para a decisão pela batalha, mas a occupação ou a conquista das *posições estratégicas* onde, uma vês estabelecidos, os exercitos se immobilisavam.

Dava assim mais importancia a posse de um acidente geográfico, que arbitrariamente revestia de um valor decisivo, ao que a destruição das forças adversas.

A inatividade de Schuwazemberg, em 1814, que dispondo de enorme superioridade numerica sobre os franceses, em ves de marchar directamente sobre Paris, em cujo percurso se enocaria com o grosso das tropas de Napoleão, travando a batalha decisiva, preferiu dar uma grande volta por Basilea e Schatthausen e tomar como primeiro objectivo na França o planalto de Langres; Bener, immobilizando o exercito austriaco em 1800, na posição de Jasepnstadt, considerada como decisiva, onde se deixou envolver pelos prussianos, são exemplos bem irrisantes.

Napoleão, ao contrario, utilisava os accidentes do terreno, na manobra, em proveito dos deslocamentos de suas forças e em detrimento dos movimentos das do adversario.

Na maior parte de suas batalhas procurava ganhar o flanco estratégico do inimigo, ameaçando suas linhas de comunicações por uma marcha rapida e mascarada.

Servia-se então dos accidentes do terreno para mascarar a reunião de suas forças e o seu deslocamento lateral sobre as linhas de retirada do adversario, que assim ficava encerrado em um campo fechado onde se via forçado a aceitar a batalha decisiva em condições desvantajosas.

E' típica a operação de Ulm, em que Napoleão reuniu o exército francês sobre o Reno e deslocou-o, mascarado pela Floresta Negra, sobre o flanco e retaguarda dos austriacos, cortando-os de todas suas fontes de recursos, antes de empenhar a batalha.

O grande mestre da guerra servia-se assim dos acidentes geograficos como meros auxiliares de suas manobras.

Pedia-lhes uma cobertura para sua liberdade de ação e um entrave para a do adversario.

O conceito do valor do terreno nas operações estrategicas deve então ser tomado num sentido relativo, segundo o qual seu aproveitamento exerça maior ou menor influencia na destruição dos exércitos inimigos.

Conclue-se daí que o que interessa ás operações estrategicas são os acidentes geograficos, que possam influir no deslocamento das massas que se quer mover, como as grandes linhas d'agua, as florestas de extensão consideravel, as montanhas, accidentes estes que lhes pôdem crear obstaculos ou oferecer proteção e bem assim as rédes de comunicações que lhes facilitam o movimento.

Nas aulas referentes a fórma do terreno vimos que no sentido da sua influencia sobre as operações de guerra de grande envergadura, isto é, da maior ou menor dificuldade que possa êle apresentar aos deslocamentos das grandes massas de homens e materiais, o terreno apresenta dois tipos geograficos gerais: *terrenos planos e terrenos montanhosos*.

Os *terrenos planos* oferecem as zonas favoraveis ao desenvolvimento das operações, pois, além da sua acentuada praticabilidade táctica, facilitam de modo notavel as comunicações pela riqueza das rédes ferro-viarias e rodovias, que geralmente apresentam, proporcionando tambem fartos recursos de produção quer animal, quer vegetal, pela frequência do *habitat* e boas condições climatologicas de que em regra são dotados.

Os obstaculos mais frequentes que êsse tipo de terreno oferece não residem tanto na sua fórma, mas nos cursos d'agua regulares, lagos, pantanos, florestas, etc., que comumente o permeiam.

A êle podemos assimilar os terrenos ondulados, como os que apresenta em geral a região da campanha do Rio Grande do Sul.

Exemplo: as manobras de Taunenberg e Angerberg, em 1914, em que Ludendorff, aproveitando-se da praticabilidade das planícies e da excelente viabilidade da rede strate-

gica ferro-viaria da Prussia Oriental, manobra por linhas interiores e bate sucessivamente os exércitos russos do Nerew e do Niemen, separados pelo grande obstaculo dos lagos Mazurios.

Ao contrario dos terrenos planos, cujo principal caracteristico é permitir o jogo das grandes massas e o desfecho de golpes rapidos e decisivos sobre o grosso das tropas adversas, os terrenos montanhosos considerados no seu conjunto e no seu valor absoluto, são os menos aptos para o desenvolvimento de operações de grande envergadura.

Concorrem para isso:

— a asperesa acentuada do relevo do sólo e consequentemente a sua precaria viabilidade, traduzida na escassês das vias de comunicações que, quando se apresentam em sentido paralelo, servem a vales diferentes, ficando assim, em regra, isoladas uma das outras por elevações de difficil acesso, que dificultam ou mesmo impedem as ligações laterais;

— as passagens estreitas e ás vezes obrigatorias, formadas por desfiladeiros e gargantas de flancos escarpados e cobertos de matas;

— as florestas espessas;

— a escassês de recursos de toda sorte;

— o rigor das condições climatologicas.

Essas condições são muito propicias á defensiva, prestando-se vantajosamente ás emboscadas, a ações isoladas, sem ligações precisas com os vizinhos, mas improprias ao campo da batalha de um exército que pretenda desencadear uma ofensiva energica, procurando resultados rapidos e decisivos.

A montanha encerra o conceito do dominio quer pela vista, quer pelo fogo.

Quem não estiver de posse das alturas, difficilmente se moverá nos vales.

Comquanto muitas vezes os relevos oferecem zonas de maior praticabilidade nas suas encostas, o elemento da montanha que apresenta, na pluralidade dos casos, maior importancia é o vale.

Ao estudarmos o vale vimos que, segundo a posição que ocupa em relação ás linhas di-

retrizes do relevo, se classifica em *vale longitudinal* e *vale transversal*.

O primeiro, isto é, aquele que acompanha a linha diretriz do relevo, si paralelo á direção das operações, oferece condições muito favoráveis á defensiva, não só por ser em regra muito longo, como por apresentar na generalidade dos casos, possibilidades de manobra ao longo de suas encostas. sobre uma tropa que procure progredir no fundo do vale.

O vale longitudinal longo, cortado, de quando em vez, por pequenos vales transversais, ramificações e contrafortes das cadeias que o ladeiam, oferece excelentes condições favoráveis á defesa contra um partido que procure progredir no sentido da sua linha diretriz, retardando a fase critica das operações de passagem das zonas montanhosas. ação retardadora essa que mais se acentua com o maior alongamento e apertura do vale.

Se se apresenta porem normalmente á direção das operações e pertence ao partido que defende. ocupando este os côlos (gargantas, passos) que atravessam a linha de cristas do relevo, utilizará o vale como linha de comunicações ou de rocade de suas reservas, podendo assim alimentar a defesa nos pontos mais ameaçados.

A ofensiva terá a vantagem de ameaçar simultaneamente todos os côlos e escolher o que mais lhe convier para exercer o esforço principal.

Exemplo recente dessas modalidades da guerra na zona montanhosa são as operações do Vale do Paraíba, executadas em 1932 pelo Destacamento do Exército de Léste: a penosa progressão da massa principal ao longo do vale e o ataque simultaneo dos côlos da Mantiqueira com o esforço principal no de Passa Quatro.

Examinemos agora as variantes que se podem apresentar, decorrentes das diversas posições que ocupam os vales em relação uns aos outros:

a) — Si dois ou mais vales longitudinais são paralelos entre si e normais á direção das operações, os relevos que os separam oferecem linhas de defesa sucessivas, que obrigam o atacante a ações frontais, pois a manobra envolvente se apresenta muito difficil e só po-

derá ser realizada, talvez, por desbordenmentos de grande amplitude.

b) — Si os vales longitudinais são, não somente paralelos entre si, mas também em diversas *zonas de operações* e as forças da defesa, sendo obrigadas a guardar todos os vales, se dispersarão, a menos que não se queiram manter reunidas no plano, prontas a manobrar por linhas interiores contra os atacantes que desemboquem das saídas.

O partido que ataca é, por sua vez, obrigado a progredir por varias zonas, com ligações laterais muito precarias e por vezes impossiveis, marchando assim com as forças separadas.

c) — Si dois ou mais vales seguem direções convergentes e os grupamentos de ataque conseguem progredir simultaneamente, as distancias que os separam vão diminuindo gradativamente, permitindo ás vezes, nas saídas, apresentar frentes envolventes; os defensores, no entanto, si se colocam face ás saídas, têm facilidade de maobrar por linhas interiores.

d) — Si os vales são divergentes (irradiantes) obrigam a ofensiva a separar suas forças em diversos grupamentos, os quais, á medida que progridem, mais se vão distanciando uns dos outros, distancias essas que tocam o maximo ao atingir as saídas, conduzindo assim á dispersão: por seu lado a defesa, si situada no plano, terá maiores difficuldades para manobrar por linhas interiores contra as saídas, pelas grandes distancias que as separam.

Outro elemento da montanha que apresenta real importancia no estudo do terreno sob o ponto de vista militar é o *côlo*.

Como já vimos o seu estudo está intimamente ligado ao dos vales.

Sob o ponto de vista estrategico ha grande interesse no estudo da distribuição dos côlos, pois será êle que indicará ao comando os limites da praticabilidade da zona montanhosa, limites esses que terão grande influencia no estabelecimento do plano de operações, mormente se grandes massas de forças tiverem de transpôr uma cadeia de montanhas.

Si a distribuição dos côlos não constar da carta, a sua procura poderá ser facilitada pelo conhecimento do andamento das linhas tectônicas, da natureza do terreno e da aplicação das leis de Huber.

Quanto á forma dos côlos interessa particularmente á ação tática e sob esse ponto de vista pôdem os côlos ser assimilados aos estrangulamentos dos vales, com os quais apresentam muita analogia.

O conceito do valor militar do terreno, como já dissemos, reside na maior ou menor influencia que êle possa exercer na destruição das forças adversas, pois "a batalha é o unico argumento da guerra, o unico fim a dar ás operações estrategicas". (Marechal Foch).

Dizia Clausewitz que o conceito absoluto da guerra, no seu sentido ideal, consiste em:

- destruir o exército inimigo;
- conquistar o seu territorio, sem o que êle poderá levantar-se e organizar novas tropas;
- obrigar o governo e o povo adverso a aceitar a paz.

"Desses tres fins o primeiro é — destruir o exército — sendo evidentemente o que uma estrategia forte se deve propôr realizar e proseguir sem descanso, porque o seu sucesso conduzirá aos outros dois."

Sendo assim, si um país é levado a eventualidade de uma guerra, por mais modesta que seja a sua politica, orientada unicamente no sentido de manter a integridade do sólo e a sua independencia, só tem um meio eficaz de defender-se — *é atacar* —. Para atacar precisa, porem, no menor tempo possivel, de reunir suas forças, operação essa que um adversario bem organizado e ativo procurará, por todos os meios ao seu alcance, perturbar e tardar.

Em consequencia a concentração dos meios disponiveis, isto é, das massas de homens e materiais, deverá ser feita:

a) — em local seguro, a salvo das surpresas estrategicas que lhe possa causar o adversario e que permita apagar os seus golpes antes de procurar desferi-los, si este, devido a condições mais favoraveis de mobilisação e de concentração, partir ao ataque primeiro;

b) — em um local que assegure o ulterior desembocar para a ofensiva numa zona previamente reconhecida como favoravel.

No primeiro caso surge a necessidade do estabelecimento de uma linha de cobertura e aí intervém o *terreno* com os seus obstaculos mais ou menos apreciaveis.

No segundo caso a delimitação da zona de concentração e a orientação do centro de gravidade das forças vão depender da escolha da base de partida e do primeiro objéctivo geografico a atingir, em vista de um plano ofensivo previamente estabelecido. No traçar desse plano o avanço das massas empregadas na procura sistematica da batalha ofensiva, buscando a destruição dos exércitos inimigos, terá ainda de ser condicionado pela natureza do terreno a percorrer. Os objéctivos geograficos favoraveis e mesmo imprescindivel á boa marcha das operações terão de ser conquistados e sua perda para o adversario por vezes o atingirá gravemente, tanto material como moralmente.

Mas as forças que se reuniram, sob a capa protetora de uma linha de cobertura, ao lançar-se ao ataque poderão ser batidas pelo adversario, e então terão, como primeira urgencia, de escapar aos golpes destruidores da perseguição e reorganizar-se, o que deverá ser realizado sob um abrigo.

Será ainda o *terreno* que lhes irá proporcionar esse abrigo, principalmente pelas suas grandes linhas d'agua.

Exemplo: na Grande Guerra os italianos lançam sua cobertura sobre o Isonzo e sob a proteção desse rio iniciam a reunião dos seus meios; terminada a concentração atacam as linhas austro-hungaras, mas são batidos em Caporetto; retiram-se então precipitadamente para detrás do Piave, onde ao abrigo da grande linha d'agua se reorganizam e contra-atacam.

Finalizando estas considerações gerais sobre a influencia que exerce o terreno nas operações estrategicas convém frisar que, como ensina o marechal Foch, a estrategia busca e prepara e a tática procura conduzi-la racionalmente, o que quer dizer que o desenvolvimento do plano estrategico é feito pela tática.

Assim sendo, embora o que interesse diretamente á concepção da manobra estrategica, sob o ponto de vista terreno, seja a *região geografica*, não poderá o alto comando despre-

sar o seu exame circunstanciado, afim de prever o seu campo de batalha, pois que só a natureza desse poderá assegurar a coordenação dos esforços.

“Antes de 1914, diz o Ten. Cel. Pugins, no seu estudo intitulado *Du rôle joué par le terrain à la bataille des Ardennes*, tínhamos muito estudado a guerra de 1870; para reagir contra os erros cometidos nessa campanha infeliz, chegamos insensivelmente a englobar no mesmo descredito os *objectivos geograficos*, as *belas posições* e o *terreno*. A fórmula *attaquer l'ennemi partout où on le rencontre*, quer dizer em definitivo: atacar não importa onde e não importa como.”

“Na batalha des Ardennes fizemos a triste experiencia porque não adaptamos o nosso dispositivo de aproximação às circunstâncias do terreno, ou a uma de manobra inspirada nas exigencias do terreno”.

O Ten. Cel. Pugins explica o fracasso da ofensiva francesa, na Batalha das Fronteiras, indo buscar como causa principal a ofensiva do 4.º exército no terreno das Ardennes.

A região das Ardennes é formada por um grande massiço coberto de florestas densas, apresentando apenas duas clareiras em forma de corredores, orientadas no sentido da direcção do ataque francês, uma de 45 quilómetros, de Munio a Arlou, tendo 6 quilómetros de largura média; a outra numa extensão de 60

quilómetros, de Gedine a Bastogne, com a largura média de 20 quilómetros.

No mais a região se compõe de florestas espessas e emaranhadas, gargantas estreitas de flancos escarpados, trechos de planaltos pantanosos — terreno difficil, muito acidentado e entalhado de ravinas profundas.

Os francezes visavam um successo rápido, completo, definitivo e era na região de Luxemburgo e das Ardennes que o alto commando francês contava fazer o seu esforço principal, com o fim de ameaçar as comunicações das forças alemãs que haviam passado o Mosa entre Namur e a fronteira Holandêsa.

Desde o inicio, no entanto, a ofensiva francesa foi completamente detida.

Deante das florestas emaranhadas e dos planaltos pantanosos das Ardennes o ataque do 4.º exército fracassára por completo.

As dificuldades do terreno haviam quebrado a energia e a efficácia que convem a uma manobra decisiva, impedindo a coordenação dos esforços e o estreito concerto das diferentes armas.

A batalha das Ardennes é um exemplo frisante do *jugo despotico que exerce o elemento terreno na guerra*.

Bibliografia: Marechal Foch, Gen. Dufour, Cel. Loizaud, Ten. Cel. Carlos Porro, Ten. Cel. Pugins.



A guerra é nacional...

A compreensão dos problemas militares pelo maior numero possível de cidadãos augmenta a força militar da nação. Um Exército, mesmo muito forte mas isolado do meio civil que vive indifferente aos problemas militares, será como um gigante de pés de barro.

A indifferença pelas questões de ordem militar é um perigo e uma diminuição da força do Exército, seja em tempo de paz, seja em tempo de guerra.

(Do livro *I. Celeri* - Gen. Otavio Zoppi)

O Centenario de von Schlieffen

Pelo 1.º Ten. HEN. OSCAR WIEDERSPAHN

Em nossos meios militares passou, lamentavelmente, quasi despercebido o centenario do nascimento de um dos maiores soldados que jamais existiu, segundo os dizeres de Ludendorf. Aquêlê formidavel plano de que resultou a marcha surpreendente através da Belgica e Norte da França, saiu de seu cerebro de militante incançavel que tudo fizera pela gloria imortal das tradições forjadas por Derfflinger, Frederico, Bluecher e o velho Moltke de 1870 nos campos de batalha para o exercito da então renascente Nação Alema em torno da Prussia.

Esta personalidade, que mesmo às orlas da morte trabalhava sua inteligencia infatigavel pela solução do problema que empolgara toda sua vida de homem e soldado, é o conde Alfredo von Schlieffen, autor da planejada Canas estratégica que, através da Belgica, deveria destroçar os exercitos francêses, em caso de guerra.

Originario de uma familia da pequena nobreza, mas de ascendentes illustres entre militares e servidores de estado do antigo remo da Prussia, Alfredo von Schlieffen nasceu em Berlim, em 28 de fevereiro de 1833. Dedicou-se á carreira das armas, sendo em 1854 nomeado 2.º tenente dos Hussares da Guarda Real.

Profissional dedicadissimo, dotado de um grande sentimento de dever e de ancia de aperfeiçoamento, fez seu curso na antiga Escola Superior de Guerra, prestou serviços no Levantamento Topografico da Prussia, foi chefe de secção no Grande Estado Maior, Quartel Mestre General, por fim, chefe do Grande Estado Maior por mais de quinze anos.

Chegou a tão elevados cargos e aos mais altos postos da hierarquia militar por seus indispensaveis méritos e relevantes serviços e dispensaveis méritos e relevantes qualidades, que podem ser sintetizados nos lemas de sua vida:

PRODUZIR MUITO, APARENTAR POUCO; MAIS SER QUE PARECER!

NO CAMINHO DA GLO'RIA, A NATUREZA COLOCOU INILUDIVELMENTE O TRABALHO E O SUOR!

Sua atividade, que apenas veiu repercutir fóra dos muros daquêlê laboratorio, que desde Scharnhorst e Clausewitz vinha formando o carater e a doutrina de comando que faria vingar o desastre de Iena na memoravel vitória decisiva de Sedan, tivera como guias intellectuais a História Militar, as obras daquêlê dois chefes, os ensinamentos directos de Moltke (o de 1870), as observações concretas nas campanhas de Sadowa e a franco-alema de 1870 a 1871, nas quais tomara parte, e as guerras que se deram em seu tempo até 1913.

Coube a von Schlieffen preparar aquella maquina sem par que um ano após a sua morte de nossas éras.

"Ao cerrar, em 4 de Janeiro de 1913, os iria se empenhar na maior das conflagrações olhos, nos deixou o generalfeldmarechal conde von Schlieffen, como legado, o segredo da vitória na guerra das tres frentes... Sete anos antes havia deixado o ambiente de sua ação no Koenigsplatz — o Estado Maior — certo de já possuir o tão almejado lema da vitória...

"Os feitos dos exercitos alemães ilustram já as paginas da História. Mas, nós que ainda vivemos, somos obrigados a baixar a orgulhosa fronte ante os designios da Divina Providencia e reconhecer que não soubemos nem guardar, nem conservar o precioso legado do code Schlieffen. Esquecemo-nos do adagio: "Para que de fato possas possuir a herança de teus maiores, aprende a adquiri-la!"

"O exercito mais brilhante da História transpôz, em agosto de 1914, o Reno, cheio de entusiasmo guerreiro e de convicção no triunfo. Quebrado e reduzido, embóra invencido, tornou a atravessar o mesmo para depois desaparecer numa louca dissolução".

Estas palavras do general Groener, antigo ministro da Defesa nos governos anteriores a

Hitler, em sua magistral obra "A GUERRA MUNDIAL E SEUS PROBLEMAS", publicada em 1920, encerram uma profunda verdade que fôge ao alcance dos detratores de von Schlieffen e do jacobinismo de certas correntes gaulêsas, que não as do valor e envergadura de Foch e Joffre.

Aquêles espalharam aos quatro ventos, e tem adeptos, que o famoso plano estava caduco. O primeiro que assim julgou foi o sucessor de von Schlieffen, que o adulterou querendo em 1914 tudo cobrir e ficar igualmente fôrte desde a Holanda até a Suíça. O sobrinho do vencedor de Sedan, se assustara ao sentir que naquêlo ano iria comandar exercitos de milhões. Sem confiança em suas aptidões, não pôde enlaçar os francêses em Charleroi, pois não comandava de fâto. Desviou o eixo de manobra e foi cair num tão condenavel ataque frontal às massas inimigas na frente Paris-Verdun, que veio permitir o desastre do Marne.

No entanto "simples e clara é a concepção que encerrava o segredo da vitória:

"Decisão rapida e grandiosa na guerra contra os nossos adversarios de Oeste, os mais terríveis. Uma Canas formidavel e estratégica. A ala esquerda, com o flanco ligeiramente retraído, desenvolvida e fortemente apoiada na linha Mosela-Metz-Diedenhofen. A ala direita em poderoso "bataillon-carré" com direção de marcha sobre Bruxelas para Abeville-Amiens, daí á esquerda — a maneira de Frederico o Grande — do mar ao Mosella — sob as melodias do "Pariser Einzugs-march" (Marcha da entrada em Paris, 1814). Então para além do Sena, su-

ficientemente fôrte, não só para envolver Paris por Oeste, como também para continuar a operar contra o flanco e a retaguarda do exercito francês ou agir sobre Orleans e Le Mans. Se o "bataillon-carré" da ala direita esbarra em sua marcha com tropas inglêsas, faz momentaneamente alto. Neutralizados e batidos os britânicos, a marcha prosegue. Para o bom exito de todas as missões da ala direita, esta é dotada de todos fuzis, todos canhões, todos homens, moços e velhos, de que a Patria puder dispôr.

"Se os francêses penetrarem na Alsacia e na Lorena e mesmo transporem o Reno, ameaçando o Sul da Alemanha, tanto melhor. Elementos inimigos serão, para isso, forçosamente desviados do campo da luta, onde deverá surgir a decisão.. (Groener, ibidem):

Para glória imortal dèste grande soldado que, mesmo na inatividade militar, doutrinava com suas obras, entre as quais sobressai "CANNAE", continua sendo até hoje o mentor da officialidade germanica e empolga, presentemente, o Estado Maior americano. Foi mestre de Hindenburg, Ludendorff, Kuhl, Groener e tantos outros chefes militares alemães que brilharam na Grande Guerra.

Para maior glória daquêlo grande soldado, seus ensinamentos são cultivados com carinho pelos corpos de officiais da Alemanha, Argentina e Estados Unidos, pois "os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos!", apesar de todos estorços dissolventes e ante-nacionalistas da casta sem patria.

C. Alta, em fevereiro de 1934.

ASPETOS GEOGRAFICOS SUL AMERICANOS

Pelo Major **Mario Travassos**

Prefacio de **Pandiá Calogeras**

A VENDA NESTA REDAÇÃO

Preço: 5\$000

Assinantes: 4\$000

Socios: 3\$000